

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

RODRIGO TORMEN KNOB

COMPREENSÃO DOS PADRÕES COMUNS DAS CERTIFICAÇÕES PARA
DESTINOS CREDENCIADAS NO GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL:
um estudo comparado entre Açores (Portugal), Valsugana (Italia) e Vail (Estados
Unidos)

GAROPABA

2021

RODRIGO TORMEN KNOB

COMPREENSÃO DOS PADRÕES COMUNS DAS CERTIFICAÇÕES PARA
DESTINOS CREDENCIADAS NO GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL:
um estudo comparado entre Açores (Portugal), Valsugana (Italia) e Vail (Estados
Unidos)

Monografia apresentada ao
Curso Superior em
Tecnologia em Gestão
Ambiental do Câmpus
Garopaba do Instituto
Federal de Santa Catarina
para a obtenção do diploma
de Tecnólogo em Gestão
Ambiental.

Orientador: Ricardo Gomes
Ramos

GAROPABA

2021

Knob, Rodrigo Tormen
K72c Compreensão dos padrões comuns das certificações para destinos credenciadas no Global Sustainable Tourism Council: um estudo comparado entre Açores (Portugal), Valsugana (Italia) e Vail (Estados Unidos)/ Rodrigo Tormen Knob ; orientador: Ricardo Gomes Ramos. – 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Garopaba, 2021.
Inclui bibliografias

1. Certificação. 2. Destinos sustentáveis. 3. Critérios. 4. Organismos certificadores. 5. GSTC. I. Ramos, Ricardo Gomes. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. IV. Título.

CDD 338.4791

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Elisandra Mariléa Quintino – CRB-14/998

RODRIGO TORMEN KNOB

COMPREENSÃO DOS PADRÕES COMUNS DAS CERTIFICAÇÕES PARA
DESTINOS CREDENCIADAS NO GLOBAL SUSTAINABLE TOURISM COUNCIL:
um estudo comparado entre Açores (Portugal), Valsugana (Italia) e Vail (Estados
Unidos)

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título em Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Garopaba, 23 de abril de 2021.

Prof. Ricardo Gomes Ramos, Me
Orientador

Instituto Federal de Santa Catarina

Professora. Micheline Sartori, Me.
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof. Juliano da Cunha Gomes, Dr
Instituto Federal de Santa Catarina

Em função da suspensão das atividades presenciais no IFSC durante a pandemia de COVID-19, os TCCs foram apresentados de forma remota, portanto as assinaturas físicas foram substituídas por e-mails enviados pelos membros da banca, dispostos na página seguinte.

Folha de aprovação do TCC do Rodrigo

2 mensagens

Ricardo Gomes Ramos <ricardo.gomes@ifsc.edu.br>
Para: RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>

22 de abril de 2021 18:22

De acordo!

Ricardo Gomes Ramos - Orientador

Ata de defesa TCC Rodrigo Tormen Knob

MICHELINE SARTORI <micheline.sartori@ifsc.edu.br>
Para: Juliano Da Cunha Gomes <juliano.gomes@ifsc.edu.br>
Cc: Ricardo Gomes Ramos <ricardo.gomes@ifsc.edu.br>, RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>

13 de abril de 2021 19:49

Boa noite.

De acordo com a Ata. Segue o arquivo do TCC, os comentários então no próprio documento que podem ser visualizados ao baixar o arquivo.

At.te.

Micheline Sartori
Direção Geral de Câmpus

Câmpus Garopaba
Fone/Whats (48)999289338

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Garopaba
[Rua Maria Aparecida Barbosa, nº 153, Campo D'Una/ SC - CEP: 88495-000](#)
www.garopaba.ifsc.edu.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Ata de defesa TCC Rodrigo Tormen Knob

Juliano Da Cunha Gomes <juliano.gomes@ifsc.edu.br>
Para: Ricardo Gomes Ramos <ricardo.gomes@ifsc.edu.br>
Cc: MICHELINE SARTORI <micheline.sartori@ifsc.edu.br>, RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>

13 de abril de 2021 16:09

Boa tarde, estou de acordo com a ATA
Segue anexo minhas considerações durante a apresentação

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Cordialmente,

Prof. Dr. Juliano da Cunha Gomes
<http://lattes.cnpq.br/0429306746389265>

Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Garopaba
[Rua Maria Aparecida Barbosa, 153, Campo D'Una, Garopaba/SC - CEP 88495-000](#)
Fone: (48) 3254-7372
www.garopaba.ifsc.edu.br

Dedico esse trabalho ao meu pai Orivaldo Knob (in memoriam),
por sempre me incentivar no caminho da sustentabilidade.

Dedico também a minha mãe Cecília Tormen Knob,
por todo amor e carinho que me fizeram chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro ao Instituto Federal de Santa Catarina Campus Garopaba e a todos os professores do meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido e para todos os técnicos que colaboraram para a minha formação .

Um agradecimento especial ao meu amor Clariziane Duarte da Cruz, pela compreensão e paciência demonstrada durante o período do projeto, sem ela ao meu lado, meus sonhos não seriam possíveis.

Deixo um agradecimento ao meu orientador pelo incentivo e pela dedicação do seu escasso tempo ao meu projeto de pesquisa.

A todos os meus amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo.

Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

(CARTA DA TERRA, 1992)

RESUMO

As atividades turísticas, assim como a maioria das ações humanas, são causadoras de impactos ambientais, podendo ainda prejudicar sociedades e culturas. Para conter os impactos do turismo e promover a sustentabilidade, alguns destinos optam por usufruir dos benefícios das certificações credenciadas no Global Sustainable Tourism Council, em português Conselho Global de Turismo sustentável (GSTC). Com o objetivo de compreender as peculiaridades existentes nos processos de certificação de destinos credenciados pelo GSTC, esse trabalho por meio de pesquisa qualitativa e descritiva, coletou os dados a partir da elaboração de roteiro de entrevista estruturado. Obteve-se o retorno de três dos catorze destinos com certificação GSTC e, a partir das análises, foi possível identificar que os destinos buscam a gestão sustentável do turismo para atrair turistas conforme as exigências contemporâneas do turismo responsável; que a escolha pelas certificações devem atender os aspectos dos destinos e orientar os planos de sustentabilidade dos territórios; que os destinos tiveram facilidades de atender aos critérios pelo histórico de ações integradas e da cultura voltada à sustentabilidade. Notou-se ainda que, as dificuldades para a certificação são poucas e distintas, sendo consideradas pelos destinos como oportunidade de aprimoramento contínuo. A partir dessas observações, é possível afirmar que as certificações trazem benefícios aos destinos, destacando-se a capacidade de propiciar à população local um território com o turismo ordenado e sustentável, trazendo benefícios econômicos e contribuindo para gestão ambiental integrada dos destinos. Por fim, constatou-se que os destinos certificados têm similaridades na demanda turística, no uso da certificação para promoção do destino e para qualificar a gestão integrada voltada à sustentabilidade.

Palavras-Chave: Certificação. Destinos sustentáveis. Critérios. Organismos certificadores. GSTC.

ABSTRACT

Tourist activities, as well as most human actions, cause environmental impacts, and can also damage societies and cultures. To restrain the impacts of tourism and promote sustainability, some destinations choose to enjoy the benefits of Global Sustainable Tourism Council (GSTC - Conselho Global de Turismo Sustentável, in Portuguese) certifications. Aiming at understanding GSTC certification process existing peculiarities, this study, through qualitative and descriptive research, collected data by means of a structured interview script. Three out of fourteen destinations with GSTC certification has answered the interview and, from the analysis, it was possible to identify that: (a) destinations seek sustainable tourism management to attract tourists according to the contemporary requirements of responsible tourism; (b) the choice of certifications must meet destination aspects and guide territories' sustainability plans; (c) destinations have met the certification criteria due to former integrated actions and sustainability culture; and (d) certification difficulties are few and distinct, being considered by destinations as an opportunity for continuous improvement. Based on these observations, it is possible to say that certifications benefit destinations, being able to provide local population an orderly and sustainable tourism territory, promoting economic benefits and contributing to destinations integrated environmental management. Finally, it was found that certified destinations have similarities in tourist demand, in the use of certification to promote the destination and to qualify integrated management aimed at sustainability.

Keywords: Certification. Sustainable destinations. Criteria. Certifying organizations. GSTC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de certificação de destinos pela EarthCheck	53
Figura 2 - Processo de certificação e premiação da Green Destinations	56
Figura 3 - Representação visual das metodologias empregadas na pesquisa	58
Figura 4 - Destinos que compõem o grupo amostral da pesquisa	60
Figura 5 - Divisão dos grupos de ilhas no arquipélago dos Açores	63
Figura 6 - Simplificação do sumário do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores	66
Figura 7 - Vale Valsugana, região do Lago di Caldonazzo	69
Figura 8 - Vail, Colorado, Estados Unidos	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Impactos ambientais do turismo	19
Quadro 2 – Metas e indicadores dos ODS no turismo	24
Quadro 3 – Padrões para destinos reconhecidos pelo GSTC	47
Quadro 4 – Indicadores e variáveis dos objetivos específicos da pesquisa	61
Quadro 5 – Caracterização dos respondentes	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DS - Desenvolvimento Sustentável

DST – Desenvolvimento Sustentável do Turismo

DTS - Destino Turístico Sustentável

GD - Green Destinations

GSTC - Global Sustainable Tourism Council

GSTC-Credenciado - Organismos de Certificadores Credenciados no Critérios de Destino do Global Sustainable Tourism Council

GSTC-D – Critérios de Destino do Global Sustainable Tourism Council

GSTC-Reconhecido - Padrões Reconhecidos pelo Global Sustainable Tourism Council

IVTS - Iniciativas Voluntárias para o Turismo Sustentável

OC - Organismos Certificadores

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

UN - United Nations

UNWTO - World Tourism Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 Justificativa e relevância da pesquisa	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 Desenvolvimento sustentável no turismo e destinos	18
2.2 Gestão ambiental no turismo e destinos	31
2.3 A Certificações ambientais no turismo e destinos	36
2.3.1 Certificação GSTC para destinos turísticos	44
3 METODOLOGIA	58
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1 Características dos destinos abordados na pesquisa	63
4.1.1 Açores	63
4.1.2 Valsugana	68
4.1.3 Vail	73
4.2 Resultados obtidos a partir da pesquisa qualitativa	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE A – Roteiro estruturado de entrevista enviado para os destinos	104
APÊNDICE B – Email APT Valsugana	109
APÊNDICE C – Íntegra das respostas do roteiro estruturado de entrevista	110

1 INTRODUÇÃO

Durante consecutivos anos, a atividade turística vem crescendo em todo o mundo, sendo um dos mais relevantes setores da economia mundial, tanto em receita quanto em empregos. Em linhas gerais, pode se compreender o turismo como uma atividade socioeconômica a partir da movimentação de pessoas para lugares fora de seu ambiente de residência, motivadas por fins pessoais, comerciais ou profissionais. (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020)

O turismo, ao se apropriar dos recursos naturais e das sociedades locais, pode ocasionar degradações ambientais e socioculturais, se não pautado nas premissas da sustentabilidade. (SEABRA, 2001; RUSCHMANN, 1999)

Para que um destino turístico desenvolva ações responsáveis, é necessário colocar em prática políticas que busquem atender as demandas, a partir de modelos de planejamento e gestão do turismo que proporcionem o desenvolvimento sustentável da atividade. (GABRIELLI, 2017)

Logo, é fundamental a existência de diretrizes para a coordenação de interesses dos governos e dos setores operacionais, em tempo de definir estratégias que busquem resultados eficazes para o exercício do turismo sustentável. (LICKORISH; JENKINS, 2000).

Dentre essas estratégias, cita-se a existência de certificações que comprovem a qualidade ambiental da atividade turística no território. (BAHIA; FORTES; FERREIRA, 2005)

A certificação de destinos turísticos é uma aposta para evoluir na qualidade do turismo, buscando estar em conformidade com requisitos que garantam que as organizações e a sociedade tenham acesso a infraestruturas básicas necessárias para proporcionarem respeito às questões humanas, ambientais e culturais. (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018)

Dentre as ferramentas de medição e avaliação da qualidade e do desempenho nos destinos turísticos, citam-se os critérios de destinos turísticos da

Global Sustainable Tourism Council em português Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) chamados de GSTC-D. (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018)

Os GSTC-D e os outros padrões para destinos GSTC-Reconhecidos, ou seja, padrões de turismo para destinos sustentáveis que atendem e se equivalem aos GSTC-D, podem ser utilizados por organismos de certificação (OC) credenciados no GSTC (GSTC-Credenciado). Os organismos certificadores (OC) EarthCheck, Green Destinations e Vireo Srl são os únicos GSTC-Credenciados que contam com esquemas de certificação para destinos turísticos. (COSTA; RODRIGUES; GOMES, 2019)

A partir destas considerações, surge o questionamento: quais as peculiaridades existentes nos processos de certificação de destinos, propostos pelos GSTC-Credenciados?

Desta problematização surgiu a hipótese de que cada destino turístico tem suas próprias características geográficas, turísticas e de governança que influenciarão nas motivações para se tornarem destinos sustentáveis certificados, e que tais características também influenciaram na escolha do processo de certificação de determinado organismo certificador, e que esse processo de certificação trazem consequências aos destinos tanto no processo implementação da certificação quanto como na manutenção da certificação. A partir dessas possibilidades, foram construídos o objetivo geral da pesquisa e seus consequentes objetivos específicos.

Para atender aos objetivos específicos, foi construído um roteiro estruturado de entrevista, com perguntas abertas e encaminhado eletronicamente a destinos que se submeteram ao processo de certificação por um dos organismos certificadores anteriormente citados.

A interpretação dos dados caracteriza esse trabalho como descritivo e exploratório, por meio de uma pesquisa classificada como qualitativa. Observou-se que, no geral, os destinos tidos como amostra dessa pesquisa tiveram poucas dificuldades ao longo do processo de obtenção da certificação a qual foram submetidos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender as peculiaridades existentes nos processos de certificação de destinos credenciados pelo GSTC.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as motivações dos destinos para solicitação de certificação.
- Apontar fatos de escolha do processo de certificação.
- Descrever os benefícios e dificuldades causados pelas certificações aos destinos.

1.2 Justificativa e relevância da pesquisa

As certificações credenciadas pelo GSTC, proporcionam aos turistas uma segurança de conformidade do destino com cumprimentos de práticas sustentáveis. Essas práticas trazem benefícios ao destino com a garantia de práticas sustentáveis na gestão do turismo local, beneficiando com o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o governo, empresas, comunidades e ambiente, cumprindo assim com as adequações necessárias no destino, para atingir os critérios avaliados ao requerimento da certificação. Estas certificações trazem uma maior abrangência além de um selo ou certificação para empreendimentos, pois trás percepção de ações sustentáveis em todo o destino turístico, o que a difere de outras certificações com menores abrangências espaciais.

Destinos que procuram por essas certificações, tem suas próprias características que devem ser atendidas para a implementação de políticas no processo de obtenção de uma certificação. Saber quais são os desafios nos processos de certificação, auxiliará os destinos conforme suas peculiaridades e objetivos, definir estratégias para o desenvolvimento sustentável e/ou escolher qual certificação lhe é mais apropriada. Esses conhecimentos poderão, por exemplo, auxiliar destinos turísticos em regiões que não têm destinos certificados, como no caso da América do Sul e da África, a obterem tais certificações.

Em dezembro de 2019, o GSTC publicou sua versão 2.0 (V2) dos GSTC-D, alinhando-os com os ODS, sendo a primeira revisão dos critérios deste a criação da versão 1.0 (V1) em 2013. O assunto “certificação de destinos turísticos sustentáveis do GSTC” é relativamente novo no meio acadêmico, e por isso, são poucas as publicações científicas e artigos acadêmicos em torno do assunto. Além disso, durante a pesquisa bibliográfica do presente trabalho, não foram encontrados materiais científicos que dispunham de todas as informações como as propostas por esta pesquisa, envolvendo os critérios, processos de certificações e comparativos entre três destinos certificados por distintos organismos de certificação credenciados no GSTC e com diferentes aspectos socioambientais, territoriais e de gestão do turismo.

Considerando que muitas organizações se apropriam do *greenwashing*, sem efetivamente desenvolverem ações favoráveis ao desenvolvimento sustentável, o GSTC oferece credibilidade e reconhecimento internacional para as organizações que por ela são credenciadas.

Cada organização tem seus próprios processos para a certificação e, por consequência, seus desafios e facilidades conforme as características de cada destino. Demonstrar essas singularidades auxiliará os destinos a adotar práticas sustentáveis, sendo com o objetivo de obter alguma certificação, ou da melhoria na qualidade do destino para seus turistas, empresários e sociedade.

Essa pesquisa contempla a formação de um Gestor Ambiental, demonstrando através de estudos que poderão apontar ferramentas capazes de prevenir, avaliar e diminuir os impactos ambientais antrópicos nos destinos turísticos. As certificações ambientais para destinos sustentáveis utilizam das habilidades e competências

adquiridas ao decorrer do curso, para que profissionais da gestão ambiental possam planejar, desenvolver e gerenciar as atividades de conservação, controle e do tratamento ambiental nos territórios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que as certificações de destinos sustentáveis reconhecidas pelo *Global Sustainable Tourism Council* em português conselho global de turismo sustentável (GSTC) é um tema relativamente novo considerando que seus critérios para destinos foram criados somente em 2013, faz com que não se tenha uma bibliografia ampla para obter-se um embasamento pleno sobre o objeto de pesquisa. Com isso, se fez necessário contemplar várias temáticas de estudos relacionados a tal objeto na presente fundamentação teórica. Sendo assim, esta seção agrega materiais de autores clássicos e artigos contemporâneos, fazendo com que a fundamentação teórica percorra de maneira sucinta temas importantes para a construção de uma base sólida dos assuntos abordados para a continuidade deste trabalho. Partindo do desenvolvimento sustentável e sua presença no turismo, a fundamentação teórica irá se afunilando entre os assuntos até que se tenha um embasamento do universo no qual as certificações para destinos turísticos credenciadas no GSTC se inserem.

2.1 Desenvolvimento sustentável no turismo e destinos

As atividades antrópicas existentes no turismo, como na maioria das atividades humanas, podem ser promotoras de impactos positivos e negativos sobre o ambiente. Estes impactos podem ocorrer em diferentes atividades no setor do turismo e em distintas escalas.

Seguindo as idéias de Lickorish; Jenkins (2000), os impactos da atividade turística são divididos em impactos econômicos, socioculturais e ambientais. Ruschmann (1999) avalia que esses impactos são causados por uma série de atividades turísticas e não são ocasionados por eventos pontuais resultantes de uma causa específica, originando assim, processos de mudanças nos territórios.

Lickorish; Jenkins (2000) falam que entre os principais impactos econômicos do turismo a nível macro ou nacional estão os ganhos do câmbio do exterior e as contribuições para as receitas do governo, a níveis locais estão os impactos que acarreta na geração de renda e empregos, e o estímulo ao desenvolvimento

regional. Ruschmann (1999) ressalta ainda que o turismo têm outros impactos econômicos tidos como negativos, como no caso da troca das áreas primárias de produção pelo turismo que por consequência desperta o surgimento da necessidade de importação de produtos, a quebra de economias pela diminuição das atividades turísticas em territórios, a inflação e a especulação imobiliária resultante em aumento de preços em territórios onde o turismo acontece, e a sazonalidade da demanda turística.

Lickorish; Jenkins (2000) afirma que as mudanças causadas pelo turismo nas sociedades são influenciados por vários aspectos como o tamanho do destino, a distribuição das atividades turísticas nestes territórios, e as crenças religiosas e culturais básicas. Ruschmann (1999) aponta que impactos sociais e culturais do turismo nas comunidades receptoras são de difícil distinção visto que o social e o cultural estão muitas vezes inter-relacionados.

Entre os impactos socioculturais listados por Lickorish; Jenkins (2000), estão as mudanças nos valores e tradições, o renascimento das artes locais e das atividades culturais tradicionais, a renovação das tradições da arquitetura local, a reativação da vida social e cultural da população, e as mudança nas estruturas sociais ocasionados pelas oportunidades de emprego, negócios e lucros, os autores relatam que esses impactos são discutíveis sobre serem benéficos ou maléfico as comunidades receptoras.

O quadro 1 irá demonstrar os principais impactos ambientais resultantes da atividade turística divididos em positivos e negativos conforme as idéias de Lickorish; Jenkins (2000).

Quadro 1 - Impactos ambientais do turismo

Impactos ambientais positivos	Impactos ambientais Negativos
Preservação de áreas naturais	Poluição da água
Preservação de locais históricos e arqueológicos	Poluição do ar
Melhorias na qualidade ambiental	Poluição sonora
Melhorias na infra-estrutura	Poluição visual
	Superlotação e congestionamento
	Uso indevido da terra
	Ruptura ecológica
	Catástrofes ambientais

	Danos a locais históricos e arqueológicos
	Descarte incorreto de resíduos

Fonte: Lickorish; Jenkins (2000). Organizado pelo autor.

Lickorish; Jenkins (2000) apontam ainda que o planejamento é uma ferramenta fundamental para que os impactos positivos sejam impulsionados e que os impactos negativos sejam diminuídos ou até mesmo neutralizados. Um dos principais fatores no qual o planejamento do turismo deve considerar para buscar melhores resultados dos impactos antrópicos é o Desenvolvimento Sustentável (DS) do setor.

A definição consagrada de Desenvolvimento Sustentável (DS) foi publicada no Relatório Brundtland em um documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*), publicado em 1987. Neste documento o desenvolvimento sustentável é definido como “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. (SAMPAIO, 2004, p. 24). Para Gavard (2009, p. 12) “o conceito presente no Relatório Brundtland é de natureza multidimensional, contemplando as dimensões da prudência ecológica e eficiência econômica e justiça social”.

Para Canelas (2005), durante a década de 1990, o conceito de desenvolvimento sustentável norteou as políticas ambientais, criando nas instituições instrumentos regulatórios para a normatização de padrões de produção e consumo, além dos padrões de qualidade dos produtos. Gavard (2009, p. 40) diz que “o conceito de DS foi o responsável por fazer com que preservação da natureza passasse de uma reivindicação de *hippies* dos anos sessenta, para uma preocupação de primeira hora dos dirigentes das grandes corporações do século XXI”.

Em setembro de 2015 na sede da ONU em New York, ocorreu a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, como resultado da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução 70/1 foi aprovada pelos 193 Estados Membros e organizações da sociedade civil organizada. (COSTA, 2018; ODS, 2021)

Dentro da resolução intitulada "Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" ou apenas “Agenda 2030” estão os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) chamados também de Objetivos Globais para o Desenvolvimento Sustentável. Para isso foram firmados 17 objetivos¹, que para serem alcançados, devem ser cumpridas 169 metas, passíveis de monitoramento através 232 possíveis indicadores. (ALVES; VIEGAS, 2019; COSTA, 2018; FERENTZ, 2020; ODS, 2021)

Conforme exposto no portal dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (2021), o acompanhamento e avaliação da Agenda 2030 é realizada com:

Dados de qualidade, acessíveis, atualizados, confiáveis e desagregados, baseados em fontes oficiais nacionais, serão necessários para a produção periódica dos indicadores, que auxiliarão o monitoramento dos objetivos e metas.

Alcançar índices pré-estabelecidos como satisfatórios dos indicadores, para que haja o cumprimento das metas e, conseqüentemente se possa atingir os objetivos de forma global, acaba sendo desafiador para determinados territórios com diferentes peculiaridades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Esse desafio se deve pelo nível de desenvolvimento de cada território, principalmente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento com realidades tão distintas, assim como os diferentes níveis de desenvolvimento dentro de cada país, região, cidade e etc.

Para Costa (2018), o monitoramento dos indicadores e análise do cumprimento das metas dos ODS, deve considerar o contexto político e social e suas interações com o programa de desenvolvimento proposto. Soma-se a este pensamento a reflexão de Ferentz (2020) que dispõe sobre os indicadores que não utilizam a opinião da população para a tomada de decisões para o DS e leva somente em consideração os indicadores de política pública que não abrangem aspectos sociais, ambientais e econômicos.

Os indicadores de maneira integrada, representativos para base decisória e de mudança, contribuem como uma ferramenta de gestão para as localidades, podendo colaborar ainda com o envolvimento da comunidade em ações do governo, e no desenvolvimento dos setores público e privado. (FERENTZ, 2020).

¹ Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável estão disponíveis no site do desenvolvimento sustentável da ONU que podem ser acessados através do link www.un.org/sustainabledevelopment acessado em 25/01/2021.

As ideias de DS e os ODS não são aplicáveis apenas aos governos, eles podem ser adotados também em organizações públicas ou privadas, e em diferentes setores da economia como o turismo. Portanto, se faz necessário que sejam levantados aqui alguns conceitos em torno do turismo, considerando que este entendimento é fundamental para a compreensão das complexidades existentes entre o desenvolvimento sustentável e o turismo.

Beni (2007, p. 37) tem conceituado “turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço”. Tal complexidade pode ser endossada por Lickorish e Jenkins (2000, p.9), ao afirmarem que, sendo o turismo “uma atividade que ultrapassa os setores convencionais da economia, ele requer dados de natureza econômica, social, cultural e ambiental”. Tais afirmações fazem notar que o local visitado é impactado em diferentes aspectos pelas características envolvidas no processo de escolha do que e como visitar.

Binfare et al. (2016, p. 38) fizeram uma comparação dos conceitos de turismo e chegaram à conclusão que “o turismo aparece como uma atividade ampla e supervalorizada, envolvendo toda a diversidade de atividades, estruturas e facilidades utilizadas quando pessoas deslocam-se, sobretudo relacionadas ao lazer”. Milito; Silva; Nóbrega (2019) propõem a ampliação da discussão destes conceitos, principalmente sugerindo a inserção da relação entre habitantes e visitantes.

Porém, em linhas gerais, pode-se compreender o turismo como uma atividade socioeconômica a partir da movimentação de pessoas para lugares fora de seu ambiente de residência, motivadas por fins pessoais, comerciais ou profissionais. (UNWTO, 2020). Sendo assim, por se tratar de conceitos da Organização Mundial do Turismo, essa ideia de turismo é amplamente utilizada e aceita, e é sobre essa ideia contemporânea acerca do turismo que o trabalho se baseia.

Da conexão entre DS e o turismo, surge a definição de desenvolvimento sustentável do turismo (DST), considerada como aquela que “atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”. (World Commission of Environment and Development, 1987, apud RUSCHMANN, 1999, p. 10)

Já Hanai (2011, p. 217) considera que desenvolvimento sustentável do turismo é aquele “que permite manter o estado saudável necessário para a sobrevivência do sistema em condição desejável e com padrão aceitável em alto grau de qualidade”. Notoriamente a ideia de DST, é o alinhamento de condições favoráveis para que a atividade turística ocorra com elevado grau de qualidade para todos os envolvidos durante um incessante espaço de tempo.

Assim, Ruschmann (1999, p.110) diz que o desenvolvimento sustentável do turismo deve estar de acordo com a idéia de Globe’90 (1990), ao afirmar que:

O desenvolvimento sustentável do turismo deve considerar a gestão de todos os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, de modo a atender às necessidades econômicas, sociais, vivenciais e estéticas, enquanto a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais e a diversidade biológica dos meios humano e ambiental são mantidos através dos tempos. (Globe’90, 1990, apud RUSCHMANN, 1999, p. 110).

Para a mesma autora, este conceito demonstra a integração dos fatores econômicos, sociais e ambientais para o desenvolvimento humano, fazendo com que pessoas ligadas às causas ambientais, discutam o modelo de desenvolvimento do turismo proposto antes da implementação de projetos, e assim, não se tenha perdas irreparáveis causadas pelas práticas turísticas.

Para a UNWTO (2021), o desenvolvimento sustentável do turismo necessita da participação da sociedade interessada e relevante a fim de garantir uma ampla participação e a construção de um consenso. Portanto, se o setor do turismo objetiva um desenvolvimento sustentável, então é necessário ferramentas para medir os impactos e seus desempenhos nessa área. (KO, 2005, p. 432)

Logo, são necessárias diretrizes de desenvolvimento sustentável e práticas de gestão que sejam aplicáveis a todas demandas turísticas e em todos os tipos de destinos. (UNWTO, 2021). Para isso, indicadores de sustentabilidade são importantes mecanismos para mensurar a sustentabilidade, principalmente no fornecimento de informações que possam ser utilizados em tomadas de decisão em busca do desenvolvimento sustentável. (NUNES; MARTINS, 2019).

Conforme Ko (2005) são necessários padrões que meçam o progresso ou retrocesso em direção ao desenvolvimento do turismo sustentável, já que a avaliação não pode ser determinada e avaliada sem padrões pré estabelecidos. O turismo contribui direta e indiretamente para os ODS, havendo metas específicas

nos objetivos: 8 trabalho decente e crescimento econômico, 12 consumo e produção responsáveis e 14 vida abaixo da água. (UNWTO, 2021a)

As metas estabelecidas pelos ODS que contemplam diretamente o turismo, assim com e seus respectivos indicadores, podem ser observadas no quadro 2:

Quadro 2 - Metas e indicadores dos ODS no turismo

Objetivos	Indicadores
8.9 - Até 2030, conceber e implementar políticas de promoção do turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e produtos locais;	8.9.1 PIB direto do turismo como proporção do PIB total e na taxa de crescimento.
	8.9.2 Número de empregos nas indústrias do turismo em proporção do total de empregos e taxa de crescimento dos empregos, por sexo.
12.b da Meta 12 - Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que cria empregos, promove a cultura e produtos locais;	12.b.1 Número de estratégias ou políticas de turismo sustentável e planos de ação implementados com ferramentas de monitoramento e avaliação acordadas.
14.7 - Até 2030 aumentar os benefícios econômicos para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (LDCs) de uso sustentável dos recursos marinhos, incluindo através da gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.	14.7.1 Pesca sustentável como porcentagem do PIB em pequenos Estados insulares em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e todos os países.

Fonte: UNITED NATIONS (2016). Organizado pelo autor.

O reconhecimento do turismo no desenvolvimento da sustentabilidade e na Agenda 2030, oferece oportunidades para que as organizações possam usar os conjuntos de indicadores de sustentabilidade. (MELO; BARBOSA, 2020). Os indicadores de sustentabilidade na atividade turística poderão favorecer na identificação de problemáticas socioambientais e auxiliar no desenvolvimento e gestão da atividade. (OLIVEIRA, 2020)

O desenvolvimento sustentável do turismo acaba se conectando com outros modos de turismo. O turismo sustentável é um deles, ele está ligado à valoração das questões socioculturais, a proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico. Outra forma de praticar o turismo, é o turismo responsável, que percebe os turistas como promotores das práticas sustentáveis no ambiente.

Para aprofundar as discussões sobre o turismo sustentável, é válido mencionar o que Seabra (2001, p. 29) pensa sobre o assunto. Para o autor, “o

turismo sustentável é uma forma de lazer harmoniosa, fundamentada na autodeterminação, na valorização das populações nativas e no respeito ao meio ambiente". Essa ideia relata que o turismo pode ser realizado minimizando ou até mesmo não causando impactos negativos no ambiente.

Swarbrooke (2000, p. VII), em seu prefácio, coloca que "o turismo sustentável não é apenas proteção ao meio ambiente; ele também está ligado à viabilidade econômica a longo prazo e a justiça social". Além da valoração dos aspectos socioambientais, o turismo sustentável busca manter a viabilidade da atividade ao longo prazo.

O turismo sustentável conforme as palavras de Pimentel; Teixeira (2020, p. 557) "se refere, portanto, a qualquer atividade relacionada ao turismo que contribua: (1) com a produção e a promoção de recursos naturais e ambientais; (2) com valores culturais e sociais; e (3) com a integridade da comunidade local". Para que se tenha um turismo sustentável, Oliveira (2019) diz que é necessária a participação ativa da comunidade no desenvolvimento do turismo e nos cuidados da conservação do patrimônio material local.

Sendo assim, a Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu o turismo sustentável como "Turismo que leva plenamente em conta seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades anfitriãs"². Essa ideia de turismo sustentável é fundamental para a reflexão da complexidade dos impactos socioambientais que as atividades turísticas podem causar em diferentes ambientes, sejam eles grandes centros ou áreas não habitadas.

Portanto, se faz necessário maior reflexão das complexidades existentes nos fatores de relação entre o homem e o meio. Entre essas análises, pode se mencionar o desenvolvimento turístico como um potencial transformador do espaço e por consequência podendo haver modificações nos modos de vida da comunidade receptora.

² Definição de "turismo sustentável" no "Guia da UE sobre turismo sustentável para o desenvolvimento" encontrado no site da UNWTO (World Tourism Organization) Disponível em: <<https://www.unwto.org/EU-guidebook-on-sustainable-tourism-for-development>> Último acesso em: 17/12/2020.

Para que os efeitos negativos do turismo sejam remediados, cabe à população receptora (governo, sociedade, empresas) e aos turistas, pensar e tomar ações para que o turismo seja uma atividade sustentável.

Essa consciência que as atividades turísticas podem ter impactos positivos e negativos acaba estimulando, sobretudo, em determinados turistas a iniciativa de refletir sobre suas ações. Esse fato pode ainda fazer com que os turistas revejam seu modo de turismo, e tenham ações que objetivam potencializar seus impactos positivos e minimizar os impactos negativos. Este modo de turismo é chamado de turismo responsável.

Pires (2019) comenta que a expressão turismo responsável surge em referência aos segmentos do turismo que visam respeitar as comunidades visitadas, atrativos e recursos (sobretudo natureza e cultura), em tempo de atender os interesses das partes envolvidas. Nota-se que, ao descrever o turismo sustentável, o autor tornou-o um modo de praticar o turismo, ou seja, a responsabilidade estaria na compreensão e nas ações de relação entre os turistas e a comunidade receptora, e destes com o ambiente.

Tal ideia pode ser endossada por o que diz Marques; Brito; Alarcão (2009, p. 86):

O turismo responsável coloca mais ênfase no viajante do que na comunidade que ele visita. Surge da tomada de consciência de que o viajante é responsável pelo efeito do turismo sobre a população e o ambiente.

Fica notável que o turismo responsável surge como uma ferramenta onde o turista irá protagonizar ações para que sua viagem contemple benefícios no decorrer da atividade turística.

Esta forma de turismo tem como foco principal o equilíbrio entre benefícios e responsabilidades nas relações sociais desenvolvidas durante a experiência turística, onde turistas e anfitriões refletem sobre suas ações e consequências (GABRIELLI, 2017). Fica evidente que o turismo sustentável deve ser realizado sem prejudicar os aspectos socioculturais envolvidos, sendo assim, não somente os turistas deverão realizar ações que sejam responsáveis para não impactar negativamente tais aspectos, mas também é necessário o planejamento por parte da

comunidade receptora para que o turismo seja realizado em seu território protegendo sua cultura, valores e ambiente.

O turismo responsável oportuniza a manutenção da infraestrutura turística, satisfazendo as necessidades dos turistas, sem gerar danos ao meio ambiente, valorizando os aspectos socioambientais e contribuindo para a economia local. (PINHEIRO; ROSA; SOUZA, 2020). Estas ações são fundamentais para que se tenha um desenvolvimento sustentável do turismo no território, e que ao mesmo tempo proporcione à comunidade local acesso às infraestruturas básicas que possibilite que as comunidades anfitriãs vivam com dignidade.

É fundamental no turismo responsável, levar em conta a população local ao longo do processo de desenvolvimento do turismo no destino, não apenas como beneficiário, mas também como um sujeito ativo do turismo (GABRIELLI, 2017). O turismo responsável vem se tornando uma tendência com aplicação de valores morais na organização, marketing e planejamento da viagem e na gestão do território. (BURGOS, 2018)

Portanto, o turismo responsável é promotor do desenvolvimento sustentável do turismo, principalmente nos espaços onde o turismo acontece, ou seja, os destinos turísticos. O desenvolvimento sustentável do turismo, portanto, deve ser um importante norteador das ações de planejamento, organização, desenvolvimento e monitoramento da atividade nos destinos turísticos.

Para ampliar os conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos, primeiro precisa-se definir o que é um destino turístico. Para Valls (2006, p.16) destino turístico é “um país, região ou estado, cidade ou lugar como um espaço geográfico determinado, com características de clima, raízes, infraestrutura e serviços próprios”.

Cooper (2011, p. 114) diz que um destino turístico “é o espaço físico onde o turismo acontece e as comunidades vivem e trabalham, um lugar recheado de simbolismo e de imagens que transbordam cultura e história”. Fica evidenciado nas definições de destino turístico, que esse é um espaço com suas próprias peculiaridades, onde a atividade turística é envolvida de aspectos socioambientais, econômicos e culturais.

A UNWTO tem um dos conceitos mais utilizados e completos para descrever o destino turístico:

Um destino turístico é um espaço físico no qual um visitante pernoita pelo menos uma noite. Inclui produtos turísticos tais como, serviços de suporte, atrações e recursos turísticos a um dia de viagem de regresso. Tem fronteiras físicas e administrativas que definem a sua gestão, e tem também imagens e percepções que definem a sua competitividade no mercado. Os destinos turísticos incorporam vários *stakeholders* que geralmente incluem a comunidade local, e podem ainda, abrigar e formar, uma rede maior de destinos. (OMT, 2010 apud FLORES; MENDES, 2014, p. 231. Grafado pelo autor).

Porém, essa definição não menciona de forma clara que este espaço provavelmente conta com a existência de culturas e de aspectos ambientais como peculiaridades próprias. Ao considerar que o destino turístico tem singularidades sociais, econômicas, culturais e ambientais, torna-os complexos e de difícil planejamento. Esse planejamento do turismo em um território deve ser realizado através de uma governança.

Ganzer et al. (2017) destacam que os destinos turísticos necessitam de uma governança que envolva na gestão do processo produtivo do turismo diferentes atores, tais como a administração pública, organizações turísticas e a população local.

A governança dentro do contexto do turismo, está associada a uma forma de governar onde o Estado não deverá ter o total comando e controle, sendo necessárias mais representatividades da sociedade nos processos de decisão do planejamento e operação do turismo no território. (COUTINHO; NÓBREGA, 2019)

Para Coutinho; Nóbrega (2019) é notável que as governanças devem ser geridas de forma autônoma, voluntária e dinâmica, demandando que todos os atores tenham o sentimento de pertencimento e cooperação, buscando interferências que beneficiem a localidade. Essa ideia de governança pode ser melhor evidenciada a partir do que Flores; Mendes (2014) dizem sobre o destino turístico, o considerando como um sistema onde o turista vivenciará a sua experiência, devendo haver cooperação e redes de empresas públicas e privadas para a realização de uma experiência de excelência.

Logo, é necessário que o planejamento e as ações para que o turismo seja executado com excelência, leve em consideração a sustentabilidade do próprio

destino. A vida útil de um destino, está na oferta de qualidade das atividades turísticas, ou seja, nas condições de seus atrativos, na infraestrutura turística e básica local, na situação de sua sociedade, do meio ambiente e etc.

Essa visão de perdurar os destinos turísticos por meio de ações sustentáveis, tornando o ciclo de vida do destino duradouro no decorrer dos anos através do fomento dos impactos positivos, e da redução dos impactos negativos da atividade turística no local visitado, dá origem ao surgimento do termo destino turístico sustentável (DTS).

Assim sendo, Valls (2006, p. 59) é assertivo ao descrever que um destino turístico sustentável, “é aquele que adota um conjunto de medidas globalizadoras, realizáveis e de planejamento duradouro, que se estende a todas as fases do ciclo de vida e encadeia seu desenvolvimento geral no contexto econômico, social e cultural”. Essa ideia de DTS, destaca a importância de reunir informações e encontrar ferramentas para que as práticas sustentáveis no destino turístico sejam integradas e abordadas em conjunto.

A definição de destino sustentável “exige que a procura turística seja satisfeita de forma a continuar a atrair os fluxos turísticos, mas também a respeitar as necessidades da população local, salvaguardando assim o ambiente natural do destino”. (CANDELA; FIGINI, 2012, p. 555).

Essa visão de destino turístico sustentável demonstra que, além das preocupações socioambientais, o destino deve ser planejado para que a atividade turística seja duradoura sem causar impactos negativos no meio ambiente, na comunidade e em sua cultura.

Embora haja poucas definições de destino turístico sustentável, “o consenso geral é que a sustentabilidade dos destinos turísticos inclui aspectos de preservação de recursos, oportunidades para a economia local, benefícios para a comunidade e gestão adequada do destino”. (AYDIN; ALVAREZ, 2020, p. 2)

Pode-se, portanto, considerar que o destino turístico sustentável é um local onde o planejamento do território para conceber a atividade turística, resguarda a população local, sua cultura e meio ambiente de possíveis impactos negativos, e potencializa ações para os impactos positivos.

Logo, é válido aqui destacar que destinos não são apenas locais com atrativos, turistas e com os fatores peculiares ao ambiente, como os culturais, econômicos, sociais e ambientais. É preciso pensar que é nestes espaços que são gerados resíduos da atividade turística. Também é necessário salientar, a necessidade de sensibilização da própria comunidade para que tenham atitudes colaborativas no exercício da sustentabilidade.

O destino turístico sustentável, quando planejado para que possa se desenvolver conforme as percepções do DS, irá enriquecer o destino com ideias mais globalizadoras de desenvolvimento. Com isso, o destino não irá somente se desenvolver por si mesmo, mas irá colaborar para que o desenvolvimento sustentável seja mais amplo e tenha reflexos além de seus limites territoriais.

Para haver o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, são necessários planejamento estratégico e avanços em áreas definidas, a fim de tornar o destino desejável para viajantes, focando na oferta turística e nos moldes do DS. (ULANDER; SAVU, 2020). Essas ações irão agregar valor à experiência vivenciada pelos turistas, que buscam uma crescente sensibilidade em alcançar a harmonia entre o crescimento da atividade turística e a conservação dos aspectos socioambientais nos destinos turísticos. (VIGNATI, 2012)

Para isso, se faz necessária que a governança³, em todos seus níveis de governação, pautem-se em políticas e ferramentas que permitam a coordenação, a integração, a implementação, a melhoria e o desenvolvimento dos fundamentos do DS. (FARIA, 2020).

Vignati (2012) destaca que o planejamento do turismo no território deve ser resultado de um consenso social, por meio da aplicação de instrumentos técnicos a serem elaborados por profissionais bem capacitados.

Nota-se que o desenvolvimento sustentável, portanto, se utiliza de ferramentas para que haja uma gestão integradora. Isso demonstra que para gerir um destino turístico são necessários procedimentos técnicos e profissionais capacitados, além da participação da comunidade.

³ “Governança, por sua vez, diz respeito ao ato de governar, conduzir, reger e integrar harmonicamente os diferentes interesses, políticas e perspectivas do desenvolvimento regional, integrando diferentes atores de um território” (BRASIL, 2019)

Essa ideia é ampliada quando se coloca esses novos elementos em destaque, conforme pode-se perceber na reflexão de Wollnik (2011 p. 4 - 5) ao dizer:

(...) a gestão sustentável de destinos significa a gestão conjunta de um destino considerando o conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, a conscientização de ferramentas e técnicas de sustentabilidade dentro do setor turístico, como processos participativos, planos de proteção de área ou códigos de conduta.

Essa ideia de utilização de padrões, ferramentas, tecnologias e profissionais capacitados, quando aplicadas para que as ações humanas sejam pouco ou nada impactantes ao meio ambiente, é considerada como gestão ambiental. Sendo que a gestão ambiental pode ser utilizada em praticamente toda e qualquer forma de ação humana, dentre elas, o turismo.

2.2 Gestão ambiental no turismo e destinos

A utilização da gestão ambiental é necessária para que os impactos antrópicos sejam minimizados ou erradicados. Muitas práticas antigas de cuidados com o meio ambiente são formas de gestão ambiental como a conhecemos hoje. Mesmo que essas práticas não fossem usadas como regras, se sabia de seus benefícios futuros, principalmente a lucratividade ao aproveitamento máximo de materiais, e dos benefícios de cuidar da terra para aumentar sua vida útil.

A partir da década de 1990 ocorreu a disseminação da consciência sobre a sustentabilidade e por consequência foram criadas normas, políticas e legislações ambientais ao qual as organizações tiveram que adotar. (DAL FORNO, 2017). Durante este período, as situações que envolvem a gestão ambiental eram vistas de forma local, sem uma avaliação multidisciplinar e holística dos seus efeitos a níveis mundiais. (IEL, 2013).

A gestão ambiental surge das relações humanas entre si e com o meio físico-natural que acabam transfigurando o ambiente na produção de cultura, bens materiais, valores, modos de fazer e pensar que determinarão os impactos ambientais. (NETTO; GOIS; LUCION, 2017). Gestão ambiental é a escolha de técnicas e cumprimento de legislações que através da alocação de recursos

humanos e financeiros, organiza as atividades humanas para originarem menor impacto sobre o meio. (REZENDE, 2015).

A gestão ambiental requer decisões em todos níveis administrativos e operacionais das organizações, adotando um conjunto de políticas e ações de caráter social, técnico e produtivo com o objetivo de alcançar um melhor desempenho ambiental (NETTO; GOIS; LUCION, 2017). Para isso, os modelos de gestão ambiental incorporam a ideia de preservação, encarando os problemas ambientais de forma holística, alinhando-as às estratégias da organização. (REZENDE, 2015).

A gestão ambiental pode ser entendida como:

(...) diretrizes e atividades administrativas e operacionais, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam. (BARBIERI, 2011, p. 19 apud JESUS; DOS SANTOS; PHILIPPI, 2015, p. 7)

Essa definição ampla da gestão ambiental facilita a compreensão das mais variadas formas de uso e finalidades que estas tecnologias proporcionam para que as ações humanas sejam minimamente impactantes ao meio ambiente. Outros aspectos importantes a serem mencionados, é que não existe na definição nenhuma tentativa de setorizar sua empregabilidade, demonstrando que a gestão ambiental pode ser usada sempre que existirem preocupações ou evidências de danos ao meio ambiente.

Com as preocupações dos impactos antrópicos na biosfera, a gestão ambiental tem se tornado um diferencial competitivo para organizações de diversos setores, acarretando em mudanças produtivas, de comercialização e de consumo. (NETTO; GOIS; LUCION, 2017). Ao integrar a gestão ambiental nas atividades operacionais das organizações, seus produtos e serviços serão considerados diferenciados por investidores e pelo público em geral, dos que não consideram a gestão ambiental como um diferencial. (VIEIRA, 2015).

É importante que sejam implementadas metodologias participativas na elaboração de sistemas de gestão ambiental que priorizem o protagonismo dos atores, contribuindo para adequar às realidades locais e para o desenvolvimento local sustentável. (NETTO; GOIS; LUCION, 2017). Com caráter multidisciplinar e

holístico, a gestão ambiental contribui no auxílio dos processos de tomada de decisão que busquem soluções sustentáveis e concretas de transformação social. (VIEIRA, 2015).

Embora tenha sido a indústria a principal responsável pela evolução da gestão ambiental nas últimas décadas, essas ferramentas para proteger o meio ambiente das ações humanas podem ser empregados nos mais variados setores, entre eles o turismo.

A gestão ambiental quando aplicada ao turismo, torna-se um potencial aliado da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável principalmente no que diz respeito às questões ambientais.

O turismo geralmente impacta positivamente no ambiente econômico, porém, gera impactos negativos nos ambientes naturais e socioculturais, ditos como matéria prima do turismo, portanto, é imprescindível proporcionar cuidados para que haja a sobrevivência do turismo a longo prazo. (LEMOS, 2004). O Turismo deve contemplar um planejamento amplo, considerando setores ligados à economia e ao ambiente socioambiental. (SEABRA, 2001).

A UNWTO (2004, p. 160) afirma que, “para reduzir os impactos negativos do turismo, é necessário implementar medidas aplicando técnicas e tecnologias de gestão ambiental avançadas” Pinheiro; Rosa; Souza (2020) complementam que, para desenvolver a atividade turística de forma sustentável, são necessárias políticas de planejamento, gestão ambiental e responsabilidade social.

Portanto, é necessária a integração entre o planejamento, legislação e gestão ambiental, democratizando o processo de tomada de decisões que considere “o maior número de dimensões possíveis (ambiental, social, econômica, política, entre outras), além da participação dos atores sociais”. (SANTOS, 2013 p. 40)

A gestão ambiental no turismo pode ser realizada em diferentes níveis, seja atendendo a legislação e normas voltada para o controle da poluição, seja também através da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), buscando assim, medidas para prevenção e desenvolvimento de novos processos e produtos, e da utilização de ferramentas e tecnologias capazes de minimizar os impactos ou até mesmo não impactar no meio ambiente, ou seja ainda, estabelecendo o conceito

de excelência ambiental, avaliando o desempenho produtivo e econômico gerados pelas medidas de gestão ambiental, com os valores éticos do desempenho ambiental. (BAHIA; FORTES; FERREIRA, 2005)

A gestão ambiental vem sendo vista como uma importante ferramenta para a competitividade no turismo, principalmente impulsionada pelo setor de hospedagem que, ao aplicar técnicas como o aproveitamento de água da chuva, geração de energia própria, venda de resíduos entre outras práticas de gestão ambiental, culminam em inúmeros benefícios, incluindo-se aí a possibilidade de comunicação de tais ações como um modo de *marketing*. Destaca-se que, não somente a hotelaria, mas outras atividades associadas ao turismo podem apropriar-se dessas tecnologias alinhadas à gestão ambiental, como por exemplo os destinos turísticos.

No turismo, a gestão ambiental de destinos é um colossal desafio, pois existem muitos atores e interesses que tornam o planejamento e as ações de implementação complexos, pois geralmente necessitam de políticas públicas que impactam em modos de vida e de desenvolvimento.

Conforme Ruschamann (1999, p.114) “os esforços na preservação da qualidade do meio ambiente manterão a atratividade das destinações em alta durante um período maior, ampliando a lucratividade dos empreendimentos”.

Para que se possa ampliar esse debate, Swarbrooke, (2000) diz que a sustentabilidade em destinações turísticas diz respeito ao desenvolvimento de formas de turismo que aumentem a capacidade da destinação, apoiando o meio ambiente e seu mercado turístico, impedindo assim, o declínio do ciclo de vida na região turística. O mesmo autor evidencia ainda que, “em outras palavras, o turismo deve ser sustentável em si mesmo, mas também deve ajudar a sustentar a comunidade e o meio ambiente local”. (SWARBROOKE, 2000, p. 70).

Nota-se que sustentabilidade até então não é algo tão ligado às questões socioambientais, e sim em condicionar a durabilidade do destino com qualidade e lucratividade. Porém as questões sociais, culturais e ambientais aparecem escondidas dentro do conceito sustentável, ou seja, são necessários esforços de preservação nessas áreas (social, cultural e ambiental) para que o destino turístico se mantenha como um atrativo de qualidade.

Para isso, a gestão ambiental quando aplicada em destinos, minimiza os impactos ambientais negativos da atividade turística, proporcionando às localidades maiores retornos econômicos. (MIRELY; VIRGINIO, 2014). Para que isso ocorra, são necessários a integração do planejamento territorial e dos planos de gestão ambiental, com o desenvolvimento do turismo na localidade, alinhados aos planos de turismo das diferentes esferas (local, municipal, regional, estadual, federal...). (SANTOS, 2013)

Portanto, o envolvimento entre os governos locais, a sociedade e a iniciativa privada, e destas com as ações de gestão ambiental, são fundamentais para que se possa alcançar bons resultados para o meio ambiente e para o destino. (MIRELY; VIRGINIO, 2014)

O poder público conta com sua própria estrutura para tomar decisões de longo prazo que tratam sobre as questões ambientais no destino turístico, além de ser responsável por executar e fiscalizar tais decisões. A sociedade civil (representada por Associações, ONGs, institutos e etc.), deve contribuir com projetos no destino turístico, cada grupo com finalidades diferentes, mas todos com o objetivo de garantir a sustentabilidade do destino. Essas instituições assim como as empresas devem objetivar o alcance de maiores resultados que apoiem e contribuam para que as atividades econômicas, sociais e culturais sejam menos degradantes ao meio ambiente, se utilizando da gestão ambiental integrada. (SANTOS, 2013)

Ruschmann (1999) afirma que a atividade turística se relaciona com o meio ambiente com algumas peculiaridades que devem ser levadas em conta nas ações estratégicas de planejamento, estabelecendo critérios para a utilização dos espaços de acordo com suas características e fragilidades. Destinos turísticos precisam considerar as divisões espaciais do território através de seus usos e necessidades de gestão, contribuindo assim para a eficiência da gestão ambiental e oferecendo infra-estrutura básica de apoio ao turismo e a comunidade. (BAHIA; FORTES; FERREIRA, 2005)

Seabra (2001) afirma que para proporcionar uma gestão eficiente dos recursos naturais e culturais com responsabilidade social, são necessários esforços

para que o planejamento turístico contemple os fatores ambientais, tornando-se assim uma ferramenta efetiva para a sustentabilidade.

Porém, esses são procedimentos científicos e administrativos complexos e que necessitam ser bem articulados. Com o avanço dos estudos sobre os impactos ambientais da atividade turística, já é possível avaliar sistematicamente estes impactos, assim como também é possível conhecer as melhores formas de minimizá-los, sobretudo com meios para prevenir tais impactos através do planejamento ambiental e de medidas corretivas, seguidos de monitoramento contínuo e mecanismos de controle. (LICKORISH; JENKINS, 2000)

O gerenciamento da qualidade ambiental dos destinos turísticos se destaca no mercado e influencia a indústria de viagens na escolha de seus parceiros que buscam experiências prazerosas para os turistas. (LICKORISH; JENKINS, 2000)

Portanto, para demonstrar ao mercado suas conformidades com o meio ambiente, os destinos turísticos podem buscar certificações que comprovem a qualidade ambiental da atividade turística no território, embora essas certificações não signifique que o destino alcançou seu nível máximo de gestão ambiental, pois esse é um aprimoramento contínuo de implementação de técnicas avançadas. (BAHIA; FORTES; FERREIRA, 2005).

2.3 A Certificações ambientais no turismo e destinos

As certificações são utilizadas para demonstrar conformidades, sejam na qualidade, na segurança, nos cuidados com a sociedade, com o meio ambiente e etc. São fornecidas através de declarações com as conformidades e podem ser utilizadas visualmente através de meio de comunicação para que os interessados reconheçam seus diferenciais de mercado.

A International Organization for Standardization (ISO), uma das principais e mais reconhecidas organizações produtoras de normas e retentoras de certificações no mundo, afirma que certificações é “o fornecimento por um órgão independente de

garantia por escrito (um certificado) de que o produto, serviço ou sistema em questão atende a requisitos específicos”⁴.

Já a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) descreve que “Certificação é um processo no qual uma entidade independente (3ª parte) avalia se determinado produto atende às normas técnicas. Esta avaliação se baseia em auditorias no processo produtivo, na coleta e em ensaios de amostras”⁵.

Essas definições destacam que as certificações são um reconhecimento dado por instituições externas a produtos, processos, serviços ou sistemas que atendem a requisitos pré-estabelecidos.

Quando se observa no documento do Ministério do Turismo do Brasil (MTUR), intitulado “Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura: Relatório diagnóstico”⁶, amplia-se a visão do conceito de certificação anterior ao descrever que:

A certificação consiste na declaração, efetuada por um organismo de certificação, de que um produto, processo, sistema ou pessoa está em conformidade com requisitos especificados. Esta declaração pode ter a forma de um certificado de conformidade ou a aposição de uma marca ao produto ou sua embalagem (marca de conformidade) (BRASIL, 2005, p. 30).

Lavor (2009), complementa tal ideia ao indicar que a certificação é uma garantia para consumidores que determinado produto ou serviço atendem a padrões de qualidade e portanto oferece as características esperadas.

Seguindo este raciocínio, Brasil (2005) afirma que as organizações utilizam as certificações para ganhar visibilidade no mercado ao demonstrarem conformidades a requisitos específicos, ou ainda por obrigação de comprovação de suas conformidades.

Diante disso, a certificação se torna uma ferramenta capaz de passar ao consumidor a certeza de que o produto ou serviço é confiável já que passou por avaliações de organismos independentes. (LAVOR, 2009)

⁴ Conceito de certificação da International Organization for Standardization (ISO) disponível em: <<https://www.iso.org/certification.html>> Acessado em 10/01/2021.

⁵ Conceito de certificação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) disponível em: <<http://www.abnt.org.br/certificacao/o-que-e>> Acessado em 10/01/2021.

⁶ Ministério do Turismo do Brasil intitulado Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura: Relatório diagnóstico disponível em: <<http://www.tur.br/images/Regulamentacao.pdf>> Acessado em 11/01/2021.

Estas organizações especializadas que efetuam a certificação podem ser públicas ou privadas, porém devem ser independentes da empresa detentora da certificação, do comprador, ou de qualquer outra que represente interesse entre estes. (BRASIL, 2005)

Para que a certificação tenha sua competência técnica atestada, é necessário que um sistema nacional ou internacional, reconhecido pelo governo nacional ou de alta relevância e de integridade internacional faça a acreditação (BRASIL, 2005). “A acreditação é um processo no qual o organismo acreditador declara que um determinado organismo está apto a realizar avaliações de conformidade” (LAVOR, 2009, p.56). Essa acreditação é fundamental para que a certificação passe por análise de órgãos que atestem suas conformidades com padrões amplamente aceitos e relevantes para seus fins de comprovação.

Tal acreditação, segundo Lavor (2009), é concedida e embasada quase que exclusivamente em normas e guias de relevância internacional, e devem ser reconhecidas pelos sistemas de certificação nacionais ou internacionais. Brasil (2005) ressalta que a acreditação é realizada por meio de auditorias, seguindo normas e guias internacionais, sendo que é uma atividade voluntária, cabe aos organismos a decisão de serem acreditados.

Há diversos tipos de certificação, que comprovam diferentes tipos de conformidade. Por exemplo, a certificação que atesta conformidades que determinada organização adota cuidados para que suas atividades não sejam impactantes ao meio ambiente, são chamadas de certificações ambientais.

As certificações ambientais são importantes nas relações globais da atualidade. São muitas vezes não só um *plus*, mas praticamente uma exigência que deve ser cumprida para que se consiga ampliar os mercados de comercialização em determinados setores.

Isso se deve em parte pelo aumento das atenções da sociedade às questões ambientais, sendo que estas questões estão sendo consideradas na decisão de compra pelas partes interessadas, com isso, surge a necessidade de identificar produtos, processos e serviços que gerem pouco ou nenhum impacto ambiental negativo. (SILVA; BORTOLUZZI; BERTOLINI, 2017). Uma maneira das

organizações demonstrarem suas conformidades com as questões socioambientais é por meio de certificações ambientais.

Para Carvalho et al., (2019, p. 540):

A certificação ambiental é resultado da verificação da eficácia do sistema de gestão ambiental executado por uma empresa. Por meio de auditorias ambientais é feita a avaliação sistemática, documentada, periódica e objetiva do funcionamento da organização do sistema de gestão e dos processos de proteção do meio ambiente.

É importante mencionar ainda, que na grande maioria dos casos, a certificação ambiental é voluntária e independente, sendo ela aplicada por terceiros seguindo critérios bem definidos, possibilitando um mecanismo de informação aos clientes e uma importante ferramenta de *marketing* para as organizações. (SILVA; BORTOLUZZI; BERTOLINI, 2017)

Sendo assim, as organizações são motivadas por esse reconhecimento oficial proporcionando um diferencial competitivo, beneficiando financeiramente a organização a médio e longo prazo, ou seja, a certificação ambiental é considerada como um investimento. (CARVALHO et al., 2019).

Quando rotulagens ecológicas são utilizadas sem uma certificação, portanto sem atender a critérios estabelecidos por organizações de notável reconhecimento, podem acabar enganando consumidores e outros interessados quanto às práticas ambientais das organizações, que nem sempre são realmente práticas ambientais corretas ou realizadas.

Essa demonstração que organizações têm preocupação com o meio ambiente de maneira inapropriada, é chamada de *greenwashing*, ou lavagem verde, ou seja, quando se quer mostrar aos interessados que você tem preocupações ambientais, porém essas ações não são reconhecidas por normas e padrões para serem certificadas ou até mesmo, não são praticados em seus processos quaisquer ação para resguardar o meio ambiente.

Pode-se entender o *greenwashing* como qualquer ação para demonstrar uma imagem que determinada organização tem preocupações com o meio ambiente, mesmo que na realidade essas preocupações não sejam aplicadas em seus processos, confundindo o processo de escolha dos cidadãos que desejam consumir

de organizações realmente preocupadas com as questões ambientais. (ARAÚJO; DIAS; PAGOTTO, 2019).

Essas práticas representam um desserviço e geram conflitos nas relações com as partes interessadas em se relacionar com organizações com práticas ambientais, para isso se utiliza de diversas rotulagens mas principalmente selos falsos que não são certificados. (VARELA et al., 2017).

Por outro lado, as certificações ambientais reconhecidas e idôneas servem como um diferencial nos custos ambientais e sociais entre organizações, podendo ainda reduzir barreiras técnicas na conquista de mercados na lógica da globalização, pois facilita negócios internacionais onde padrões ambientais são vistos como barreiras verdes. (BRISOLARA; SILVA; CARDOSO, 2016).

Portanto, a correta implementação de certificações ambientais acabam enquadrando as organizações em sistemas econômicos e de comercialização, e sistemas ambientais, fortalecendo suas relações com os mercado através do gerenciamento dos processos que ao buscar eficiência, a tornam uma vantagem competitiva. (FÉLIX; ELY, 2018).

As certificações ambientais podem ser fornecidas para empresas, organizações, governos entre outros. Portanto, na indústria do turismo as certificações podem ser ferramentas para que várias atividades demonstrem suas conformidades e preocupações com o meio ambiente.

As certificações ambientais no turismo são promotores para que regulamentações e políticas sejam cumpridas pelas organizações, com o propósito de minimizar os impactos ambientais da indústria do turismo, fazendo com que a padronização e profissionalização sejam demonstrados através de marcas, logotipos ou sinais que demonstrem a qualidade na preocupação com os aspectos ambientais nos diferentes tipos de operações e serviços turísticos, deixando para os turistas a responsabilidade pela escolha. (OLIVEIRA, 2013).

Portanto, a certificação ambiental no turismo permite o aumento da competitividade através da demonstração da qualidade dos produtos e serviços, com a valorização e proteção dos patrimônios naturais, históricos e culturais e com

geração de benefícios para as populações anfitriãs. (BAHIA; FORTES; FERREIRA, 2005).

Os programas de certificação em sustentabilidade no turismo ou Iniciativas Voluntárias para o Turismo Sustentável (IVTS) são ferramentas que estimulam a melhora no desempenho socioambiental da cadeia turística, através do desenvolvimento e implementação de ferramentas de maneira voluntária pelas organizações, fazendo com que essas iniciativas alcance o máximo possível de organizações e que por meio da qualidade de seus projetos sustentáveis criem um modelo de turismo autossuficiente. (OLIVEIRA, 2013).

Embora seja possível identificar rumos e procedimentos comuns entre diferentes IVTS's, a escolha do modelo utilizável a cada organização ou localidade deve levar em consideração as suas individualidades e especificidades, propiciando assim, que o programa de certificação contemple seu grau de desenvolvimento social, permitindo que os mais desenvolvidos mobilizem o setor e que os menos desenvolvidos solucionem problemas primários de desenvolvimento a fim evoluir rumo ao desenvolvimento sustentável. (LAVOR, 2009).

Os esquemas de certificação servem para encorajar a adoção voluntária de práticas sustentáveis, aumentar a lucratividade e informar aos turistas sobre os desempenhos socioambientais da organização. (GRAPETIN; AYIKORU, 2019).

As certificações ambientais no turismo servem principalmente como mecanismo de mercado, uma vez que, ao serem reconhecidas como significativas e confiáveis, fazem com que os turistas preocupados com as causas socioambientais acabem privilegiando essa escolha de consumo, isso acaba tornando o turista uma engrenagem da gestão ambiental que por meio da escolha de organizações com certificados que comprovem seu compromisso com o meio ambiente e com as sociedades dos locais que operam, acabam contribuindo para a valoração dos aspectos sociais, cuidados com meio ambiente e oportunizando aos funcionários direitos trabalhistas com dignidade. (OLIVEIRA, 2013).

O estudo da sustentabilidade assim como do turismo são de complexas delimitações, dificultando sua estruturação e o estabelecimento de critério e normas e por consequência torna-se uma indústria difícil de regular, além do fato de que as certificações ambientais no turismo tem o termo sustentabilidade focado nas

questões relacionadas ao meio ambiente. Essa complexidade faz com que cada subsetor e localidades criem seus próprios selos na tentativa de responder à pressão da sociedade em fornecer parâmetros aos interessados (LAVOR, 2009).

Oliveira (2013, p.89) relata que as certificações ambientais no turismo são capazes de identificar claramente que as organizações adotantes têm suas performances ambientais superiores às normas e padrões estabelecidos, tornando as certificações como uma ferramenta para distinguir as organizações comprometidas com “o bem estar, a preservação ambiental e os rumos da sociedade no planeta”. Esta ideia, portanto, contempla a ideia de que organizações isoladas estariam auxiliando nos rumos da civilização e da biosfera, sem considerar suas relações com o *trade*⁷ e com o entorno.

Essas normas devem gerar benefícios ao setor turístico, propiciando novos modelos de produção e consumo, tornando eficiente a troca de informações e colaborando com a confiança dos envolvidos, protegendo a vida e a saúde humana, provendo meios eficazes para aferir a qualidade dos produtos e sua responsabilidade socioambiental, além de agir eliminando barreiras técnicas e comerciais (LAVOR, 2009).

Pode-se somar a isso, as reflexões de Andrade (2018), que ao defender que as certificações ambientais no turismo, ao garantirem que determinada atividade ou produto atenda a padrões estabelecidos, acabam desenvolvendo programas de certificações que medem diferentes aspectos relacionados às distintas atividades.

Os esquemas de certificação que promovem a sustentabilidade na indústria do turismo devem contribuir com a diminuição do lançamento de gases do efeito estufa, com a redução de emissão de resíduos e com a utilização dos recursos de forma sustentável (ANDRADE, 2018). No turismo muitas atividades podem se utilizar das certificações para demonstrar suas responsabilidades ambientais, ou seja, no turismo “os rótulos ecológicos podem ser aplicados a produtos, serviços e destinos” (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; CABALLERO, 2017, p.97)

⁷ *Trade* - É um conjunto de agentes, operadores, hoteleiros, transportadores e prestadores de serviços turísticos; utilizado também como sinônimo de mercado ou de setor empresarial (SÃO PAULO, s.d.). Disponível em <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/gloss%C3%A1rio-do-turismo/67-outros/gloss%C3%A1rio-do-turismo/901-t.html>> Acessado em 15/01/2021.

As certificações ambientais em destinos turísticos contribuem para que organizações complexas (destinos turísticos com todas as suas peculiaridades) minimizem os impactos negativos do turismo no meio ambiente e na sociedade receptora. Com isso, é capaz de demonstrar aos interessados que o turismo quando organizado, pode se desenvolver em determinado território sem depredar seus recursos ambientais, sociais e culturais.

Deste modo, o crescimento acelerado do turismo, assim como o aumento da concorrência entre destinos turísticos e a percepção por parte da sociedade em torno do desenvolvimento sustentável, vem impulsionando o setor a criar ferramentas para monitorar e avaliar a sustentabilidade no destino, entre elas estão as certificações (SANTANA, 2015).

Esse interesse de avaliar e certificar destinos pode estar sendo resultado do reconhecimento dos impactos socioambientais que o turismo causa através de suas várias atividades, sendo assim, a busca pelo cumprimento de metas para alcançar a sustentabilidade de maneira ampla visando uma certificação, acaba atenuando os impactos negativos do turismo (GRAPETIN; AYIKORU, 2019).

O setor vem apostando nos destinos turísticos para evoluir na gestão da qualidade dentro do turismo, buscando atingir as necessidades de todos interessados e estando em conformidade com requisitos que garantam aos turistas, que as organizações e a sociedade tem acesso a infraestruturas básicas que garantam respeito às questões humanas, ambientais e culturais (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018).

Porém, as particularidades dos destinos turísticos são desafios na avaliação através de um conjunto de indicadores inflexíveis, “além das dificuldades de inclusão de todos os *stakeholders*⁸ relevantes e de todo o espectro de opiniões no processo” (GRAPETIN; AYIKORU, 2019, p. 19).

Para os destinos turísticos, é importante a abordagem da qualidade e do meio ambiente na gestão dos destinos turísticos como um sistema, que foca na satisfação

⁸ Definição de *Stakeholder* do portal Dicionário Financeiro. “*Stakeholder* é um termo da língua inglesa que tem como significado “grupo de interesse”. Fazem parte deste grupo pessoas que possuem algum tipo de interesse nos processos e resultados da empresa”. Disponível em: <https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-sao-stakeholders/>. Acesso em 16/03/21.

dos turistas e na sustentabilidade econômica, social e ambiental da localidade (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018).

A sustentabilidade tem nas certificações de destino turístico, uma poderosa ferramenta de transformação, pois essas certificações ao considerar o destino como um conjunto de fatores e características próprias aplica um pequeno número de esquemas se comparado com as certificações de empresas, com isso auxilia na organização de padrões evitando multiplicidade de normas e indicadores na certificações individuais das empresas do *trade* turístico (GRAPETIN; AYIKORU, 2019).

Dentro desta necessidade foram desenvolvidas ferramentas de medição e avaliação da qualidade e do desempenho nos destinos turísticos, como os modelos europeus, o sistema de Gestão Integrada da Qualidade de destino (IQM), as ferramentas para indicadores da sustentabilidade em destinos turísticos ETIS e o manual de avaliação do desempenho da qualidade de destinos e serviços turísticos QUALITEST, e a nível internacional se destaca os critérios de destinos turísticos do GSTC, chamados de GSTC-D (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018).

Tais critérios, quando consolidados e reconhecidos, podem ser utilizados por certificação de destino turismo sustentável para medição da sustentabilidade no destino, essa certificação é avaliada em períodos pré estabelecidos, e renovada quando o destino turístico continua atendendo aos critérios (COSTA; RODRIGUES; GOMES, 2019).

2.3.1 Certificação GSTC para destinos turísticos

Entre os principais critérios para criação de certificações ambientais em destinos turísticos existentes, os critérios do GSTC são destaque a nível global, tendo o reconhecimento de diversas instituições renomadas das áreas do turismo e do meio ambiente.

Seu surgimento foi antecipado por esforços internacionais para o desenvolvimento de critérios sustentáveis do turismo que servissem de base para as certificações sustentáveis da indústria do turismo, para isso, foi promovido um

conjunto de Critérios Globais de Turismo Sustentável com a participação da UNWTO, Rainforest Alliance e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). (FORIS; POPESCU; FORIS, 2018).

O resultado dessa ação foi a criação em 2007 do GSTC, que objetiva a criação e gestão de padrões globais para o turismo sustentável, a promoção do turismo sustentável e práticas entre as partes interessadas pública, privada e da sociedade civil (MARGONI; MENEGUEL, 2016).

O GSTC é “uma associação sem fins lucrativos, independente, e conseqüentemente neutra, que através de seus peritos voluntários em turismo sustentável, busca apoiar e fortalecer a gestão dos destinos, das organizações e dos empreendimentos em turismo” (MARGONI; MENEGUEL, 2016, p. 2).

A GSTC está registrada nos Estados Unidos da América e representa uma “associação diferenciada e global, incluindo agências da ONU, principais empresas de viagens, hotéis, conselhos de turismo nacionais, operadores turísticos, indivíduos e comunidades” (RODRÍGUEZ; LÓPEZ; CABALLERO, 2017, p. 101).

Essas descrições dão uma noção da alta representatividade que o GSTC tem em assuntos relacionados à sustentabilidade no turismo em âmbito global.

O GSTC teve 2008 como o ano de sua consagração ao apresentar seus critérios de sustentabilidade para meios de hospedagem no Congresso Mundial de Conservação, os aprimorando e envolvendo operadores de turismo em 2014. No ano de 2013, foram lançados os Critérios de Destino (GSTC – D) que serviram como normas para a gestão de destinos turísticos de referência global (MARGONI; MENEGUEL, 2016). Os GSTC-D são o mínimo de esforços que as organizações do turismo precisam realizar para obter a compreensão geral da prática de desenvolvimento sustentável do Turismo (DST) (KUSUMAWARDHANA et al., 2020).

Em dezembro de 2019 foi publicada a primeira revisão dos critérios para destinos, que foram chamados de Critérios de Destino GSTC versão 2.0 (GSTC-D v2), incluindo indicadores de desempenho da conformidade dos critérios e contribuindo para a Agenda 2030 para o DS e para os 17 ODS (GSTC, 2019).

O processo de revisão dos GSTC-D, contou com a convocação do público por meio de amplas chamadas para participar das duas consultas públicas, teve ainda o

apoio de renomadas instituições com expertise sobre as temáticas dos critérios, assim como, realização de *workshops* em conferências e sessões de trabalho com participação ativa e diversificada através de representantes governamentais, do setor privado e de organizações comunitárias (GSTC, 2021).

Os Critérios foram criados para aderirem aos códigos de conduta da International Organization for Standardization (ISO)⁹, que visa facilitar os trabalhos realizados em um ambiente internacional, com partes interessadas e multissetoriais, e ao código de definição de padrões da ISEAL Alliance¹⁰, como um meio de avaliar e fortalecer o processo de definição de padrões de sustentabilidade (GSTC, 2021).

Os aspectos dos GSTC-D podem ser aplicados em vasta gama de destinos turísticos, os quais reproduzem os padrões de DST e qualificam as práticas para que sejam empregadas em destinos turísticos com diferentes contextos geopolíticos e culturais (KUSUMAWARDHANA et al., 2020; GSTC, 2021).

Os critérios são divididos em setores sem perder a transversalidade e integralidade, conforme é possível observar em Kusumawardhana et al., (2020, p.3):

Em particular, os Critérios de Destino GSTC (GSTC-D) visam atender a uma abordagem interdisciplinar, holística e integrativa que inclui quatro objetivos principais: (a) demonstrar gerenciamento de destino sustentável, (b) maximizar os benefícios sociais e econômicos para as comunidades locais e minimizar os negativos impactos, (c) maximizar os benefícios para as pessoas, visitantes e patrimônio cultural e minimizar os impactos, e (d) maximizar os benefícios para o meio ambiente e minimizar os impactos negativos.

Impulsionados pelas ferramentas elaboradas pelo GSTC, o número de certificações aumentaram significativamente, já que “ser certificado como sustentável por uma certificadora credenciada pelo GSTC significa que o destino está de acordo com os mais elevados padrões socioambientais do mercado” (COSTA; RODRIGUES; GOMES, 2019 p. 682).

Esse aumento no número de organizações que procuraram o GSTC para terem suas certificações credenciadas, se deve pelo reconhecimento que o

⁹ ISO Code of Conduct for the technical. Disponível em: <https://share.ansi.org/ISOT/ISOT%20Meeting%20Resources/ISO%20Code%20of%20Conduct.pdf>. Acesso: 25 fev. 2021.

¹⁰ Setting Social and Environmental Standards ISEAL Code of Good Practice. Disponível em: https://www.isealliance.org/sites/default/files/resource/2017-11/ISEAL_Standard_Setting_Code_v6_Dec_2014.pdf. Acesso: 25 fev. 2021.

Conselho Global de Turismo Sustentável tem ao elaborar critérios de visibilidade internacional para a sustentabilidade no turismo.

Os estudos apontam que os critérios apresentados em formato de *check-list* podem ser aplicados em diferentes escalas de destinos, tendo em vista que estão focados em princípios básicos como a responsabilidade socioambiental e cultural, aos princípios de igualdade de gênero, ao combate da desigualdade socioeconômica e da erradicação da pobreza, a correta conduta nas questões ligadas às mudanças climáticas, dentre outros indicadores (MARGONI; MENEGUEL, 2016).

Os GSTC-D podem ser usados de várias maneiras, incluindo simplesmente fornecer informações de sustentabilidade para os destinos, porém seu maior objetivo é servir como um padrão global para esquemas de certificação de sustentabilidade para destinos turísticos, esses esquemas de certificações podem ser reconhecidas pelo GSTC (GSTC-Reconhecido) através do mapeamento dos componentes e padrões para verificar a equivalência. Os Organismos Certificadores (OC), podem solicitar uma auditoria e avaliação de seus procedimentos de certificação e gestão e se tornarem credenciados a GSTC (GSTC-Credenciado) (WESTON et al., 2018; GSTC, 2021).

Os GSTC-D e os outros padrões para destinos GSTC-Reconhecidos, ou seja, padrões de turismo para destinos sustentáveis que atendem e se equivalem aos GSTC-D, podem ser utilizados por OC credenciadas para certificar destinos com a certificação GSTC-Destino Certificado (GSTC, 2018). Os padrões para destinos reconhecidos pelo GSTC podem ser observados no quadro 3:

Quadro 3 - Padrões para destinos reconhecidos pelo GSTC

Logo	Nome do Padrão	Descrição
	Critérios GSTC	Os critérios GSTC servem como base para determinar se outros padrões são “reconhecidos pelo GSTC”. Isso significa que, por definição, os critérios GSTC podem ser considerados “Reconhecidos”. Isso também significa que qualquer Organismo de Certificação que usa os Critérios GSTC para seu programa de certificação está usando um padrão reconhecido pelo GSTC. Observe que GSTC Acreditado significa que um Organismo de Certificação usa os Critérios GSTC ou outro conjunto de padrões reconhecido pelo GSTC

		para certificar, E passou por um processo de verificação rigoroso pelo GSTC para verificar se seu programa de certificação é neutro e competente.
	Padrão de turismo responsável pela biosfera para destinos turísticos	O Turismo da Biosfera é um padrão do Instituto de Turismo Responsável (RTI), uma organização internacional que promove há mais de 20 anos o turismo responsável a nível internacional. Por meio da marca Biosfera, o RTI promove o Desenvolvimento Sustentável medindo a contribuição do turismo para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas e as indicações do Acordo de Paris contra as Mudanças Climáticas.
	Critérios para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na Tailândia	Os Critérios para o Desenvolvimento do Turismo com Base na Comunidade da Tailândia (CBT Tailândia) têm sido usados como uma ferramenta importante para o planejamento contínuo, operação e avaliação dos resultados do desenvolvimento do turismo com base na comunidade na Tailândia. Os critérios ajudam a construir imunidade para as comunidades estarem cientes de sua capacidade e ponto de vista de desenvolvimento, para que a comunidade possa se esforçar para obter os benefícios do turismo enquanto fortalece sua gestão de recursos locais, que é a base para o “Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária Sustentável”.
	EarthCheck Community Standard	O padrão de destino EarthCheck auxilia organizações e comunidades a alcançar resultados sustentáveis. Os Padrões EarthCheck são documentos vivos que refletem o progresso dentro da ciência e tecnologia referentes à certificação para uma indústria de viagens e turismo sustentável. Para manter sua vigência, todos os Padrões EarthCheck são revisados periodicamente e novas edições são publicadas.
	Padrões de Sustentabilidade do Equador para o Turismo	O Ministério do Turismo do Equador e o Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC) firmaram uma parceria para criar padrões de sustentabilidade no setor de viagens e turismo em todo o Equador. O GSTC conferiu a sua marca de “Reconhecimento” de que os Padrões de Sustentabilidade do Equador para o Turismo aderem aos padrões universais que o GSTC desenvolveu para a sustentabilidade em viagens e turismo.

	<p>Padrão Green Destination</p>	<p>O Green Destinations Standard (GDS) é um sistema abrangente de avaliação e relatório para avaliar, monitorar e melhorar a qualidade e a sustentabilidade de todos os tipos de destino, por exemplo, vilas, cidades; Áreas protegidas; ecoturismo, destinos regionais e nacionais. O GDS é usado por 250 destinos em programas de prêmios (incluindo National Tourism Board Slovenia, QualityCoast, Sustainable Top 100, ITB Top 100 Awards) e a GSTC-Acreditada certificação Green Destination. Aplica critérios, diretrizes de gestão e indicadores. O GDS apóia o desenvolvimento de destinos estratégicos, benchmarking, monitoramento da adesão ao UN-SDG, criação de SWOT e avaliação de impacto do projeto, perfis de qualidade do turismo e informações que apóiam a visibilidade do destino, pela afiliada Booking.com BookDifferent.com, Travelife for Tour Operators e Viami.</p>
	<p>Padrão de Destino de Turismo Sustentável da Indonésia</p>	<p>O Padrão de Destino de Turismo Sustentável para a Indonésia (STD) foi desenvolvido para orientar o desenvolvimento sustentável de destinos de turismo na Indonésia. Reconhecendo a crescente demanda por viagens para seus diversos destinos atraentes, o Ministério do Turismo busca o desenvolvimento sustentável em cada um deles.</p>
	<p>Padrão de Destino Sustentável da Innovation Norway</p>	<p>O padrão de destino sustentável da Innovation Norway inclui 45 critérios e 108 indicadores a serem medidos, registrados e monitorados. O padrão cobre a natureza, cultura, meio ambiente, valores sociais, envolvimento da comunidade e viabilidade econômica. O desenvolvimento mensurável e contínuo é garantido por meio de contagens de desempenho e renovação da marca a cada três anos.</p>
	<p>Padrão de Destino de Turismo de Cidade Sustentável da Coreia</p>	<p>O Padrão de Destino de Turismo em Cidade Sustentável para a República da Coreia foi elaborado para aplicar os Critérios GSTC como princípios universais no contexto de cidades na Coreia do Sul. O Suwon City Tourism Bureau planeja aplicar os padrões primeiro às suas próprias práticas de sustentabilidade internas e, em seguida, buscar parceiros para aplicar o Padrão a outras cidades em todo o país.</p>

	<p>Padrão coreano de ecoturismo para destinos</p>	<p>O Padrão de Ecoturismo Coreano para Destinos foi desenvolvido para orientar os setores público e privado a entender práticas para o desenvolvimento e gestão de ecoturismo sustentável e certifi-cá-los para que possam assumir uma posição melhor no mercado de turismo para distingui-los de quaisquer produtos de ecoturismo que pode ser culpado de "green-washing".</p>
	<p>Padrão de destinos IDEAL de montanha</p>	<p>O padrão de destino Mountain IDEAL foi desenvolvido para abordar a sustentabilidade em ambientes montanhosos que incluem atividades de inverno e verão. Esses desafios e oportunidades exclusivos incluem questões como o uso de água e energia relacionados à fabricação de neve e sistemas de derretimento de neve, moradia acessível para residentes e funcionários sazonais, colaboração com gestores de terras públicas e a comunidade empresarial e adoção da herança cultural da montanha.</p>
	<p>Padrão de Gestão de Turismo Sustentável da Tailândia</p>	<p>O Padrão de Gestão de Turismo Sustentável da Tailândia da DASTA foi criado para o gerenciamento do turismo e visa ajudar todos os tipos e tamanhos de organizações relacionadas ao turismo a gerenciar o turismo de forma sistemática e sustentável. Espera-se que as organizações relacionadas atinjam um desempenho superior ao nível básico exigido por lei. Esses padrões, portanto, podem ser desafiadores para organizações que desejam melhorar a eficiência de sua operação, levando ao 'Turismo Sustentável'.</p>

Fonte: GSTC - Padrões para destinos reconhecidos pelo GSTC. Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/gstc-criteria/gstc-recognized-standards-for-destinations>. Acessado em 10/03/2021. Organizado pelo autor.

As certificações reconhecidas e credenciadas no GSTC são mais confiáveis em relação à sustentabilidade na indústria do turismo, pois ao estarem amparados sobre critérios GSTC, significa ter uma abordagem holística (MAFFLI; TROMBITAS, 2018).

Ao credenciar esquemas de certificação para destinos, o GSTC garante que os padrões estão em conformidade com os Critérios Globais do Turismo Sustentável e que estão seguindo boas práticas em seus procedimentos de certificação (WESTON et al., 2018).

As certificações credenciadas pela GSTC se tornam soluções confiáveis para as questões socioambientais complexas do turismo nos destinos, sendo que os OC

EarthCheck, Green Destinations e Vireo Srl são os únicos GSTC-Credenciado para certificar destinos, sendo que EarthCheck e a Green Destinations tem seus próprios esquemas de certificação para destinos turísticos reconhecidos pelo GSTC (COSTA; RODRIGUES; GOMES, 2019).

A EarthCheck¹¹, criada em 1987 na Austrália, é um grupo de referência na certificação de *benchmarking*¹² científico, além de ser um grupo consultivo para viagens e turismo, auxiliando empresas, comunidades e governos a oferecer destinos turísticos de qualidade e sustentáveis (COSTA; RODRIGUES; GOMES, 2019. EARTHCHECK, 2021).

O programa de certificação da EarthCheck é apoiado por um sistema de *benchmarking*, certificação e melhoria de desempenho, usando dos conhecimentos da EarthCheck para lidar com problemas socioambientais, através da medição e monitoramento do desempenho ambiental, cultural, social e econômico para que haja o desenvolvimento de uma estrutura de dados que irão apontar as tomadas de decisões de como agir de forma responsável e sustentável, seus membros têm ainda, acesso a treinamentos e capacitações (EARTHCHECK, 2015).

A certificação pela EarthCheck ocorre em seis etapas, agrupadas em duas fases. A primeira fase é de *benchmarking*, que conta com três etapas, criação de um governança, desenvolvimento de políticas sustentáveis e avaliação comparativa. A segunda fase, conta com as três últimas etapas, cumprimento das conformidades, planejamento para melhoria contínua e a etapa de consultoria, comunicação e relatórios.

A primeira etapa é o estabelecimento de uma autoridade de destinos ou governança que exerça liderança de forma integrada das partes interessadas com a finalidade de atingir a visão futura de sustentabilidade do destino. A segunda etapa já conta com a assessoria da EarthCheck para o desenvolvimento de política de sustentabilidade para que o destino aborde os resultados da estrutura de dados dos

¹¹ Mais informações sobre a organização EarthCheck estão disponíveis em: <<https://earthcheck.org/about/>> Acesso: 12 fev. 2021.

¹² A descrição de *Benchmarking* segundo a ONG Endeavor: O *Benchmarking* é uma das mais relevantes estratégias para aumentar sua eficiência. Em tradução livre, pode ser traduzido como “ponto de referência”. Trata-se um minucioso processo de pesquisa que permite aos gestores compararem produtos, práticas empresariais, serviços ou metodologias usadas pelos rivais, absorvendo algumas características para alçarem um nível de superioridade gerencial ou operacional. Disponível em: <https://endeavor.org.br/estrategia-e-gestao/benchmarking>. Acesso em 14/3/2021.

impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos. A terceira etapa é de avaliação comparativa ou *benchmarking*, onde a situação atual do destino irá ser comparada aos indicadores baseados em experiências de outros destinos, para então saber como está o seu quadro no cenário dos destinos sustentáveis, se esse quadro comparativo do destino alcançar os critérios mínimos de *benchmarking*, o destino alcançará uma premiação intitulada Bronze Benchmarked, e estará apto a se prepara para a segunda fase em direção de sua certificação (EARTHCHECK, 2015).

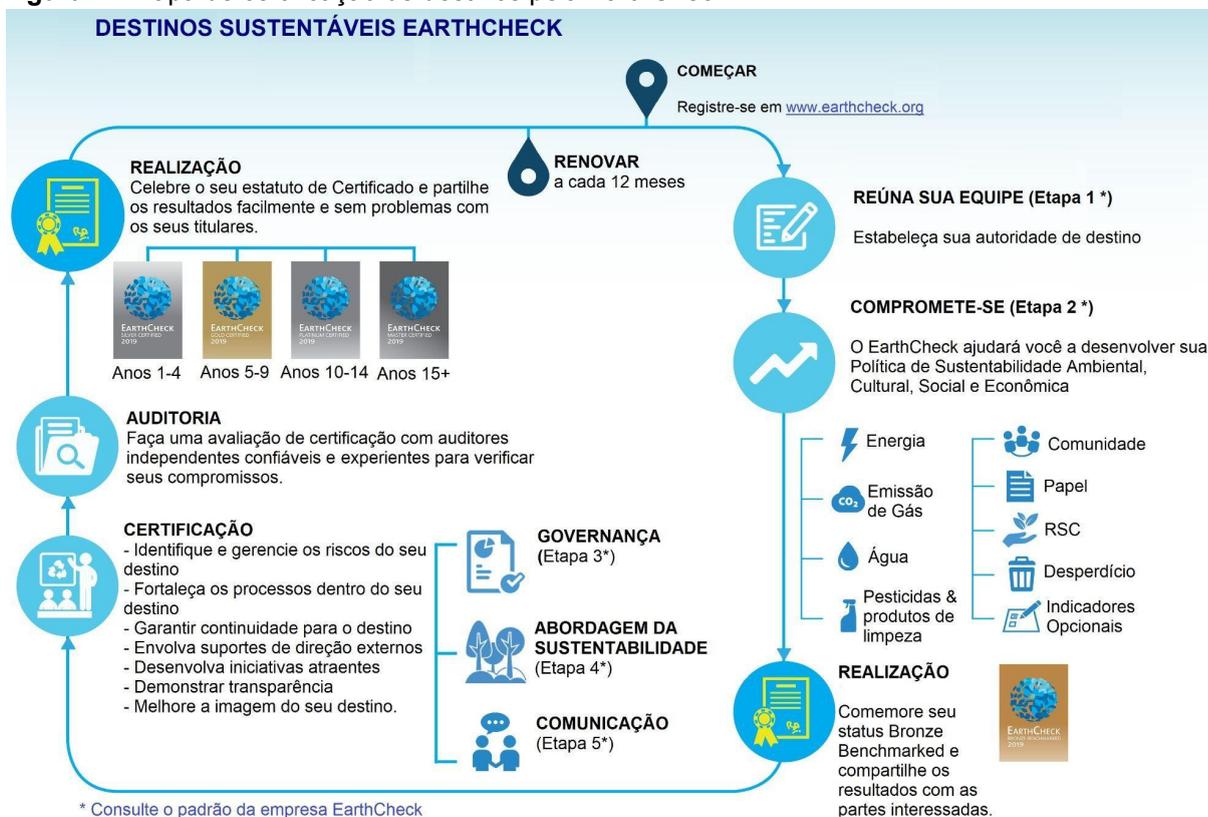
A quarta etapa, que inicia a segunda fase do processo de certificação da EarthCheck, tem como finalidade fazer com que o destino cumpra com todos os requisitos e intenções de todas as leis vigentes. A quinta etapa é o desenvolvimento de um plano de ação de sustentabilidade e de um plano de gestão de riscos visando não só esses planejamentos, mas também a melhoria contínua da sustentabilidade. A sexta e última etapa irá finalizar os preparativos do destino para solicitar a certificação, essa etapa envolve a consulta, comunicação e o relato para as partes interessadas, sobre as políticas do destino, o plano de ação, o plano de risco e desempenho dos aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos (EARTHCHECK, 2015).

Para dar continuidade ao processo de certificação, o destino após a conclusão de todas as seis etapas preparatórias, deverá demonstrar conformidade com os critérios por meio de uma auditoria no local, que irá emitir um relatório com a avaliação qualitativa do desempenho do destino em relação aos critérios, destacando as áreas de melhores práticas e não conformidade. Os destinos que atenderem aos critérios com sucesso, recebem a certificação de título “EarthCheck Silver Certified”. Para manter a certificação, o destino deverá se submeter a um processo de auditoria anual para averiguar a continuidade da conformidade do destino com os critérios (EARTHCHECK, 2015).

Se o destino mantiver a certificação durante mais tempo, significa que os critérios continuam sendo atendidos. Assim, o destino irá evoluir na escala de certificação para destinos. Destinos com até 4 anos de certificação, permanecem com o *status* Silver; destinos que têm entre 5 a 9 anos de certificação, sustentam o *status* Gold; entre 10 e 14 anos de certificação, *status* Platinum e com 15 ou mais anos de certificação, *status* Master (EARTHCHECK, 2015).

O processo de certificação da EarthCheck descrito podem ser visualizados na Figura 1:

Figura 1 - Mapa de certificação de destinos pela EarthCheck



Fonte: EarthCheck (2021). Adaptado pelo autor.

A Green Destinations¹³ (GD) é uma fundação sem fins lucrativos criada em 2016, conhecida por ser uma ferramenta utilizada na medição, monitorização e melhoria do perfil de sustentabilidade de destinos e/ou regiões (SOARES; DUQUE; PATO, 2020). A Green Destinations tem sua sede na Holanda e administra um esquema de certificação de sustentabilidade para destinos com base em um padrão reconhecido pelo GSTC (WESTON et al., 2018).

O organismo de certificação Green Destinations auxilia destinos de maneira customizada e interativa com a finalidade de melhorar a qualidade, sustentabilidade e visibilidade no mercado, focando em três princípios. O primeiro é o pensar globalmente e agir localmente, ou seja, fazer com que o destino adote uma abordagem estratégica com base em ambições locais comuns. O segundo princípio, consiste em desenvolver uma economia local forte, criando sinergias entre as

¹³ Mais informações sobre a organização Green Destinations estão disponíveis em: <<https://greendestinations.org/about/>> Acessado em 12/02/2021.

empresas locais e a comunidade local, enquanto o terceiro é o princípio da transparência, onde o destino deve dizer ao mundo o que você está fazendo (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

Os destinos procuram a GD quando acham que poderão começar uma parceria para premiações e/ou certificação. Após montar um pacote personalizado dos serviços necessários e levando em conta as características do destino e suas ambições, é assinado um acordo de certificação, onde o destino candidato tem acesso à plataforma online Sistema de Avaliação e Relatórios Green Destinations.

No sistema da GD, o destino conta com várias ferramentas que o auxiliam a comparar seus indicadores de sustentabilidade com os padrões GSTC-Reconhecidos, além de acessar informações que auxiliem o destino com uma série de orientações, relatórios, criação do plano de ação, para então solicitar auditorias e visualizar e analisar os indicadores de qualidade como destino ecológico (GREEN DESTINATIONS, 2021, 2021a).

A certificação pela Green Destinations é realizada em 3 etapas principais, a auto avaliação, verificação técnica, verificação e auditoria. O auto relato ou auto avaliação, é realizada pelo coordenador do destino que preenche os dados no sistema online, para que haja uma avaliação de acordo com cada critério ou indicador individual, podendo incluir explicações e anexar documentos, para então notificar a GD e solicitar uma verificação técnica (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

A verificação técnica é realizada à distância por uma equipe que primeiramente irá verificar se a auto avaliação foi realizada em nível detalhado o suficiente para passar por uma verificação aprofundada. Caso sim, a equipe de verificação técnica avalia de modo online se o destino tem o potencial de premiação. A verificação técnica também define se o destino está apto a solicitar a certificação atendendo aos critérios mínimos do padrão GSTC-Reconhecido (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

As premiações da GD para destinos estão divididas em 4 níveis: bronze, prata, ouro e platina. A premiação de nível bronze, pode ser fornecida depois de uma avaliação técnica a distância, já as demais só são fornecidas após uma vistoria no local. O nível mais básico é o bronze, que é fornecido quando na avaliação técnica, o destino tem entre 60% e 69% de conformidade com o padrão

GSTC-Reconhecido. O nível prata é fornecido quando os critérios são atendidos entre 70% e 79%, a ouro entre 80 e 89% e a platina 90% ou mais (GREEN DESTINATIONS, 2019).

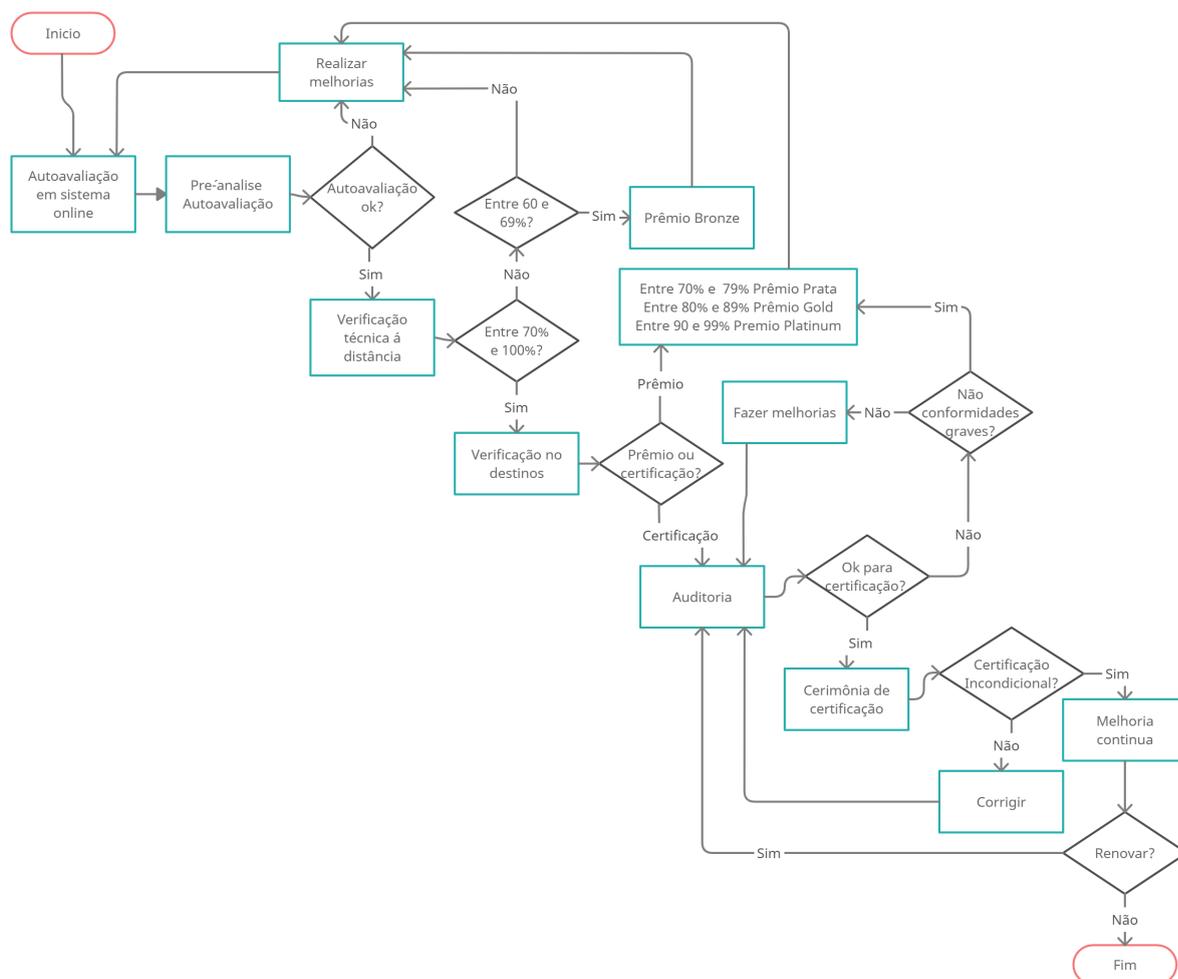
A verificação e auditoria tem três etapas principais: a auditoria documental, auditoria no local, e o relatório de conformidades. A auditoria documental é realizada pelo auditor revisando os documentos online, podendo solicitar mais informações para a auditoria no local. A auditoria no local é realizada com a revisão de documentos pendentes, entrevistas confidenciais e visitas a locais importantes para o reconhecimento das conformidades nos locais de importância relevante. Por fim, o relatório de auditoria é emitido pelo auditor e enviado para o comitê de certificação da GD, que embasado neste relatório dará seu veredito entre 4 opções. A primeira é de conceder certificação incondicional, a segunda de conceder certificação condicional, a terceira de adiar a certificação, ou pode ainda decidir por não conceder a certificação (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

A certificação incondicional é concedida ao destino quando ele tem todos os critérios atendidos, mesmo que correções não essenciais possam ser necessárias, porém só serão avaliadas durante a próxima auditoria programada. A certificação condicional é fornecida quando o destino tem certos elementos a corrigir dentro de um período de tempo definido, que caso não sejam corrigidas, perderá o *status* de certificado. A certificação é adiada quando existem não conformidades essenciais que o destino não consegue corrigir em um prazo pequeno. Porém, uma vez corrigidos, são verificados e se estiverem de acordo com base nas conformidades, a certificação é fornecida. A não concessão da certificação ocorre quando o destino não cumpre os critérios obrigatórios e as não conformidades são de natureza ou de número grave (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

A entrega da certificação é realizada em evento oficial, e a renovação é feita a cada três anos, exceto a primeira renovação, que é realizada dois anos após a certificação (GREEN DESTINATIONS, 2021a).

A figura 2 apresenta o processo de certificação e premiação da Green Destinations:

Figura 2 - Processo de certificação e premiação da Green Destinations



Fonte: Green Destinations (2019; 2021; 2021a). Elaborado pelo autor

A Vireo Srl¹⁴ é uma empresa de certificação focada em certificações ambientais, sediada na Itália que começou suas atividades em 2006, tendo suas atividades voltadas principalmente para certificação de empresas, produtos e serviços (VIREO, 2021).

O Vireo Srl é um caso especial no universo GSTC, pois fornece certificação para destinos sustentáveis usando os GSTC-D e, diferentemente dos outros OCs, não tem o próprio padrão aprovado pelo GSTC alinhado aos GSTC-D. Diferentemente dos demais, a Vireo Srl somente fornece certificação, ou seja, não apoia o destino com qualquer consultoria, ferramentas ou outros fornecedores. Sua atuação se dá quando a organização se considera pronta para a certificação. (VIREO, 2021)

¹⁴ Mais informações sobre a empresa Vireo Srl estão disponíveis em: <<https://www.vireosrl.it/en/the-company/>> Acessado em 12/02/2021.

O processo da Vireo Srl para certificar destinos utilizando os GSTC-D, começa com a procura do destino por informações para serem certificados pelo OC. A Vireo Srl então, coleta algumas informações e propõe um orçamento para o serviço de certificação. Junto com orçamento são enviados os Critérios GSTC para Destinos. A organização responsável pela gestão do destino turístico faz a leitura dos GSTC-D sozinho ou com assessoria técnica, para então definir se aceita ou não participar da certificação. Os procedimentos, treinamentos, ferramentas e demais instrumentos para que o destino se prepare para a certificação, são de responsabilidade da organização a ser certificada. (VIREO, 2018)

Após aceitar a proposta, o destino poderá solicitar uma pré-avaliação ao OC antes da primeira auditoria, com a finalidade de analisar como o destino está em relação ao cumprimento dos GSTC-D. Caso necessite, o destino poderá continuar se preparando, de forma independente ou com alguma consultoria, porém a Vireo Srl não fornece consultoria, esse serviço deve ser procurado em outra fonte. (VIREO, 2018)

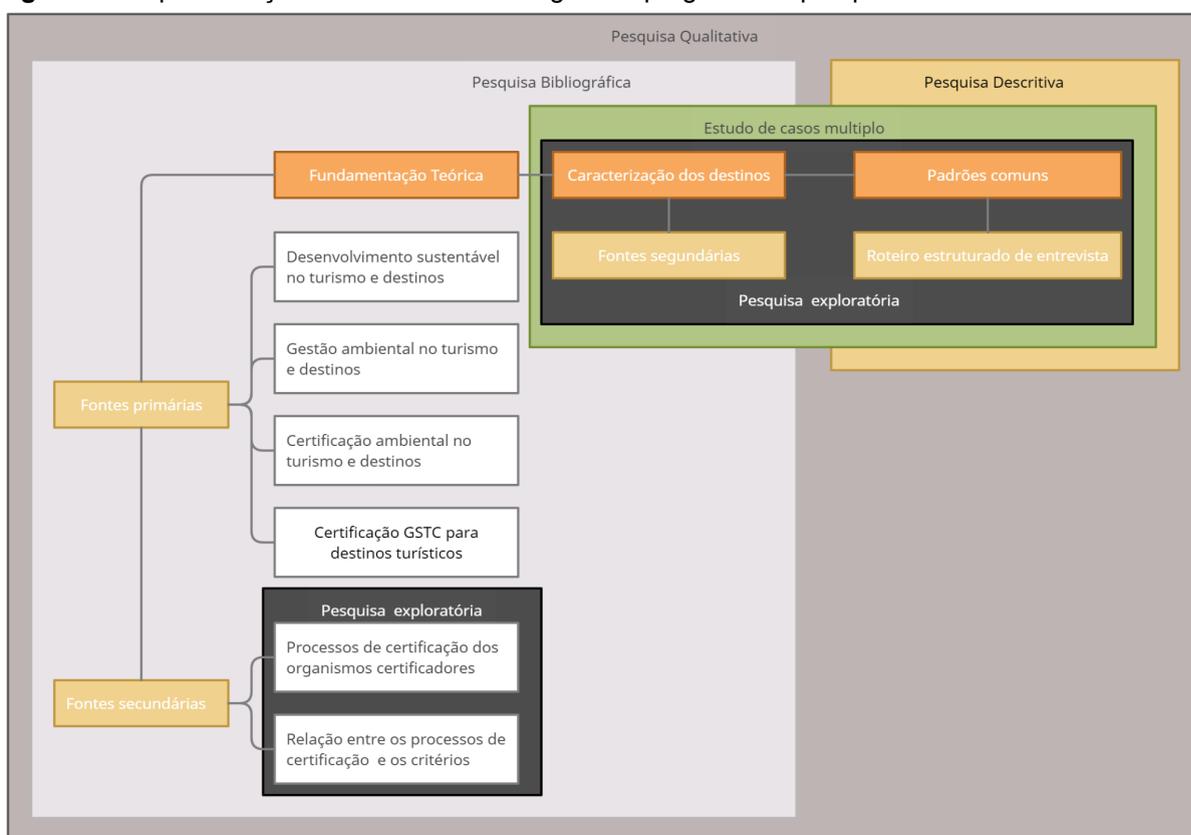
Quando a organização se sente preparada para ser auditada, entra em contato com a Vireo Srl e solicita sua primeira auditoria. A auditoria ocorre com o auditor da própria Vireo Srl, contemplando a revisão documental. Porém, a maior parte do processo é em campo, por meio de entrevista com as partes interessadas e visita às atrações. A auditoria é focada em verificar se o destino turístico atende aos GSTC-D. O auditor escreve um relatório, que é revisado por uma equipe de auditores externos em visita ao destino, e é então finalizado. Caso o destino tenha especificidades que devam ser corrigidas, poderá corrigi-las e solicitar que o relatório seja novamente redigido. (VIREO, 2018)

Se o destino turístico estiver em conformidade com os GSTC-D, um certificado é emitido e a organização responsável pela gestão do destino turístico recebe o logotipo GSTC-Destino Certificado, com um código de licença para ser usado para promoção do destino turístico. A certificação tem validade de três anos, porém neste tempo há mais 2 auditorias de fiscalização, e se o destino não estiver em conformidade com os GSTC-D, poderá perder o certificado. (VIREO, 2018)

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi dividida em etapas, o levantamento do referencial teórico, a caracterização dos destinos objetos de pesquisa, e a análise das respostas de um roteiro estruturado de entrevista utilizando para isso diferentes metodologias conforme as necessidades. Para facilitar a visualização da metodologia empregada, a figura 3 demonstra as metodologias utilizadas em cada etapa e processo.

Figura 3 - Representação visual das metodologias empregadas na pesquisa.



Elaborado pelo autor

Tendo em vista a necessidade de levantamento de informações para a construção do capítulo de fundamentação teórica, a presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica.

Esse tipo de pesquisa é descrita por Schlüter (2003) como aquela que consiste na organização textual sobre determinado assunto, a partir de conhecimentos apresentados em fontes primárias e secundárias, a fim de aproximar o autor do objeto de análise.

Para Dencker (2000), as fontes primárias referem-se a trabalhos e pesquisas sobre determinado assunto. Assim, a consulta em fontes primárias, como livros, artigos e trabalhos monográficos, possibilitou a compreensão de temas associados às certificações, como o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental aplicados a destinos turísticos.

Parte do referencial teórico abordou a descrição dos três processos de certificação para destinos reconhecidos pela GSTC, assim como a relação destas certificações com os critérios para destinos reconhecidos pelo GSTC, possibilitada pelo uso de fontes secundárias. Dencker (2000) explica que esse tipo de fonte refere-se ao acesso de informações por meio de consulta em fontes de dados, como é o caso dos documentos, websites e portais utilizados para tal na presente pesquisa.

Como a temática proposta neste trabalho possui uma exploração científica pouco abordada em publicações, essa pesquisa caracteriza-se também como exploratória, ou seja,

(...) aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de fornecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada “pesquisa de base”, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema (GONÇALVES, 2003, p. 65 apud CARVALHO et al., 2019, p. 34)

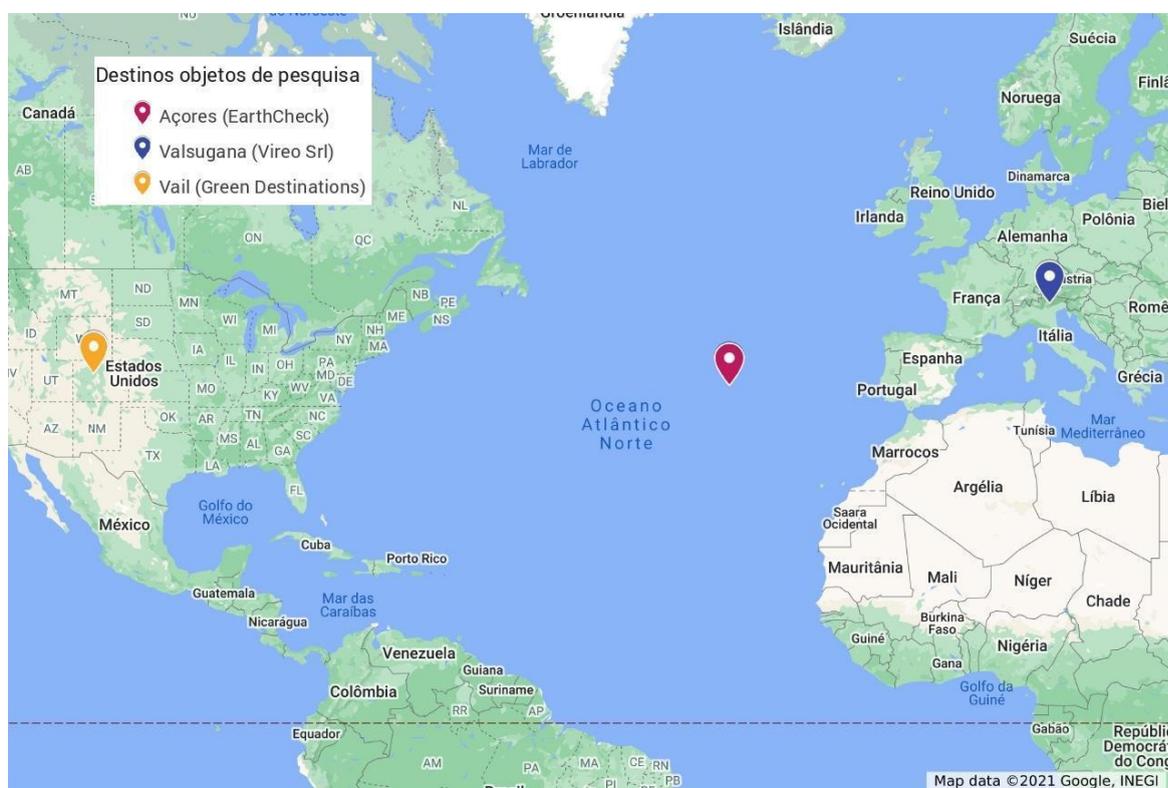
Pode ainda ser considerada uma pesquisa descritiva, pois, como explica Salomon (1996), esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador descreva comportamentos de fenômenos, que nesse caso referem-se à compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos .

A fim de se atingir essa compreensão, o instrumento de coleta de dados consistiu na elaboração de um roteiro estruturado de entrevista, assentado na plataforma Google Forms (apêndice A) e distribuído eletronicamente por email, para os destinos citados no website do GSTC, com 14 questões, sendo as 6 primeiras para formar o perfil do respondente e as demais para cumprir com os objetivos específicos. Atualmente, a certificação GSTC é realidade de 14 destinos globalmente distribuídos.

Destes, os que retornaram as respostas foram 3 sendo 2 deles localizados no continente Europeu e 1 na América do Norte. Tais destinos possuem características geográficas, ambientais e culturais distintas, assim como cada destino é certificado por organizações certificadoras diferentes.

Logo, os três destinos que retornaram à pesquisa (Açores – Portugal; Valsugana – Itália) e Vail (Estados Unidos) correspondem o grupo amostral desse trabalho. A figura 4 apresenta a localização dos destinos supracitados:

Figura 4 – Destinos que compõem o grupo amostral da pesquisa



Fonte: Google Maps (2021). Organizado pelo Autor

Devido à personalização das informações analisadas, baseada em percepções oriundas da aplicação do instrumento de coleta de dados, no intuito de identificar as motivações, facilidades e dificuldades observadas pelos destinos que retornaram os formulários, esse trabalho é classificado ainda como um estudo de caso múltiplo. (OLIVEIRA, 2011). Segundo o mesmo autor, essas características à tornam uma pesquisa qualitativa, visto que existe o interesse do pesquisador de “estudar um determinado problema e verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas. (OLIVEIRA, 2011. p.25).

Para melhor ilustrar o processo de tratamento dos dados, o quadro 4 especifica os indicadores e variáveis de cada um dos objetivos específicos previamente definidos para essa pesquisa e as questões do roteiro estruturado de entrevista do apêndice A com elas relacionadas:

QUADRO 4 – Indicadores e variáveis dos objetivos específicos da pesquisa

Objetivos Específicos	Indicadores	Variáveis	Questão
Identificar as motivações dos destinos para solicitação de certificação	Benefícios em serem destinos sustentáveis certificados	Interesses mercadológicos e ambientais associados ao processo de certificação	8 e 9
Apontar fatos de escolha do processo de certificação	Processos de certificação existentes	Políticas públicas e características locais alinhadas ao processo escolhido	7
Descrever os benefícios e dificuldades causados pelas certificações aos destinos	Passos e fases existentes no atendimento aos critérios do processo de certificação escolhido	Fatores políticos locais, infraestrutura turística e cultura de sustentabilidade	10, 11, 12, 13 e 14

Elaborado pelo autor

A caracterização política, geográfica e turística dos destinos definidos como foco de estudo deste trabalho, a partir de descrição baseada em fontes secundárias é apresentada na primeira seção do capítulo de análise e discussão dos resultados.

As fontes secundárias utilizadas para essa descrição foram os portais oficiais online ligados ao destinos, bem como portais do próprio destino, dos departamentos públicos ao qual eles correspondem. Utilizaram-se também portais de turismo de outras esferas de governo, assim como de empresas ligadas aos destinos, organizações associadas às certificações, de ações de sustentabilidade nos destinos, contendo ainda informações de portais online de outras entidades públicas para confirmam dados como os estatísticos, geográficos, organizacionais, entre outras relações relevantes de serem demonstradas sobre os objetos pesquisados.

Já a interpretação dos dados obtidos a partir do retorno dos questionários estruturados é apresentada na segunda seção do capítulo de análise e discussão dos resultados. As respostas retornadas passaram por um tratamento de dados para a retirada de informações que não estavam ligadas ao objeto de pesquisa, no intuito de facilitar a visualização dos trechos relevantes para a análise dos dados. As

respostas completas podem ser acessadas no apêndice C. Para respostas retornadas em idioma distinto ao português, utilizou-se a ferramenta de tradução Deepl.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como explicitado no capítulo da metodologia, o entendimento do processo de certificação de destinos, respectivas motivações para tal, bem como dificuldades e facilidades encontradas ao longo do processo, foram possibilitadas por meio de coleta de dados em instrumento desenvolvido para esse trabalho. Assim, a presente seção corresponde à análise prevista nos objetivos definidos para esse trabalho e, por isso, encontra-se dividida em duas partes. A primeira apresenta uma contextualização dos destinos que retornaram os questionários e, a segunda, os dados obtidos a partir desse retorno.

4.1 Características dos destinos abordados na pesquisa

4.1.1 Açores

Oficialmente intitulada Região Autônoma dos Açores, é um arquipélago formado por 9 ilhas principais, todas de origem vulcânica, divididas em três grupos: grupo ocidental com 2 ilhas; grupo central com 5 ilhas; e grupo oriental com 2 ilhas (VISITAZORES, 2021). A figura 5 ilustra a distribuição territorial dos Açores:

Figura 5 - Divisão dos grupos de ilhas no arquipélago dos Açores



Fonte: Portal Folclore de Portugal (2021)

O território do arquipélago equivale a 2.325 km² de área. Embora esteja situado na região central do Atlântico Norte, sua proximidade com o continente europeu e sua integração política com a República Portuguesa, fez com que o arquipélago fosse englobado como parte do território europeu, sendo, inclusive membro da União Europeia. Em 2019, a população do arquipélago era de quase 243 mil habitantes no ano da contagem. Cerca de 80% vivem nas ilhas de São Miguel e Terceira. A grande maioria dos seus moradores são descendentes de portugueses, porém existem muitos habitantes oriundos de outros países da Europa, assim como de regiões africanas, principalmente descendentes de pessoas escravizadas. (AZEVEDO, 2017; VISITAZORES, 2021; PORDATA, 2020)

O setor de serviços é o principal impulsionador da economia na região, destacando-se a administração pública como importante gerador de empregos, seguido pelo grupo formado pelos comércios atacadista e varejista, transporte, hotelaria e gastronomia. O setor da agricultura, com sua forte produção leiteira, assim como a atividade pesqueira, são muito importantes para a economia dos Açores. Essas atividades primárias são as principais fontes de receitas do arquipélago, se destacando o trabalho familiar. Embora o setor da indústria não seja de grande importância para economia dos Açores, ela é formada principalmente pela industrialização agroalimentar, impulsionada pela produção de laticínios, se destaca ainda, a produção de vinhos e a transformação agroflorestal. (AZEVEDO, 2017)

As paisagens, ecossistemas e biodiversidade naturais dos Açores vem impulsionando o turismo na região, refletindo positivamente não só na economia do setor do turismo em si, mas também em inúmeras atividades com ele relacionadas. (AZEVEDO, 2017)

Embora o arquipélago dos Açores esteja localizado a mais de 1.400 quilômetros do continente europeu, de onde sai a maioria dos turistas que visitam as ilhas, principalmente motivados por explorar sua natureza exuberante, o número de turistas vem aumentando significativamente, e com isso a preocupação por parte da sociedade local em manter a qualidade do destino a longo prazo para turistas e moradores. (IPDT, 2016)

No Grupo Oriental, a ilha de Santa Maria se destaca por suas águas quentes e areias claras, que fornecem condições ideais para práticas esportivas aquáticas

como surf, windsurf e mergulho, além dos vinhedos que além de embelezar a paisagem proporcionam experiências de enoturismo. A ilha de São Miguel é conhecida pelas suas lagoas das Sete Cidades e do Fogo, além de seus gêiseres, águas termais e lagos vulcânicos, fazem da maior ilha do arquipélago, um paraíso para ecoturistas além de proporcionar diferenciadas experiências gastronômicas. (VISITAZORES, 2021; VISITPORTUGAL, 2021)

As ilhas Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa, localizadas no grupo Central, dispõem de águas azuis convidativas à observação da vida marinha, principalmente de golfinhos e baleias. A ilha Terceira é bastante procurada por sua famosa Angra do Heroísmo, localidade repleta de histórias e culturas que é classificada como Patrimônio Mundial pela UNESCO. (VISITAZORES, 2021; VISITPORTUGAL, 2021)

Faial é conhecida como a ilha azul, por causa da quantidade de hortênsias em seu território, conta ainda com uma marina repleta de pinturas de iatistas de todo o mundo e o pitoresco e extinto vulcão Capelinhos como seus principais atrativos. O Pico, tem como seu principal atrativo de turistas para a ilha, a sua montanha que nasce do mar e chega aos 2,351 metros de altitude, o ponto mais alto de Portugal, repleto de vinhedos plantados em solo vulcânico. (VISITAZORES, 2021; VISITPORTUGAL, 2021)

A ilha de São Jorge se destaca por suas Fajãs, termo utilizado nos Açores para descrever áreas planas e férteis junto ao mar, resultantes de atividades vulcânicas e da erosão marinha junto a elevados montes. Esses lugares são especiais a ponto de ser reconhecido como Patrimônio da Biosfera da UNESCO. Outra característica importante da ilha é a qualidade dos seus queijos do tipo cheddar forte. Na Graciosa, os moinhos de vento, as vinhas e pitorescas localidades formadas por casas brancas em torno de igrejas, são os principais atrativos. (VISITAZORES, 2021; VISITPORTUGAL, 2021)

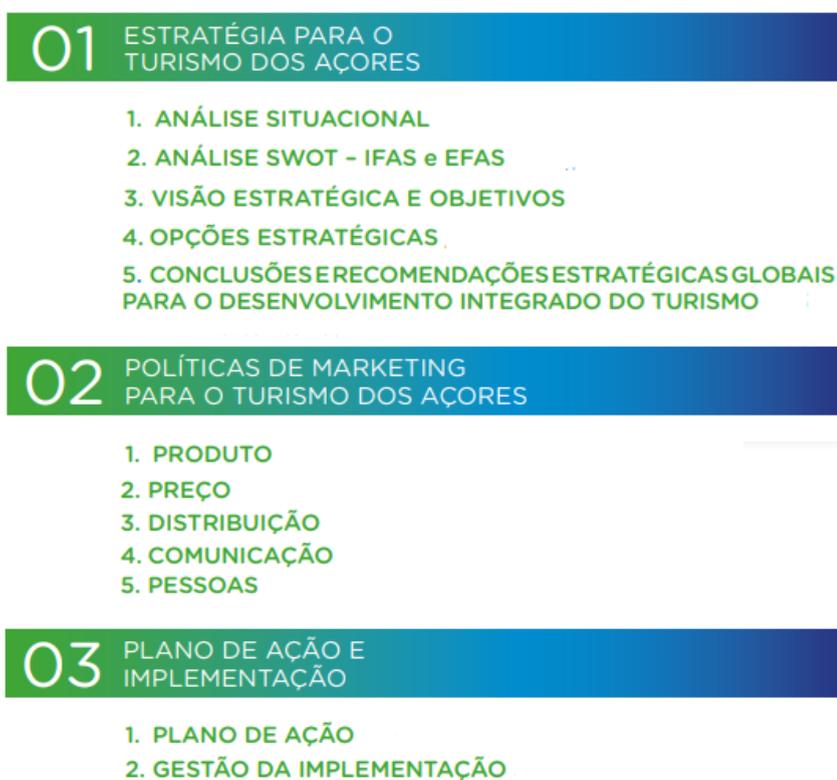
Já no grupo Ocidental, a ilha das Flores, classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO, é repleta de cascatas naturais, lagoas escavadas por vulcões, picos, vales, penhascos íngremes, enfim, de enorme riqueza paisagística. O Corvo, também Reserva da Biosfera da UNESCO, é um remanescente de vulcão, onde sua imponente caldeira fez com que se formasse o lago do Caldeirão, o principal atrativo

da ilha, que ainda é conhecida como ponto de avistamento de aves migratórias da Europa e da América do Norte. (VISITAZORES, 2021; VISITPORTUGAL, 2021)

Esse destino repleto de história, cultura, e de natureza ímpar, conta com o Açores DMO como entidade responsável pela gestão da sustentabilidade do destino turístico dos Açores. Criada em 2018, a Açores DMO tem como principal função, coordenar esforços e iniciativas de sustentabilidade atuando como estímulo para o desenvolvimento do turismo sustentável junto dos parceiros dos setores público e privado. Ela está sob a alçada do Governo dos Açores e da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo, e é responsável por planejar, organizar, concretizar, gerir e supervisionar a certificação dos Açores como Destino Turístico Sustentável, bem como implementar a estratégia para o setor do turismo nos Açores, tendo por base o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores. (AÇORES DMO, 2021)

Pode-se entender melhor o plano, ao observar o resumo do sumário na Figura 6:

Figura 6 - Simplificação do sumário do Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores



Fonte: Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores (2020)

Outro importante documento norteador da sustentabilidade no destino Açores é o Plano de Ação 2019-2027, que integra ações de relevante valor para a política de sustentabilidade no destino, por meio de uma postura coordenada entre o turismo e os diversos setores de atividade da região, definindo objetivos e metas para a melhoria da dinâmica territorial, com impactos para o desempenho futuro e passíveis de monitorização constante e potenciais ajustes.

Portanto, foram definidos como orientadores para a atuação dos Açores os compromissos sustentáveis das nove áreas de atuação chave da norma da EarthCheck: 1. Eficiência energética; 2. Gases com efeito de estufa / descarbonização; 3. Recursos de água potável; 4. Águas residuais e esgotos; 5. Ecossistemas e biodiversidade; 6. Transportes; 7. Resíduos sólidos; 8. Sociedade e Cultura; e 9. Economia. (AÇORES DMO, 2021; AÇORES, 2019)

O Plano de Ação 2019-2027 é um dos documentos estratégicos para a atuação da Açores DMO, representando o compromisso de ação e preservação do território, traçando assim, o caminho do turismo dos Açores “rumo à sustentabilidade” de forma gradual e contínua. O documento está dividido em duas partes, a primeira parte apresenta um enquadramento da sustentabilidade nos Açores, sobretudo na sua ligação ao setor turístico, na segunda parte do documento, são apresentados os “Compromissos sustentáveis dos Açores”, ou seja, os objetivos guarda-chuva para os quais a Região Autónoma dos Açores se propõe a estimular ações que visam a concretização da sustentabilidade. (AÇORES, 2019)

A Açores DMO, aceitou o compromisso de garantir que o desenvolvimento do destino esteja de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no contexto da Agenda 2030, e que esse compromisso seja aplicável a todas as iniciativas e ações do turismo dos Açores, bem como da Açores DMO e seus colaboradores. Essas iniciativas sustentáveis da Açores DMO serão coordenadas com a população, com membros do setor privado e do setor público, quer municipal, quer de vários departamentos do Governo Regional, bem como com Associações e ONG’s. (AÇORES DMO, 2021)

4.1.2 Valsugana

O território do destino é formado por dois dos dezesseis distritos da província autônoma de Trento, no norte da Itália. O primeiro distrito se chama Valsugana e Tesino, que tem 18 cidades 578,88 km², 25.694 habitantes e sua capital é a cidade de Borgo Valsugana com aproximadamente 6 mil habitantes. A outra é Alta Valsugana e Bersntol, com 45.228 habitantes distribuídos em 15 cidades, que totalizam 360,04 km², sendo a capital deste distrito a cidade Pergine Valsugana com cerca de 20 mil habitantes. O destino é composto por 24 das 33 cidades do território, contém aproximadamente 70 mil habitantes e com uma área em torno dos 900 km². (VISITVALSUGANA, 2021; COMUNIDADE ALTA [...], 2021; COMUNIDADE VALSUGANA [...], 2021, APÊNDICE B)

O destino está localizado no vale Valsugana e parte da Cadeia de montanhas Logarai. A Região formada por um vale estreito e pelos morros que a cercam, é limitada ao sul por planaltos, enquanto ao norte domina a Cadeia Lagorai; seu extremo oeste fica perto da cidade de Trento e do vale do Adige, enquanto a leste está envolto nas montanhas que o dividem da província de Veneto. (VISITVALSUGANA, 2021; COMUNIDADE ALTA [...], 2021; COMUNIDADE VALSUGANA [...], 2021)

O destino é dividido em quatro setores. São eles: Lago di Caldonazzo; Levico Terme e arredores; centro de Valsugana; e planalto de Tesino. Todas as regiões têm a possibilidade de fazer agradáveis passeios, seja de carro, caminhando ou de bicicleta, estes passeios podem ser com diferentes finalidades turísticas, seja para o ecoturismo, turismo cultural, enoturismo, para práticas esportivas e de lazer em lagos ou montanhas nevadas, pesca esportiva entre outras várias possibilidades. O destino conta ainda com várias opções de hospedagem e gastronomia ao decorrer do seu território. (VISITVALSUGANA, 2021)

Próximo à Trento, fica a Região do Lago di Caldonazzo, com o maior lago da província, que além de proporcionar banhos em balneários que tem sua qualidade comprovada pela certificação Bandeira Azul FEE (Fundação para a Educação Ambiental), ainda oferece um espaço ideal para práticas esportivas aquáticas, além, da possibilidade de fazer agradáveis passeios à beira do lago e nas montanhas

circundantes, seja caminhando ou de bicicleta. Ao longo das margens do lago existem balneários equipados, praias gratuitas, várias opções de hospedagem, gastronomia qualificada, além de opções de diversão noturna. Outra questão relevante no local é as possibilidades de visitar atrativos culturais, tal como o castelo Pergine. (VISITVALSUGANA, 2021)

A figura 7 ilustra a paisagem da região, mostrando a região do Lago di Caldonazzo, a mais próxima da capital Trento, e a continuidade de parte do Vale Valsugana ao fundo:

Figura 7 - Vale Valsugana, região do Lago di Caldonazzo



Fonte: VISITVALSUGANA (2021)

Na região de Levico Terme e arredores, também existe um lago de qualidade Bandeira Azul, porém este é menor e cercado por uma extravagante natureza, onde se pode fazer inúmeras caminhadas regeneradoras, incluindo a sugestiva Via dei Pescatori (Caminho dos Pescadores), pois além de exuberante, o lago é ideal para prática da pesca, atraindo muitos turistas para essa atividade. Na margem oriental do lago, existem 2 balneários equipados e 1 praia gratuita. Levico Terme é uma famosa estância termal que oferece aos viajantes inúmeras possibilidades para pernoitar, na cidade, existem inúmeros restaurantes que oferecem cardápios típicos e releituras dos pratos da melhor tradição trentina. A região oferece opção de passeio cultural, como a visita aos fortes Delle Benne e Busa Granda. Outro importante atrativo da região, é a estação de esqui Panarotta 2002 - Valsugana, que está localizada nas montanhas de Levico, Panarotta 2002 é uma área de esqui tranquila, ideal para famílias em todos os aspectos. (VISITVALSUGANA, 2021)

A região central de Valsugana, além de contar com toda a estrutura da cidade de Borgo Valsugana, é cheia de percurso para trekking e passeios de bicicleta, sendo ainda uma região que concentra vários vestígios da primeira guerra, que podem ser visitados, além do seu museu sobre o tema. Outro importante atrativo cultural é o Castelo de Telvana, localizado próximo ao centro de Borgo Valsugana. (VISITVALSUGANA, 2021)

O Planalto de Tesino tem como principais atrativos o Teleférico Longarai, uma estação de esqui no Monte Agaro em Passo Brocon na cidade de Castello Tesino, e a Grotte de Castello Tesino, a única gruta da província de Trento equipada para receber turistas. A região é procurada ainda para trekking e passeios de bicicleta. (VISITVALSUGANA, 2021)

Na região existem ainda dois atrativos que devem ser destacados, o Centro Permanente della Flora e della Fauna Alpina, que propõe a reconstrução de todos os ambientes alpinos, dando espaço e visibilidade a grande parte das espécies animais e florais que caracterizam o ambiente montanhoso, e o Osservatorio Astronomico del Celado, um observatório astronômico que pode acomodar até 60 pessoas ao mesmo tempo, acomodando 30 em sala de aula, onde assistem a uma projeção, enquanto outras 30 visitam os demais andares da estrutura, incluindo a cúpula de 7 metros de diâmetro no último andar onde está localizado o telescópio. (VISITVALSUGANA, 2021)

Valsugana foi o primeiro destino no mundo a obter a certificação de turismo sustentável segundo os critérios do GSTC. Isso é resultado de 15 anos de planejamento, desenho, implantação e acompanhamento de atividades turísticas, que consideraram a reflexão e a avaliação o que já tinha sido feito para poder imaginar um novo desenvolvimento turístico, que fosse condizente com a demanda por um turismo de qualidade e respeitoso do estilo de vida das comunidades locais. Assim, foram direcionados os trabalhos do destino para a sustentabilidade, envolvendo todo o território para alcançar os objetivos estratégicos de longo prazo. Este conceito de sustentabilidade já é difundido e intrínseco à comunidade local, mas o destino crê que é preciso sistematizar o que já existe e implementar novas iniciativas que possam contribuir para melhorar ainda mais o destino. (VISITVALSUGANA, 2021)

A obtenção da certificação GSTC foi interpretada como uma forma concreta de orientar as atividades de governança e envolver as comunidades locais para um novo modelo de desenvolvimento, capaz ao mesmo tempo de ir ao encontro das necessidades do mercado turístico de qualidade, focando a atenção nos aspectos organizacionais, sociais, econômicos e ambientais do sistema local, com o envolvimento da comunidade local, fazendo com que todos tenham consciência de que Valsugana é onde seus habitantes vivem por que gostam. Este processo inovador exigiu o apoio de uma equipa de especialistas do *spin-off*¹⁵ da Universidade de Pádua "ETIFOR" que os orientaram para a concretização do objetivo. (VISITVALSUGANA, 2021)

A responsável pelo destino é a “Azienda per il Turismo VALSUGANA sociedade cooperativa” ou simplesmente APT Valsugana e Logarai, que tem como missão a promoção da oferta turística da zona através de várias ferramentas, como: informações turísticas, serviço de recepção; promoção da área, iniciativas de marketing turístico; criação e intermediação de serviços; e ofertas de propostas de férias. (VISITVALSUGANA, 2021)

A cooperativa é regida e disciplinada de acordo com o princípio da mutualidade sem fins de especulação privada e tem por objetivo melhorar as condições económicas, sociais e profissionais dos seus associados através da criação de um sistema de oferta integrada capaz de garantir o desenvolvimento das atividades das empresas associadas, aumentando a sua eficiência e competitividade, garantindo ainda o desenvolvimento de uma série de sinergias entre os mesmos acionistas e a criação de um sistema na área dos serviços. (VISITVALSUGANA, 2021, APT VALSUGANA (...), 2014)

O APT Valsugana e Logarai sempre investiu recursos importantes na investigação e manutenção de elevados padrões de qualidade do seu negócio, orientando-se para a melhoria não só em termos de crescimento e resultados úteis para a comunidade, o território e o sistema turístico, mas também com respeito a uma visão ética da empresa cooperativa. Para isso foi elaborado um código de ética que orienta os procedimentos das partes envolvidas com a cooperativa, assim como

¹⁵Spin-off é uma nova empresa derivada que nasceu a partir de um grupo de pesquisa de uma empresa, universidade ou centro de pesquisa público ou privado, normalmente com o objetivo de explorar um novo produto ou serviço de alta tecnologia

um código de conduta disciplinar dos membros da cooperativa. (VISITVALSUGANA, 2021, APT VALSUGANA SC, 2020, APT VALSUGANA, 2020)

Foi a APT Valsugana e Logarai a responsável pela implementação de uma estratégia para a realização de um destino sustentável, com participação da comunidade local e em particular dos *stakeholders*, mais ou menos envolvidos na lógica do turismo. Foram cinco reuniões com a participação de mais de mais de cem sujeitos, de diferentes setores, incluindo administrações públicas, representantes de diferentes segmentos ligados ao turismo, associações de vários tipos, etc. Essa série de encontros também ajudou a criar novos contatos entre atores que nem sempre interagem entre si, um empoderamento das partes interessadas e o compartilhamento de um horizonte comum. (VISITVALSUGANA, 2021)

Foram realizados ainda *workshops* para a elaboração do dossiê apresentado na fase de auditoria da certificação, com o apoio da *spin-off* da Universidade de Pádua "ETIFOR", cuja equipa foi responsável por gerir os métodos de participação e sistematizar as informações recolhidas. O tratamento e comparação desta informação proporcionaram inúmeras ideias para a melhoria e optimização de áreas de trabalho habitualmente consideradas consolidadas e ao mesmo tempo permitiu alargar o campo de actuação em áreas que não eram habitualmente consideradas responsabilidade da cooperativa. (VISITVALSUGANA, 2021)

Os GSTC-D, juntamente com os inúmeros *feedbacks* recebidos durante os workshops com os stakeholders locais, permitiu ao destino concentrar a atenção em algumas áreas que consideravam de particular importância para um crescimento qualitativo do turismo em Valsugana e um desenvolvimento duradouro de todo o território. O APT Valsugana e Longarai está empenhado em fazer da sustentabilidade um princípio e um valor para basear os seus hábitos. Para isso, estão comprometidos a organizar momentos de conscientização e treinamento, dirigido especialmente aos jovens, pois representam o futuro e estão particularmente atentos a estas questões. (VISITVALSUGANA, 2021)

A cooperativa colabora com várias associações locais para a promoção de eventos para promover a educação ambiental, educando e transmitindo ao mesmo tempo um forte sentido de responsabilidade e um grande valor social, para valorizar e proteger os patrimônios naturais e culturais. Por exemplo, no território do destino,

existem lagos com a certificação Bandeira Azul, e ao contrário do que se possa pensar, esta certificação não considera apenas a qualidade da água, mas também exige métodos virtuosos de gestão de todas as áreas adjacentes à costa. Isso implica, entre outras coisas, em uma correta destinação dos resíduos, uma gestão válida dos fluxos turísticos, etc. (VISITVALSUGANA, 2021)

Outra importante ação do destino foi promover projetos que ajudam a apoiar as atividades econômicas nas altas montanhas. O projeto Fim de Semana na Montanha, por exemplo, é uma iniciativa para acabar com o abandono dessas áreas mais remotas, esse é um fenômeno que até recentemente representava uma grande ameaça a paisagens e à biodiversidade dos ecossistemas montanhosos. Os projetos contribuem para a recuperação de estruturas existentes e não utilizadas, criando uma hospitalidade inovadora mas amiga do ambiente, dirigida a um mercado turístico que procura cada vez mais a vivência. (VISITVALSUGANA, 2021)

O projeto Adote uma vaca, contribui para complementar a renda dos gerentes das inúmeras cabanas alpinas espalhadas pelas montanhas do território, ao mesmo tempo em que oferece uma experiência única aos visitantes, podendo tocar "sua" vaca com as próprias mãos, ver seu leite sendo processado e saborear os produtos. (VISITVALSUGANA, 2021)

Na visão do destino, a sustentabilidade é um conceito muito amplo, articulado e complexo, uma meta em constante mudança que estimula a melhora contínua, em consonância com os valores autênticos do povo serrano que sempre os distinguiu. E para o destino, é neste contexto que se insere a certificação GSTC, o destino crê que essa é uma oportunidade para sensibilizar os operadores da área e fazer com que se interajam, todos com um único objetivo, para o desenvolvimento de um destino cada vez mais verde. (VISITVALSUGANA, 2021)

4.1.3 Vail

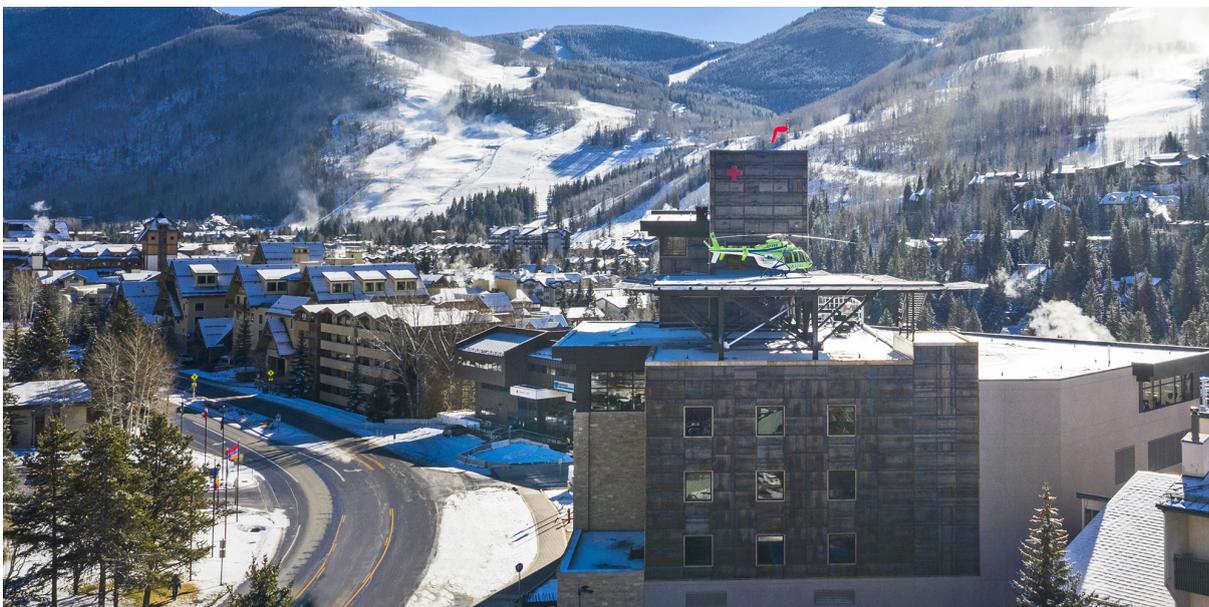
O município autônomo de Vail está localizado aos pés da montanha de mesmo nome, a Vail Mountain. A cidade faz parte do condado de Eagle, no Colorado, um dos estados montanhosos da região oeste dos Estados Unidos. A

população estimada de Vail em 2019 era de 5.434 habitantes distribuídos em 12 km², a uma altitude média de 2.476 metros acima do nível do mar. (TOWN OF VAIL, 2021; CENSUS BUREAU, 2021)

Ao contrário de outros destinos de inverno do Colorado, como Aspen, Breckenridge ou Steamboat Springs, que existiam como cidades de mineração do século 19 antes do estabelecimento de suas estações de esqui, a vila de Vail começou a surgir após a inauguração de sua estação de esqui em 1962, inspirada em vilarejos da Baviera (Alemanha). (TOWN OF VAIL, 2021)

A figura 8 apresenta parte da paisagem de Vail:

Figura 8 - Vail, Colorado, Estados Unidos.



Fonte: Vail Health (2021)

A economia de Vail depende do turismo, a cidade recebe 2,8 milhões de visitantes anualmente. Embora grande parte da indústria seja baseada em esportes de inverno por conta da sua importante estação de esqui, existem ainda várias opções de turismo no verão, que incluem caminhadas guiadas, mountain bike, cavalgadas, passeios de carruagem e pesca esportiva. Vail também está se desenvolvendo como um centro cultural, com vários espaços de arte e música, ativos durante todo o verão. A cidade possui ainda, um centro gastronômico desenvolvido, com uma variedade de restaurantes. (COLORADO, 2021, TOWN OF VAIL, 2021)

A montanha de Vail, que chega aos 3.527 metros de altitude, está localizada dentro do parque nacional White River, e é propriedade do Serviço Florestal dos Estados Unidos. A sua exploração como estação de esqui, começou em 1962 pela então Vail Associates Ltd., fundada por um ex-esquiador das forças armadas americanas, com a colaboração de investidores da região do Colorado. Nos dias atuais, a Vail é uma das maiores empreendedoras de resorts de montanhas dos Estados Unidos, para isso foi transformada em companhia, e é conhecida como Vail Resorts Management Company, que é a controladora de 37 resorts em diferentes países. (VAIL, 2021; US FOREST SERVICE, 2021)

A estação de esqui Vail Ski Resorts, é quem controla as atividades na montanha Vail, é um dos resorts da companhia Vail. O resort, conta com uma área de 21,4 km², sendo a maior montanha de esqui do Colorado e a terceira maior do país. A montanha Vail tem três seções: The Front-Side, Blue Sky Basin e Back Bowls. A maior parte do resort é um terreno aberto com todos os tipos de trilhas. Vail também é um resort de verão e um centro de golfe. (VAIL, 2021)

Vail é o primeiro destino no mundo a ser certificado pelo padrão de destino sustentável Mountain IDEAL. Além disso, a adesão de Vail aos critérios de destino do GSTC, torna-o o primeiro destino sustentável certificado nos Estados Unidos por um organismo de certificação credenciado pelo GSTC, a Green Destinations. A Green Destinations atuou como Organismo de Certificação dos critérios Mountain IDEAL Standard, tendo como seu primeiro participante, o resort nas montanhas de Vail. (TOWN OF VAIL, 2021; WALKING MOUNTAIN, 2021; LOVE VAIL, 2021)

Os responsáveis pela sustentabilidade do destino são o Departamento de Sustentabilidade Ambiental da cidade de Vail, o Conselho de Administração do Destino de Vail e o Comitê Diretor. (TOWN OF VAIL, 2021, PESQUISA DIRETA, 2021)

Porém este não é um trabalho recente, a certificação de destino sustentável é resultado de uma longa história de Vail na preservação ambiental. Realizações passadas notáveis incluem a proteção dos espaços abertos, a criação do Centro Natural Vail, a criação de impostos para a melhoria dos parques e espaços abertos com a finalidade de recreação e apoio a práticas ambientalmente sustentáveis, entre outros. As conquistas mais recentes incluem sua abordagem proativa para restaurar

a qualidade da água do rio Gore Creek, e o ambicioso compromisso do Vail Resort de uma pegada operacional líquida zero até 2030, o compromisso se concentrará em três áreas principais: Emissões, resíduos e florestas e habitat. (TOWN OF VAIL, 2021; WALKING MOUNTAIN, 2021; SUSTAINABLE TRAVEL, 2021)

Antes do Campeonato Mundial de Esqui Alpino FIS 2015 realizado em Vail e Beaver Creek, a cidade de Vail se propôs a alcançar um marco de sustentabilidade elevado, começando o processo em busca de se tornar o primeiro destino nos Estados Unidos a ser certificado pelo padrão de destino GSTC. Para conseguir isso, uma parceria de vários anos foi estabelecida entre a cidade de Vail, Walking Mountains Science Center e Sustainable Travel International. (WALKING MOUNTAIN, 2021; SUSTAINABLE TRAVEL, 2021)

A Walking Mountains Science Center é uma organização sem fins lucrativos e tem a missão de despertar um sentimento de admiração e inspirar a gestão ambiental e a sustentabilidade por meio da educação em ciências naturais, ela visiona um lugar onde todos entendem a ciência da natureza e são inspirados a agir como administradores ambientais. A Sustainable Travel International, também é uma organização sem fins lucrativos, que tem como missão proteger e conservar os destinos mais vulneráveis do nosso planeta, transformando o impacto do turismo na natureza e nas comunidades, suas ações pretendem que o turismo contribua ativamente para o bem-estar ambiental e comunitário. (WALKING MOUNTAIN, 2021; SUSTAINABLE TRAVEL, 2021)

Existem outras várias entidades que trabalham juntas em todo o destino Vail para criar o todo. Essas entidades colaboram como partes interessadas nos processos de planejamento relevantes para garantir a coordenação geral e o sucesso do destino Vail.

Essas entidades incluem: Cidade de Vail - governo municipal; Câmara municipal de Vail; conselho consultivo econômico de Vail; comissão de eventos especiais de Vail; conselho consultivo distrital de marketing local; bombeiros e serviços de emergência de Vail; autoridade de habitação local de Vail; Vail Resorts Inc. que opera a área de esqui de Vail; Serviço Florestal dos EUA que gerencia todas as terras dos EUA ao redor dos limites das cidades; Eagle River Water and Sanitation District que fornece serviços de tratamento de água e esgoto; Colorado

Parks and Wildlife que gerencia a vida selvagem em Vail e em todo o estado; e a Vail Recreation District que opera instalações recreativas dentro da cidade. (VAIL, 2020)

O processo de certificação incluiu o lançamento do Actively Green, um programa de treinamento e certificação de sustentabilidade para empresas locais desenvolvido pela Sustainable Travel International e administrado pelo Walking Mountains Science Center. Em 2018, o padrão Actively Green alcançou o status de “GSTC-Reconhecido” para operadores turísticos. (WALKING MOUNTAIN, 2021)

A parceria colaborativa também levou ao desenvolvimento do padrão de destino Mountain IDEAL. Este padrão também alcançou o status de “GSTC-Reconhecido”, o que significa que as diretrizes específicas dentro do padrão Mountain IDEAL usadas para implementar a sustentabilidade no destino são consideradas equivalentes a um padrão global. A cidade de Vail se comprometeu em continuar monitorando e melhorando as práticas de sustentabilidade para manter seu padrão de destino Mountain IDEAL e suas ações continuarão a evoluir e melhorar ao longo do tempo. (LOVE VAIL, 2021; WALKING MOUNTAIN, 2021; SUSTAINABLE TRAVEL, 2021)

O Conselho de Administração do Destino Vail e o Comitê de Direção determinaram sua estratégia para atender aos critérios da Mountain IDEAL de criar estratégia de destino e plano de ação. A atual estratégia e plano de ação abrangente de Vail para o destino, é o Vail 20/20 Strategic Action Plan, que inclui as áreas de: uso e desenvolvimento do solo, parques e recreação, sustentabilidade ambiental, habitação, transporte, economia, segurança pública e diversidade da comunidade. O Plano Vail 20/20 compreende os principais planos implementados em todo o destino Vail que enfocam: sustentabilidade e turismo sustentável e inclui questões ambientais, econômicas, sociais, de patrimônio cultural, estética, qualidade, saúde, segurança e direitos humanos. Cada um desses planos foi desenvolvido por meio de um processo participativo que envolveu membros da comunidade, empregadores e funcionários, além de autoridades eleitas. (VAIL, 2020)

Além do Plano Vail 20/20, há um conjunto de outros planos detalhados que apoiam as metas e objetivos do Plano de Ação Estratégico Vail 2020 e atendem aos quatro elementos de critérios do Mountain IDEAL. (TOWN OF VAIL, 2021, VAIL, 2020)

As metas comuns abrangentes expressas ao longo dos planos atuam em um todo integrado e são destinadas a concretizar a visão de Vail de ser:

a principal comunidade de resorts nas montanhas, oferecendo alta qualidade de vida e experiência para residentes e visitantes. Isso é alcançado por meio da gestão ambiental, oportunidades recreativas, culturais e educacionais de classe mundial, uma economia forte durante todo o ano, diversidade de moradias e infraestrutura superior. A cidade busca ativamente a contribuição e a cooperação da comunidade e de seus vizinhos para garantir o cumprimento de sua visão. (PESQUISA DIRETA, 2021)

4.2 Resultados obtidos a partir da pesquisa qualitativa

A caracterização dos respondentes do questionário corresponde às especificações apresentadas no quadro 5:

QUADRO 5 – Caracterização dos respondentes

	A	B	C
Destino / País	Açores / Portugal	Valsugana e Lagorai / Itália	Vail / Estados Unidos
Estrutura de gestão que responde pela sustentabilidade	Azores DMO	APT Valsugana	Departamento de Sustentabilidade Ambiental da cidade de Vail e Conselho de Administração do Destino de Vail e Comitê Diretor
Tempo de atuação do respondente na estrutura de gestão	2 anos	20 anos	2 anos
Função ou cargo do respondente na estrutura de gestão	Coordenação	Coordenador	Coordenador de Sustentabilidade Ambiental da cidade de Vail e Presidente Assistente do Comitê Diretivo
Organização que representa na estrutura de gestão do destino	Azores DMO	Azienda per il Turismo (Organização de marketing de destino)	Cidade de Vail

Pesquisa direta (2021). Organizado pelo autor

Quando questionados sobre a motivação do destino na adoção do processo de certificação da organização certificadora escolhida, o respondente A diz que foi pelo fato de ser uma entidade acreditada pelos critérios internacionalmente aceitos do GSTC, o fato de ter uma forte base acadêmica, de possibilitar o *bechmarking*

estabelecendo uma comparação com outros destinos, e de conferir transparência e credibilidade através de auditoria de *third party*.

Essa resposta está de acordo com Costa; Rodrigues; Gomes (2019), pois para os autores, ser certificado por um organismo de certificação (OC) credenciado no GSTC, expressa que o destino atingiu elevados padrões de sustentabilidade. Estando de acordo também, com as informações de EarthCheck (2015), já que seu programa é apoiado no *benchmarking*. E pode-se ainda considerar as ideias de Silva; Bortoluzzi; Bertolini (2017) visto que, para esses autores, a certificação deve ser aplicada por terceiros com critérios definidos, possibilitando informações e uma ferramenta de *marketing* para as organizações.

O respondente B diz que a adoção do processo de certificação se deu para encontrar uma identidade para o destino turístico em questão. Completa dizendo: “a nossa área tem spas, lagos, montanhas, ciclismo, comida e vinho, mas estávamos à procura de uma identidade para pôr como começo a tudo isto. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Essa resposta corrobora com o que afirma Lavor (2009), pois para esse autor, a escolha do modelo de certificação deve levar em consideração as individualidades e especificidades do destino, propiciando o seu desenvolvimento social. A resposta ainda pode ser vista com outra ideia de Lavor (2009), pois para o autor, a certificação deve gerar benefícios, propiciando novo modelo de produção e consumo que proteja o território com meios para aferir a qualidade do produto e a responsabilidade socioambiental.

Para o respondente C, a escolha foi realizada já que o destino precisava

facilitar um evento sustentável e eco-consciente e de proporcionar educação pública para esse fim, mas também de criar um projeto legado que serviria de catalisador para uma mudança ambiental e cultural duradoura e positiva. O padrão Mountain IDEAL específico para comunidades de resorts nas montanhas foi desenvolvido em parceria com o Walking Mountains Science Center e a Sustainable Travel International, por meio da Green Destinations e reconhecida pelo GSTC. (...) o primeiro destino de resort de montanha do mundo a ser certificado por um organismo de certificação credenciado pelo Global Sustainable Tourism Council, Green Destinations. (...) Porque o padrão Mountain IDEAL era tão relevante para a Vail, fazia sentido que a Vail selecionasse o padrão Mountain IDEAL para prosseguir com Green Destinations como organismo certificador. (...). (PESQUISA DIRETA, 2021)

O fato de que o destino necessitava facilitar um evento sustentável no território que deixasse um legado para a população, vem ao encontro às palavras de Oliveira (2013), ao afirmar que as certificações ambientais no turismo promovem regulamentações e faz com que políticas sejam cumpridas para minimizar os impactos ambientais.

O respondente C comentou ainda que pretendiam criar um projeto que ocasionasse mudanças ambientais e culturais duradouras e positivas. Conforme afirmam Bahia; Fortes; Ferreira (2005), as certificações ambientais no turismo aumentam a competitividade demonstrando a qualidade dos produtos e serviços, e valorizam e protegem os patrimônios naturais, históricos, culturais e com geração de benefícios para as populações anfitriãs.

O respondente C cita ainda o fato de ser um padrão reconhecido pelo GSTC, corroborando com o que dizem Maffli e Trombitas (2018), ou seja, as certificações reconhecidas e credenciadas no GSTC são mais confiáveis, pois os critérios GSTC tem uma abordagem holística. Em seguida, o respondente comenta o fato de a Green Destinations ser credenciada no GSTC. Para Costa; Rodrigues; Gomes (2019), ser certificado por uma OC credenciada no GSTC significa que o destino atende a elevados padrões socioambientais.

Lavor (2009), ao discorrer sobre a importância em se escolher um modelo que leve em consideração as peculiaridades do destino, faz entender a observação do respondente C quando afirma que “o padrão foi escolhido pois se mostrou de grande relevância para o modelo de destino”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Juntando as respostas, fica notável que, para os destinos, escolher um organismo certificador GSTC-Credenciado é um fator relevante de escolha. Outro aspecto relevante, é que, nas respostas, existem preocupações com as peculiaridades do destino que devem ser consideradas pelas certificações, além da procura dos destinos por padrões que possam orientar os planos de sustentabilidade nos territórios.

Tais percepções são relevantes para a gestão sustentável do turismo, tendo em vista que, para Valls (2006) o DST deve adotar ferramentas globalizadoras, realizáveis e de planejamento duradouro. Essas respostas enfatizam ainda a

importância da gestão sustentável do destino pelas suas características, estando de acordo com a afirmação de Ruschmann (1999), em que a atividade turística ocorre no destino conforme as características do meio ambiente, e que essas peculiaridades devem ser consideradas no planejamento estabelecendo critérios para a utilização dos espaços de acordo com suas características e fragilidades.

Ao buscar compreender as principais motivações do destino em querer ser sustentável, o respondente A afirma que

além de ser um reforço do posicionamento estratégico do destino, vai ao encontro da tendência internacional da procura turística por destinos não massificados, de natureza, com um contato imersivo mas de respeito com as comunidades locais. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Essa resposta vem ao encontro ao que dizem Ulander; Savu (2020), ou seja, para que haja o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos é necessário um planejamento estratégico, a fim de tornar o destino desejável para viajantes, focando na oferta turística. Soma-se a isso o dito por Foris; Popescu; Foris (2018), sobre a aposta do setor nos destinos turísticos para melhorar a gestão da qualidade, garantido aos turistas que organizações e sociedade contem com infraestrutura básica, em tempo de respeitar questões socioambientais e culturais.

Para o respondente B, esse é um tema em crescimento que está a receber cada vez mais atenção dos turistas, fato endossado por Candela; Figini (2012), os quais destacam que o destino sustentável deve satisfazer a procura turística e continuar a atrair turistas, respeitando a comunidade receptora e salvaguardando os ambientes naturais do destino. Destaca-se ainda a aderência da resposta à afirmação de Burgos (2018), o qual diz que o turismo sustentável é uma tendência com a aplicação de valores morais na organização, marketing e planejamento da viagem e na gestão do território.

O respondente C afirma que Vail tem uma longa história de gestão ambiental, conservação e sustentabilidade, tornando-se assim uma destinação sustentável. Complementa sua resposta dizendo que

estão em curso vários programas de sustentabilidade para ajudar na redução de resíduos, eficiência energética, transporte, proteção da vida selvagem, preservação do espaço aberto, etc.. Sendo uma comunidade resort com 2,8 milhões de visitantes anualmente, tornar-se um destino sustentável foi fundamental para a viabilidade a longo prazo do turismo e da

comunidade local, ao mesmo tempo que protegia os locais naturais, reduzindo os impactos do turismo e mitigando os impactos climáticos. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Para Aydin, Alvarez (2020), a sustentabilidade dos destinos turísticos devem incluir a preservação de recursos, favorecer a economia local, e beneficiar a comunidade com a gestão adequada do destino. Pode-se ainda, analisar que a resposta corresponde a Swarbrooke (2000), já que a concepção do autor afirma que a sustentabilidade em destinações turísticas corresponde ao desenvolvimento de formas de turismo que ampliem a capacidade do destino, protegendo o meio ambiente e seu mercado turístico, impedindo assim, o declínio do ciclo de vida na região turística.

As respostas demonstram que esses destinos estão interessados em atrair turistas preocupados com a sustentabilidade nos destinos. Soma-se a isso a preocupação da continuidade das atividades turísticas em seus respectivos territórios, buscando minimizar os malefícios socioambientais causados por tais atividades. Para Vignati (2012), essas ações sustentáveis agregam valor à experiência turística, já que cada vez mais se busca alcançar a harmonia entre o crescimento da atividade turística e a conservação dos aspectos socioambientais nos destinos turísticos.

Em relação à motivação para a obtenção da certificação como destino sustentável, o respondente A diz que é um reforço do posicionamento estratégico do destino. Esta certificação contribui para uma maior notoriedade, diferenciação e qualificação do destino turístico (Destino Premium).

Seguindo o raciocínio de Brasil (2005), o destino é motivado para ser certificado, pois as organizações utilizam as certificações para ganhar visibilidade no mercado ao demonstrarem conformidade a requisitos específicos. Já Oliveira (2013) descreve que as organizações recorrem a certificação para que as padronização e profissionalização organizacional sejam demonstradas através de uma marca que evidencie a qualidade e a preocupação com os aspectos ambientais.

O respondente B afirma que a motivação se deu “para ter uma garantia de que possamos falar de um destino realmente sustentável”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

A resposta pode ser endossada pelo entendimento de Maffli; Trombitas (2018), já que as certificações credenciadas no GSTC são confiáveis quanto à sustentabilidade no setor do turismo. Essa resposta pode ainda ser reforçada com as palavras de Costa; Rodrigues; Gomes (2019) que também enfatizam a questão da confiabilidade das certificações credenciadas no GSTC como padrão de sustentabilidade no turismo.

O respondente C destaca que,

Vail já havia ajudado a estabelecer o programa Actively Green Sustainable Business, que é um esforço de base para ajudar a desenvolver práticas mais sustentáveis em toda Vail. Com esse programa implementado e uma massa crítica de negócios participantes, Vail atingiu o estágio em que o destino geral busca trabalhar em conjunto para integrar processos, implementar melhores práticas de melhoria contínua, monitorar lacunas e sucessos e propor um plano sustentável de ação para guiar Vail para o futuro como um resort modelo para comunidades de montanha. Com essas peças no lugar, fez sentido buscar a certificação como destino sustentável. A certificação de destino sustentável elevou o trabalho de Vail em sustentabilidade para ser comparado não apenas com as comunidades de resorts, mas também com líderes globais em preservação de recursos, proteção ecológica, avanços culturais, educacionais e sociais.(PESQUISA DIRETA, 2021)

Essa resposta confirma o que Grapetin; Ayikoru (2019) haviam mencionado sobre a sustentabilidade ter, nas certificações de destino turístico, uma poderosa ferramenta de transformação, aplicando um pequeno número de esquemas que auxilia na organização de padrões evitando multiplicidade de normas e indicadores na certificações.

Pode-se associar a essa resposta, o que os mesmos autores elucidam, ao dizer que, o interesse de avaliar e certificar destinos pode ser o reconhecimento dos impactos socioambientais causados pelas atividades turísticas e, por consequência, a busca em alcançar a sustentabilidade de maneira ampla a partir da certificação. (GRAPETIN; AYIKORU, 2019).

A resposta aponta ainda a ambição do destino em ser referência global de sustentabilidade. Isso se relaciona ao que Foris; Popescu; Foris (2018) afirmam, ou seja, os GSTC-D são um destaque internacional de ferramentas desenvolvidas para de medição e avaliação da qualidade e do desempenho nos destinos turísticos.

A resposta está também de acordo com o que dizem Costa; Rodrigues; Gomes (2019, p. 682), ou seja, as certificações de destinos credenciadas pelo GSTC asseguram que o destino certificado “está de acordo com os mais elevados padrões socioambientais do mercado”.

As respostas sobre as motivações estarem centradas na busca por ser destinos sustentáveis certificados, estão baseados na notoriedade do destino, na garantia da sustentabilidade, e na qualidade do destino. Pode-se justificar essa análise com as ideias de Foris; Popescu; Foris (2018), da aposta do setor do turismo em garantir a turistas que os destinos, mesmo com todas suas complexidades e peculiaridades, estão preocupados com a gestão da qualidade e comprometidos em cumprir conformidades que garantam a organizações e sociedade o acesso a infraestruturas básicas, assegurando o respeito às questões humanas, ambientais e culturais no território.

Buscou-se saber também quais foram as facilidades encontradas pelo destino ao buscar adaptar-se às conformidades necessárias à certificação. No destino A,

uma excelente base de dados com indicadores turísticos, ambientais, econômicos e sociais já estava elaborada, através do Serviço Regional de Estatística dos Açores e de vários outros dados recolhidos pela Região. Também a estrutura colaborativa que se verifica entre o setor público, o setor privado e ONGs, contribuiu para a definição de um Plano de Ação e de metas para o Desenvolvimento Sustentável do Destino. (PESQUISA DIRETA, 2021)

O GSTC (2019) diz que os GSTC-D, incluem indicadores de desempenho da conformidade com os critérios e que contribuem para a Agenda 2030 para o DS e para os 17 ODS. A resposta interage com a afirmação de Ulander; Savu (2020), que sustentam que para haver o DS de destinos turísticos, é necessário um planejamento estratégico.

No destino B, o respondente cita que para atingir as adaptações necessárias à certificação

foram visitadas instalações de alojamento tais como hotéis, parques de campismo, pousadas e pequenos-almoços com particular atenção à sustentabilidade. Foram visitados museus ao ar livre, biótopos, áreas protegidas da WWF, pastagens alpinas e eco-museus.(PESQUISA DIRETA, 2021)

Essa resposta sinaliza a necessidade em se conhecer as especificidades de um destino e, nesse caso, visita a diferentes espaços tornou-se o método para tal, colaborando com a reflexão de que os destinos turísticos têm aspectos únicos e isso é um desafio para avaliação por meio de indicadores, conforme descreve Grapetin; Ayikoru (2019).

Em relação ao destino C, o respondente comenta que

o destino Vail tinha vários programas, iniciativas, leis e planos em vigor que atendiam aos critérios. Também proporcionou a oportunidade de desenvolver um Conselho de Administração do Destino Vail e Comitê Diretor com representantes do governo municipal local, serviços públicos locais, Serviço Florestal dos EUA, Vail Resorts, organizações não governamentais locais (sem fins lucrativos), Câmaras de Comércio locais. Este grupo é capaz de colaborar e discutir oportunidades para melhorar a sustentabilidade e o turismo sustentável em Vail.(PESQUISA DIRETA, 2021)

Tal resposta também se relaciona com o que diz Grapetin; Ayikoru (2019), sobre a necessidade de se avaliar destinos com indicadores relacionados a diferentes aspectos existentes nos destinos turísticos.

Em suma, os respondentes apontaram que houve facilidade de atender aos critérios principalmente por haver iniciativas nos destinos que visavam a sustentabilidade de ambientes e organizações. Essas dificuldades estão intrínsecas na fundamentação de Grapetin; Ayikoru (2019), já que os critérios são medidos por indicadores, e para os autores, indicadores inflexíveis são um desafio para destinos, nessa mesma ideia os autores apontam dificuldades de participação das partes interessadas, e os destinos em suas respostas apontam que os *stakeholders* participaram ativamente e esse também foi um diferencial positivo para a certificação ocorresse sem maiores dificuldades.

Essa resposta está ainda atrelada a outro pensamento dos autores Grapetin; Ayikoru (2019), pois para eles, a sustentabilidade tem nas certificações de destinos sustentáveis, uma ferramenta de transformação, pois os destinos, com suas peculiaridades, são favorecidos pelo pequeno número de esquemas, se comparados às certificações de empresas, fato esse colaborativo à organização de padrões.

Em relação aos desafios encontrados, o respondente A afirma que a certificação

é um processo moroso com uma recolha exaustiva de dados para cumprir com os critérios da Certificação. Contudo, devido à estrutura colaborativa entre os vários intervenientes, foi fácil ter acesso e solicitar estes dados. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Os desafios na obtenção de certificação são mencionados por Grapetin; Ayikoru (2019), ao destacarem que, a avaliação de um destino conta com indicadores inflexíveis. Os mesmos autores complementam sua ideia ao destacar a importância das partes interessadas estarem comprometidas com o processo.

O respondente B afirmou que “a única dificuldade que temos é fazer com que aqueles que vivem aqui tomem consciência de que este é um destino certificado”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Essa resposta diz respeito ao que Oliveira (2019) alertou, que para ter um turismo sustentável, é necessária participação ativa da comunidade no desenvolvimento do turismo e nos cuidados da conservação do património.

O respondente C diz que, no geral, não se observam dificuldades, uma vez que o processo, na verdade, é

uma alavanca adicional para ajudar a implementar novas iniciativas ou melhorar as infraestruturas. Alguns destes projetos são dispendiosos e levarão muito tempo a concluir, mas não têm havido muitas dificuldades trazidas ao destino. (PESQUISA DIRETA, 2021)

A fala do respondente diz respeito a ideia de Bahia; Fortes; Ferreira (2005), que defendem que ser certificado não é quer dizer que o destino está em seu nível máximo de gestão ambiental, os autores falam que esse é um aprimoramento contínuo de implementação de técnicas avançadas.

Cada destino relatou dificuldades distintas entre eles, isso pode ser explicado pelo fato de destinos terem características e necessidades específicas. Isso está apoiado na concepção de Valls (2006, p.16), de que destino turístico é um “(...) lugar como um espaço geográfico determinado, com características de clima, raízes, infraestrutura e serviços próprios”.

Quanto aos benefícios a partir da obtenção da certificação, o respondente A comenta que

a certificação é uma afirmação da região como destino sustentável, e por isso trará a curto e longo prazo, benefícios para o ambiente, economia e comunidade local. Somos o primeiro arquipélago no Mundo com certificação internacional de destino sustentável pelos critérios do GSTC, o que traz imensos benefícios como a notoriedade, a diferenciação, a qualificação, mas principalmente benefícios para a população local e para a natureza, uma vez que se trata de um processo colaborativo, entre entidades públicas, privadas e ONGs com o objetivo de alcançarem metas cada vez mais ambiciosas de sustentabilidade. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Esse apontamento vai ao encontro ao que Carvalho et al. (2019) afirmam, ao explicar que as organizações são motivadas pelo reconhecimento oficial trazida pelas certificações ambientais, proporcionando um diferencial competitivo, beneficiando financeiramente a organização a médio e longo prazo.

A resposta aponta também para o que Foris; Popescu; Foris (2018) defendeu, ou seja, a gestão do destino turístico deve focar na satisfação do turista e na sustentabilidade econômica, social e ambiental da localidade. Quando o respondente mencionou no final que ainda pretendem alcançar metas cada vez mais ambiciosas de sustentabilidade, isso pode ser explicado pela ideia de Bahia; Fortes; Ferreira (2005), que dizem que a certificação não significa nível máximo de sustentabilidade, pois esse é um aprimoramento contínuo.

Na percepção do respondente B, a obtenção da certificação

continua a trazer benefícios tanto em termos de encontrar uma identidade do destino como de sensibilizar as pessoas que aqui vivem. Também permite criar redes e acordos com outros assuntos que nunca tinham sido contactados antes. (PESQUISA DIRETA, 2021)

A resposta está ligada ao tema descrito por Oliveira (2019), de que é necessário participação da comunidade no desenvolvimento do turismo e nos cuidados da conservação dos patrimônios. A resposta aponta que ser um destino sustentável certificado, está de acordo com Aydin; Alvarez (2020, p. 2) de que “o consenso geral é que a sustentabilidade dos destinos turísticos inclui aspectos de preservação de recursos, oportunidades para a economia local, benefícios para a comunidade e gestão adequada do destino”.

O respondente C diz que a certificação

elevou a Vail e suas conquistas como líder em sustentabilidade e permitiu o reconhecimento em escala nacional e global. Isso deu à comunidade algo em que se reunir e se tornou uma fonte de orgulho. Mostrou o que é possível com uma visão compartilhada e colaboração. Ela também fornece

uma ótima estrutura para a sustentabilidade. Isso inspirou a cidade a oferecer treinamento em iniciativas de sustentabilidade para novos funcionários. É também um fator de mudança para a implementação de iniciativas e esforços adicionais de sustentabilidade em todo o destino. Esperançosamente, isso também atrai mais turistas com uma mentalidade de sustentabilidade e gestão ambiental, que ajudarão a levar adiante as metas de sustentabilidade sem impactos negativos. A certificação também destacou áreas para melhoria e ajudou a impulsionar melhorias e eficiência para certos aspectos da infraestrutura. O processo também ajudou a implementar monitoramento adicional como um elemento de proteção da atração. O Vail Destination também gostou de fazer parte do programa Top 100, pois destaca histórias de boas práticas específicas. Os agradecimentos também fornecem exposição adicional ao trabalho de sustentabilidade que está sendo feito em Vail. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Como observado, o respondente relata sobre o reconhecimento nacional e global do destino como sustentável, isso está de acordo com Costa; Rodrigues; Gomes (2019), os quais destacam que, o destino, ao ser contemplado com uma certificação GSTC, significa atender a altos padrões de sustentabilidade no turismo de reconhecido a nível global.

Aparece ainda na resposta, a questão de ocorrer mudanças com implementação de iniciativas e esforços para a sustentabilidade, e a questão da atração de turistas responsáveis; relatos que conversam com o apontamento de Netto; Gois; Lucion (2017), que dizem que as preocupações com a gestão ambiental acarretam em mudanças produtivas, de comercialização e de consumo.

Outro tema apontado na resposta é da melhoria contínua, abordado por Bahia; Fortes Ferreira (2005), os quais citam que a certificação não é o nível máximo de sustentabilidade que se pode chegar, podendo novas tecnologias serem implementadas para elevar o nível de sustentabilidade.

As respostas demonstram que, no destino, as certificações são fonte de benefícios para a comunidade local e para o meio ambiente, além de gerarem reconhecimento e visibilidade que acabam por atrair turistas responsáveis, alterando o modelo de produção e consumo do turismo nos destinos. Demonstrou também, que os destinos procuram se empenhar cada vez em busca de novas tecnologias para qualificar ainda mais a gestão do destino de forma sustentável.

Em relação às dificuldades que a certificação trouxe ao destino, os três respondentes dizem que não houve nenhuma dificuldade vinculada à certificação em si. Contudo, o respondente A, observa: “Sabemos sim, que temos uma enorme

responsabilidade de continuar o bom trabalho e ambicionar sermos cada vez mais sustentáveis”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Já o respondente B observa que “de momento, nenhuma, a única dificuldade que temos é fazer com que aqueles que vivem aqui tomem consciência de que este é um destino certificado”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

O respondente C diz que a certificação “forneceu uma alavanca adicional para ajudar a implementar novas iniciativas ou melhorar a infraestrutura. Alguns desses projetos são caros e levarão muito tempo para serem concluídos, mas não houve muitas dificuldades trazidas ao destino”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

É possível constatar que as respostas apontam que as certificações não trazem dificuldades relevantes aos destinos, isso se deve ao fato de que as certificações atendem direta ou diretamente aos GSTC-D, que para Kusumawardhana et al. (2020), esses critérios podem ser aplicados em muitos tipos de destinos turísticos, seus padrões colaboram com o DST e qualificam práticas.

Por fim, buscou-se compreender a visão dos respondentes quanto às colaborações dos critérios de certificação para a gestão ambiental do destino. O respondente A diz que,

este foi um processo colaborativo que resultou de um trabalho próximo com os vários stakeholders. A EarthCheck define 12 áreas de desempenho chave da certificação, relacionadas com Energia, água, transportes, resíduos, materiais perigosos, entre outros, e a Direção Regional do Ambiente teve um papel preponderante em facultar os dados para responder a estes critérios. (PESQUISA DIRETA, 2021)

O trabalho mútuo de várias partes interessadas se deve ao fato de que para Santos (2013) a gestão ambiental em destinos deve ser feita com a integração do planejamento territorial, com os planos de gestão ambiental e desses com as pretensões de desenvolvimento do turismo na localidade que devem estar alinhados aos planos de turismo das diferentes esferas (local, municipal, regional, estadual, federal...).

Notou se ainda que os critérios utilizados para a certificação contemplam várias áreas da gestão ambiental, já que para Andrade (2018), as certificações que promovem a sustentabilidade, contribuem com a diminuição do lançamento de

gases do efeito estufa, com a redução de emissão de resíduos e com a utilização dos recursos de forma sustentável.

O respondente B comenta ter entrado em contato “com os gestores de eliminação de resíduos da nossa área, fizemos pesquisas sobre a análise do sistema ambiental da nossa área (Província de Trento)”. (PESQUISA DIRETA, 2021)

Além de estar alinhado com a ideia da colaboração da certificação de sustentabilidade do turismo com as ações de gestão ambiental relatada por Andrade (2018), o respondente ainda comenta sobre análise de sistema ambiental do território, e isso foi apontado por Bahia; Fortes; Ferreira (2005), ao afirmarem que os destinos turísticos precisam considerar as divisões espaciais do território, seus usos e necessidades de gestão, contribuindo para a eficiência da gestão ambiental.

O respondente C comenta que

existem vários parceiros e partes interessadas que trabalham juntos para obter e manter a certificação: Town of Vail, Vail Resorts, (...) e Vail Recreation District constituem o Vail Destination Stewardship Council. O Comitê Diretivo é composto por câmaras de comércio locais: Vail Valley Partnership, (...) e outros grupos de partes interessadas em Vail. O Comitê de gestão e direção do destino de Vail se reúne semestralmente e fornece informações, dados e orientação para o destino de Vail enquanto trabalha para atender e manter o progresso nos critérios e indicadores do IDEAL de montanha. (PESQUISA DIRETA, 2021)

A resposta está relacionada com a ideia de Santos (2013) de que a gestão ambiental de destinos turísticos necessita que várias partes interessadas em diferentes esferas e que estejam engajadas em busca do aperfeiçoamento da sustentabilidade do destino.

As respostas apontam que as certificações contribuem para a gestão ambiental integrada do destino, que conforme Santos (2013), o poder público, a sociedade civil, as instituições e as empresas devem objetivar o alcance de maiores resultados que apoiem e contribuam para que as atividades econômicas, sociais e culturais sejam menos degradantes ao meio ambiente, se utilizando da gestão ambiental integrada.

A gestão ambiental é um conjunto de técnicas e ferramentas que buscam diminuir ou anular as ações antrópicas de várias maneiras, sejam elas simples ações como coleta seletiva de pequenas empresas ou transversais e holísticas

como gerir territórios complexos a caminho da sustentabilidade para atender a critérios amplos e variados das certificações ambientais. Essas certificações só são possíveis com apoio de várias partes interessadas, e com ferramentas que possam medir e monitorar os índices de sustentabilidade do destino. Essas certificações de destinos sustentáveis credenciadas no GSTC colaboram com o meio ambiente e com a sociedade, principalmente por ser um trabalho conjunto e multissetorial, que buscam atingir os mesmos propósitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade à pesquisa desenvolvida, foi possível identificar que a busca de uma gestão voltada à sustentabilidade, por parte dos destinos investigados, integra as motivações para a solicitação da certificação. Tal fato se dá como uma estratégia para atrair turistas responsáveis, em tempo de propiciar o exercício do turismo sustentável nos territórios.

Outras motivações, tais como a adequação de mercado, em consideração às exigências contemporâneas de turistas responsáveis, integram a justificativa de se submeter ao processo de certificação, uma vez que o reconhecimento do destino a partir de uma organização certificadora cadastrada no GSTC é um fator de destaque à competitividade, portanto, de grande relevância.

Outro fato observado, é que o processo de certificação escolhido leva em conta os aspectos do destino. As respostas apontaram ainda que os destinos procuram padrões de certificação que possam orientar os planos de sustentabilidade nos territórios.

A partir do instrumento de coleta de dados desenvolvido, foi possível descrever facilidades e dificuldades observadas ao longo do processo de certificação.

.Os destinos consideraram, como as principais facilidades, o atendimento aos critérios necessários à certificação e o histórico de ações e da cultura em prol da sustentabilidade, já que essas são práticas comuns nos territórios, por meio de uma rede de cooperação que concentrava essas informações, utilizadas como indicadores para os critérios.

Quanto às dificuldades encontradas no processo de certificação relatadas pelos destinos, se teve respostas distintas, devido às diferentes características do território, da diversidade de processos de desenvolvimento da sustentabilidade e das necessidades específicas de cada destino conforme suas características territoriais e de gestão.

Em relação aos principais benefícios da certificação percebidos pelos destinos, está a capacidade de propiciar a população local, um território no qual o turismo está planejado para que as ferramentas e tecnologias possam trazer maior tempo de vida útil ao destino, contribuindo assim para a economia local, sem prejudicar a sociedade, sua cultura e ao meio ambiente, promovendo o turismo sustentável e atraindo turistas responsáveis pelo reconhecimento e visibilidade da sustentabilidade que as certificações proporcionam aos territórios.

Os destinos identificaram ainda, que os critérios contribuem para a gestão ambiental do destinos de forma integrada, pois são necessários esforços para que diferentes partes interessadas na sustentabilidade do destino trabalhem em prol de objetivos comuns, para que só assim, os critérios sejam atingidos.

Constatou-se também que as certificações não trouxeram maiores dificuldades aos destinos, que interpretaram as dificuldades como oportunidades de aprimoramento contínuo, significando que os destinos têm o DST como parte intrínseca de suas percepções.

Entendeu-se, que as peculiaridades existentes na certificação de destinos turísticos com as certificações credenciadas no GSTC estão, não somente nas similaridades dos destinos no que diz respeito à demanda turística, mas também nas singularidades dos destinos em utilizar as certificações para promoção do destino e para a qualificação da gestão do destino com ferramentas e tecnologias integradas, capazes de colaborar com a sustentabilidade econômica, social e ambiental dos territórios.

Foi possível ainda, entender que a gestão integral dos destinos, concentra esforços de uma variedade de partes interessadas, não somente para que se possa atender aos critérios, mas que se possa fazer do destino, um espaço onde a sustentabilidade busca ser constantemente superada.

Muitas das hipóteses foram confirmadas, pois cada destino tem suas próprias peculiaridades que os levam a serem destinos sustentáveis certificados. Essas peculiaridades influenciaram na escolha pelo processo de certificação do OC, sendo que o processo de certificação acabou sendo facilitados por essas características, sendo ainda essas singularidades responsáveis pelas distintas dificuldades durante

a certificação. Foi possível ainda confirmar que as certificações beneficiam os destinos, embora não se tenha confirmado a possibilidade que as certificações não trouxeram dificuldades aos destinos.

Destaca-se que, pelo fato das questões em torno das certificações de destinos turísticos sustentáveis do GSTC não serem discutidas amplamente no meio científico, foram necessários esforços para que se pudesse compreender os processos de cada organismo certificador, e quais as relações destes OC com o GSTC e com os diferentes critérios.

Nota-se que, as certificações para destinos sustentáveis credenciadas no GSTC, necessitam de um aprofundamento das ciências em muitas áreas. A partir dessa observação, considera-se que o presente trabalho pode evidenciar a importância da sustentabilidade no planejamento do desenvolvimento do turismo nos territórios, assim como apresentar os benefícios do turismo sustentável para a sociedade e o meio ambiente. Pode ainda servir para que destinos que planejam ser certificados a curto, médio ou longo prazo, analisem como outros destinos são afetados por tais certificações e demonstrar alguns caminhos que podem ser percorridos para a certificação.

Pretende-se a partir desse trabalho, estimular o desenvolvimento de novas pesquisas direcionadas a outros destinos com certificação GSTC, visto que existem outras realidades a serem pesquisadas, além de outras características sobre as certificações a serem levantadas.

Espera-se ainda que o trabalho desenvolvido proporcione aprofundamentos sobre os critérios para destinos reconhecidos pelo GSTC, a partir de estudos que façam comparações entre eles, bem como entre destinos nos quais os referidos critérios foram aplicados.

Por fim, destaca-se que é necessário ainda, analisar mais detalhadamente os processos de certificação credenciados no GSTC e compará-los cientificamente, principalmente para se tenham informações que possam facilitar tomadas de decisões futuras e que sirvam de base para futuras discussões.

REFERÊNCIAS

AÇORES DMO. AÇORES: no rumo da sustentabilidade. Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia. Disponível em: <https://sustainable.azores.gov.pt/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

AÇORES. Plano de Ação 2019 – 2027. Sustentabilidade do Destino Turístico Açores. Açores DMO, 2019. Disponível em: https://sustainable.azores.gov.pt/wpcontent/uploads/2019/10/EC08_00PlanoAcao2019_2027.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

ALVES, Fátima; VIEGAS, Vanda. Desafios que as Alterações Climáticas colocam às sociedades. **Revista Captar: Ciência e Ambiente para Todos**, v. 8, n. 1, p. 13-21, 2019.

ANDRADE, Ananias Augusto de. Motivações e Fatores que Influenciam a Estratégia de Sustentabilidade em Hotelaria: Dois Estudos de Caso no Brasil. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 113. 2018.

APT VALSUGANA SOCIETÀ COOPERTAVA. Codice Etico e di Comportamento. Lecico Terme. Itália. 2020. Disponível em: <https://www.visitvalsugana.it/documenti/amministrazionetrasparente/1-codice-etico-valsugana-definitivo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ARAÚJO, R. S.; DIAS, S. L. F. G.; PAGOTTO, E. L. Rotulagem Ambiental e Greenwashing: análise de discursos e práticas empresariais. **Organizações e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, p. 25-42, jul/dez. 2019.

ATP VALSUGANA SC. Codice Disciplinare. Levico Terme. Itália. 2020. Disponível em: <https://www.visitvalsugana.it/documenti/amministrazionetrasparente/2-codice-disciplinare-apt-definitivo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

ATP VALSUGANA SOCIETÀ COOPERATIVA. Statuto Della Società. Trento. Itália. 2014. Disponível em: <https://www.visitvalsugana.it/documenti/amministrazionetrasparente/statuto-apt-valsugana-sc.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AYDIN, Begüm; ALVAREZ, Maria D. Understanding the Tourists' Perspective of Sustainability in Cultural Tourist Destinations. **Sustainability**, v. 12, n. 21, p. 1-17, out. 2020.

AZEVEDO Filipa. **Estudo para a Comissão REGI** - A situação económica, social e territorial dos Açores (Portugal). DG IPOL Departamento Temático B. Nota informativa 2017. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/601971/IPOL_BRI\(2017\)601971PT.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/601971/IPOL_BRI(2017)601971PT.pdf). Acesso em: 09 mar. 2021.

AZORES. Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores. 2020. Disponível em: https://www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM_ACORES2.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

BAHIA, E. T.; FORTES, M.; FERREIRA, W. R. Gestão de desenvolvimento ambiental para destinos turísticos. **Turismo-Visão e Ação**, v. 7, n. 3, p. 525-538, 2005.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2007.

BINFARE, P. W.; CASTRO, C. T.; SILVA, M. V.; GALVÃO, P. L.; COSTA, S. P. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 15 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Regulamentação, Normalização e Certificação em Turismo de Aventura. Relatório Diagnóstico. 92 p., Brasília, 2005.

BRASIL. Programa de regionalização do Turismo. Ministério do Turismo. Regionalização: Institucionalização da instância de governança regional. 2019. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/mtur-cartilha-promocional-mod2-A%20-%20Inst.%20da%20IGR%20Final.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRISOLARA, L. S.; SILVA, V. C.; CARDOSO, N. S. Quais são os principais motivos para obter a certificação NBR ISO 14001? Um estudo com empresas do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 64-75, 2016.

BURGOS, Javier Perogil. Turismo solidario y turismo responsable, aproximación a su marco teórico y conexiones con la inteligencia turística. **Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica**, v. 1, p. 23-48, 20 dez. 2018.

CANDELA, Guido; FIGINI, Paolo. The economics of tourism destinations. In: **The economics of tourism destinations**. Springer, Berlin, Heidelberg, p. 73-130, 2012.

CANELAS, André. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental. In: Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás, 3., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - Ibp, 2005.

CARVALHO, L. O. R.; DUARTE, F. R.; MENEZES, A. H. N.; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Livro digital. Petrolina-PE, 83p., 2019.

CARVALHO, V. C. D.; LOPES, P. L.; MOURA, R. G.; BARBOSA, M. V. Sistema de gestão ambiental e suas certificações. **Revista Valore**, v. 4, p. 539-5552, 2019.

CENSUS BUREAU. Fatos rápidos: Cidade de Vail, Colorado. 2021. Disponível em: <https://www.census.gov/quickfacts/vailtowncolorado>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COLORADO. Site oficial Colorado Tourism Office. Vail. 2021. Disponível em: <https://www.colorado.com/cities-and-towns/vail>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COMUNIDADE ALTA VALSUGANA E BERSNTOL. Wikipedia, a enciclopédia livre. 2021. Disponível em: http://it.wikipedia.org/w/index.php?title=Comunit%C3%A0_Alta_Valsugana_e_Bersntol&oldid=116503431. Acesso em: 09 mar. 2021.

COMUNIDADE VALSUGANA E TESINO. Wikipedia, a enciclopédia livre. 2021. Disponível em: https://it.wikipedia.org/wiki/Comunit%C3%A0_Valsugana_e_Tesino. Acesso em: 09 mar. 2021.

COOPER, C.; HALL, C. M.; TRIGO, L. G. G. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

COSTA, J.; RODRIGUES, D.; GOMES, J. Sustainability of tourism destinations and the importance of certification. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, v. 11, n. 6, p. 677-684, 2019.

COSTA, Melissa Andrade. Como avaliar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Desafios e possibilidades para a agenda global de avaliação. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 100-123, 2018.

COUTINHO, Ana Catarina Alves; NÓBREGA, Wilker Ricardo de Mendonça. Governança em destinos turísticos: desafios na sociedade contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 13, n. 3, p. 55-70, 2019.

DAL FORNO, Marlise Amália Reinehr. **Fundamentos em gestão ambiental (DERAD108)**. PLAGEDER, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 86 p., 2017.

DENCKER, A.F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 2000

EARTHCHECK. Destination Standard. Version 2.0 January 2015. The planet deserves more than half measures. Australia, 2015. Disponível em: <https://earthcheck.org/media/49398/earthcheck-destination-standard-version-20-jan-2015.pdf>. Acessado em: 09 jan. 2021.

EARTHCHECK. **EarthCheck** 2021. Disponível em: <https://earthcheck.org/about/>. Acesso em: 10 fev. 2021

FARIA, Marlene Silva Bastos. Ecos da Sustentabilidade Turística: O Estudo de Caso da Região Porto e Norte de Portugal. Dissertação. 2020. Lisboa: Portugal. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/128145>. Acessado em: 12 jan. 2021.

FÉLIX, M. C. L.; ELY, P. C. **A certificação ambiental e sua importância no comércio de grãos mato-grossense**: estudo de caso das safras de 2013 a 2016 do Grupo AMAGGI. XXVII Congresso Nacional do CONPEDI Porto Alegre – RS. Direito e sustentabilidade II. CONPEDI/UNISINOS. Org. Rezende, E. N.; Pilau Sobrinho, L. L.; Chaves, V. F. Florianópolis: CONPEDI, 2018.

FERENTZ, L. M. S.; GARCIAS, C. M.; SETIM, L. C. F. Proposta de um indicador de desenvolvimento sustentável com base na qualidade de vida, bem-estar e felicidade. **Análise Social**, v. 55, n. 234, p. 168-192, 2020.

FLORES, Luiz Carlos da Silva; MENDES, Júlio da Costa. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 8, n. 2, p. 222-237, 2014.

FORIS, D.; POPESCU, M.; FORIS, T. A comprehensive review of the quality approach in tourism. **Intech Open Science**, v. 10, p. 159-188, 2018.

GABRIELLI, C. Turismo responsável: caminhos possíveis? **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 5, n. 1, p. 81-97, 30 jun. 2017.

GANZER, A. A.; OSORIO, D. M. M.; HUPFFER, H. M.; BAUER, M. M.; RAUBER, L. H.; SOARES, N. A. **Educação ambiental e meio ambiente em pauta**. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2017.

GAVARD, F. M. P. Meio ambiente, capitalismo e desenvolvimento sustentável: a arquitetura de um matrimônio duvidoso. **Em Tese**, v. 6, n. 3, p. 25-42, 2009.

GRAPENTIN, Stephan; AYIKORU, Maureen. Destination assessment and certification: challenges and opportunities. **Sustainability**, v. 11, n. 13, p. 3691, 2019.

GREEN DESTINATIONS. Marking Destinations more Sustainable. Green Destinations Foundation. Disponível em: <https://greendestinations.org/>. Acessado em: 13 mar. 2021.

GREEN DESTINATIONS. Green Destinations Assessment & Reporting System. Green Destinations Foundation. European Centre for Eco & Agro Tourism (ECEAT), and Coastal & Marine Union – EUCC. Disponível em: https://greendestinations.eu/index_new.php?menu=home_greendestinations&lang=en. Acessado em: 13 mar. 2021a.

GREEN DESTINATIONS. **Guia para Destinos 2019**. GSTC - Certificação Acreditada e Prêmios para a Qualidade e Sustentabilidade para comunidades locais, regiões e áreas protegidas. Disponível em: <https://greendestinations.org/wp-content/uploads/2019/08/GD-Guide-for-Destinations-4.5-Portugu%C3%AAs-2-1-converted.pdf>. Acessado em: 13 mar. 2021.

GSTC - ACCREDITED MANUAL. GSTC-Accredited Administered by ASI manual. Version 2.4, 30 January 2018. Disponível em: https://www.gstcouncil.org/wp-content/uploads/GSTC-Accredited-Manual_ASI_V2.4_Jan_2018.pdf. Acessado em: 03 mar. 2021.

GSTC. Global Sustainable Tourism. **Critérios GSTC para Destinos**: Versão 2.0, 6 de dezembro 2019, com Indicadores de desempenho e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/wp->

content/uploads/GSTC-Destination-Criteria-v2.0-PORTUGAL-Portuguese.pdf. Acessado em: 09 jan. 2021.

GSTC. **Global Sustainable Tourism Council**. 2021. Disponível em: <https://www.gstcouncil.org/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Hanai, Frederico Yuri. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional** v. 8 n. 1, p. 198-231, 2011.

IEL. Instituto Euvaldo Lodi. **Sistemas de gestão ambiental: ISO 14001**. Núcleo Central. Brasília: IEL/NC, 2013.

IPTD - Instituto de Turismo. Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores. 2016. Disponível em: https://www.azores.gov.pt/PortalAzoresgov/external/portal/misc/PEM_ACORES2.pdf. Acesso em: 09 mar. 2021.

JESUS, L. C.; SANTOS, E. T.; PHILIPPI, D. A. O Turismo Sustentável e a Gestão Ambiental em Bodoquena–MS. **Anais do XVII Engema 2015**. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, 2015.

KO, Tae Gyou. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism management**, v. 26, n. 3, p. 431-445, 2005.

KUSUMAWARDHANA, I.; LEMY, D. M.; NATHALIA, T. C.; KRISTIANA, Y. Towards a common goal for a sustainable tourism destination: case study of Biak Numfor, Papua, Indonesia. 2020. **International Conference on Biospheric Harmony Advanced research**, BINUS University, Anggrek Campus, Jakarta, Indonesia, 2020.

LAVOR, Cecília Said de. **Um estudo sobre a normalização e a certificação do turismo no Brasil: situação atual e perspectivas**. 2009.

LEMOS, Ângela Denise da Cunha. **Ciência, tecnologia e os fatores de competitividade no sistema de turismo**. In: Congresso Internacional de Turismo Rede Mercocidades, São Paulo: Contexto, 2004.

LICKORISH, L. J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus. 2000.

LOVE VAIL. Town of Vail. 2021. Disponível: <https://lovevail.org/sustainable-destination/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MAFFLI, Lisianne; TROMBITAS, Mila. Designing a sustainable travel package: the case of Slovenia. Mémoire de bachelor. **Haute Ecole de Gestion & Tourisme**, 2018. Disponível em: <https://doc.rero.ch/record/324187>. Acessado em: 09 jan. 2021.

MARGONI, C. C.; MENEGUEL, C. R. A. Metodologia da Global Sustainable Tourism Council Criteria for Destinations (GSTC-D): uma aplicação ao município de Bertioga/SP. **XII Seminário ANPTUR**. São Paulo, 2016.

MARQUES, Joana; BRITO, Brígida Rocha; ALARCÃO, Nuno. Da Economia Solidária ao Turismo Solidário: para uma conceptualização e prática reflexivas. **Desenvolvimento comunitário: das teorias às práticas turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe**, p. 82-97, 2009.

MELO, L. S. A.; BARBOSA, M. F. N. Turismo sustentável e objetivos de desenvolvimento sustentável: perspectiva bibliométrica avaliativa e relacional no período 2015-2020. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.4, p. 371-385, 2020.

MILITO, Marcelo; SILVA, Victor Hugo; NÓBREGA, Wilker. Dissonância do turismo: por um (des) encontro habitante-visitante. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 3, 2020.

MIRELY, A. C.; VIRGINIO, D. F. Gestão ambiental no turismo: uma análise dos impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais de Baía Formosa, RN, Brasil. **Revista Turismo: estudos e práticas**, v. 3, n. 2, 2014.

NETTO, Daiane.; GOIS, Gabriela Rodrigues.; LUCION, Jéssica. **Fundamentos teóricos e conceituais da gestão ambiental**. In: Fundamentos em gestão ambiental [recurso eletrônico] / organizadora Marlise Amália Reinehr Dal Forno ; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS. 86 p. 2017.

NUNES, E. R.; MARTINS, M. F. Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 2, p.258-273, 2019.

ODS. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Agenda 2030. 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/home/agenda>. Acesso em: 22 jan. 2021.

OLIVEIRA, Flávio Santos. Turismo sustentável e riqueza social: bases para o desenvolvimento da economia local. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 16, n. 2, p. 03-28, 2019.

OLIVEIRA, M. A. S. **A certificação em sustentabilidade (NBR 15401:2006) como fator estratégico de obtenção de vantagens competitivas**. 2013. 319f. Tese (Doutorado em Administração e Turismo) - Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu-SC, 2013.

OLIVEIRA, M. F. Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011

OLIVEIRA, S. D. Uso de indicadores de sustentabilidade no contexto da atividade turística. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 13, n. 1, p. 143-154, 2020.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Análise bibliométrica da produção científica de empreendedorismo e turismo sustentável. **Turismo: Visão e Ação**, v. 22, n. 3, p. 552-574, 2020.

PINHEIRO, C. D. P. DA S.; ROSA, A. G.; SOUSA, A. M. L. DE. Análise dos impactos socioambientais na zona costeira do município de Salinópolis/PA. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 222-244, 23 abr. 2020.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. 2ª edição. São Paulo: Senac São Paulo, 2019. E-book (não paginado). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=YhisDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PORDATA. Base de dados Portugal Contemporâneo. Retrato dos Açores, edição 2020. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/ebooks/AC2020v20200817/mobile/index.html>. Acesso em: 09 mar. 2021.

PORTAL FOLCLORE DE PORTUGAL. Arquipélago dos Açores. Ilustração da divisão dos grupos de ilhas no arquipélago dos Açores. Disponível em: <https://folclore.pt/o-arquipelago-dos-acoeres>. Acesso em: 09 mar. 2021.

REZENDE, Julio Francisco Dantas de. Sustentabilidade e gestão ambiental. Epifania: Natal, 184 p., 2015.

RODRÍGUEZ, R. A.; LÓPEZ, A. G.; CABALLERO, J. L. Jiménez. Has implementing an ecolabel increased sustainable tourism in Barcelona? **Cuadernos de turismo**, n. 40, p. 93-134, 2017.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5ª edição. São Paulo: Papyrus, 1999.

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996

SAMPAIO, Carlos Alberto Ciore. **Desenvolvimento sustentável e turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau e Florianópolis: Furb e Bernúncia 132p., 2004.

SANTANA, M. P. L. **Instrumentos de avaliação da sustentabilidade do turismo: uma análise crítica de indicadores propostos para destinos turísticos de diferentes regiões do Brasil**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em Metrologia para a Qualidade e Inovação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTOS, Jaqueline Guimarães. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE**. 2013. 219f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife- PE, 2013.

SEABRA, Giovanni de Farias. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Coleção Turismo, Campinas/SP: Papyrus Editora, 2001.

SILVA, S. Z.; BORTOLUZZI, F.; BERTOLINI, G. R. F. Gestão ambiental e viabilidade para obtenção de certificação ambiental. **Revista de Administração IMED**, v. 7, n. 1, p. 3-29, 2017.

SOARES, V.; DUQUE, A. S.; PATO, L. Sustentabilidade e Inovação: Estudo do destino turístico Águeda. 27º Congresso APDR. **Sustainable Management of the Sea for Sustainable Regional Development**, set. 2020.

SCHLÜTER, R.G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003

SUSTAINABLE TRAVEL. Sustainable Travel International. Vail, Colorado Certified as the First Sustainable Mountain Resort Destination in the World. 2021. Disponível em: <https://sustainabletravel.org/vail-destination-certification-announcement/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: gestão e marketing**. Turismo. São Paulo: Aleph, v. 4, 2000.

TOWN OF VAIL. Town of Vail. 2021. Disponível em: <https://www.vailgov.com/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

TRIPOLI, Angela Cristina Kochinski; PRATES, Rodolfo Coelho. Certificação ambiental e internacionalização: uma análise do setor madeireiro brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, v. 13, n. 31, p. 322-355, 2015.

ULANDER, Maja; SAVU, Alice. **The Role of an Intermediary Organization in the light of Sustainable Destination Development: A single-case study of Destination Jönköping AB**. 2020.

UNITED NATIONS. **Final list of proposed Sustainable Development Goal indicators**. 2016. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/11803Official-List-of-Proposed-SDG-Indicators.pdf>. Acesso em 11 jan. 2021.

UNWTO. Glossary of tourism terms. Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms> Acesso em: 10/06/2020.

UNWTO. Sustainable Development. **Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook**. Madrid: Espanha, 2004.

UNWTO. Sustainable Development. Tourism in the 2030 agenda. Disponível em: www.unwto.org/tourism-in-2030-agenda. Acesso em: 10 jan. 2021a.

UNWTO. Sustainable Development. Tourism that takes full account of its current and future economic, social and environmental impacts, addressing the needs of visitors, the industry, the environment and host communities. 2021. Disponível em www.unwto.org/sustainable-development. Acesso em: 09 jan. 2021.

US FOREST SERVICE. Vail Ski Resort. 2021. Disponível em: <https://www.fs.usda.gov/recrea/whiteriver/recrea/?recid=41417>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VAIL HEALTH. Compassionate Care, Exceptional Outcomes. 2021. Disponível em: [www.https://www.vailhealth.org](http://www.vailhealth.org). Acesso em: 10 mar. 2021.

VAIL. Colorado, USA. Destination Strategy and Action Plan Overview. 2020. Disponível em: <https://lovevail.org/wp-content/uploads/2020/08/Action-Plan-Overview-2020-2.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VAIL. Mountain Resort. Vail Resorts Management Company. 2021. Disponível em: <https://www.vail.com>. Acesso em: 10 mar. 2021.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

VARELA, D. M.; REINALDO, H. O. A.; MOTA, R. C.; VARELA, E. M.; SOUSA, W. L. Estratégias de Greenwashing em Fortaleza-Ce, Brasil: Uma Análise de Rotulagens Ecológica. **Revista Espacios**, v. 38, n. 39, p. 29-46, 2017.

VIEIRA, Allan Sarmiento. **Gestão ambiental: uma visão multidisciplinar**. Cajazeiras/PB: Editora Real, 1ª ed., 288p., 2015.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio de Janeiro, 2012.

VIREO. Vireo Srl. **Linea guida per la certificazione GSTC**. 2018. Disponível em: <https://www.vireosrl.it/content/uploads/2018/12/Linee-Guida-al-processo-di-Certificazi-one-GSTC-Hotel-TO-Destinazioni.pdf> Acesso em 11 fev. 2021.

VIREO. Vireo Srl. Servizi di certificazione aziendale. Disponível em: <https://www.vireosrl.it/>. Acesso em: 11 fev. 2021

VISITAZORES. Sítio Oficial Turismo dos Açores. 2021. Disponível em: <https://www.visitazores.com/pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

VISITPORTUGAL. Site oficial de promoção turística do destino Portugal. Turismo de Portugal. Disponível em: <https://www.visitportugal.com/pt-pt>. Acesso em: 09 mar. 2021.

VISITVALSUGANA. Valsugana Lagorai. Vale Valsugana, Região do Lago Caldonazzo. 2021. Disponível em: <https://www.visitvalsugana.it/en/>. Acessado em: 10 mar. 2021.

WALKING MOUNTAINS. Walking Mountains Science Center. Vail Certified as Sustainable Destination. 2021. Disponível em: <https://www.walkingmountains.org/sustainability-hub/mountain-ideal-sustainable-destination/vail-sustainable-destination/> . Acesso em: 10 mar. 2021.

WESTON, R.; HAMELE, H.; BALAS, M.; DENMAN, R.; PEZZANO, A.; SILLENCE, G.; REINER, K.; GREBENAR, A.; LAWLER, M. **Research for TRAN Committee - European Tourism Labelling**, European Parliament, Policy Department for Structural and Cohesion Policies, Brussels, 2018. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU\(2018\)617461](http://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=IPOL_STU(2018)617461). Acesso em: 09 jan. 2021.

WOLLNIK, Christian. Sustainable destination management in Timor-Leste. **Unpublished doctorate's thesis**. University of Marburg, Marburg, 2011.

APÊNDICE A – Roteiro estruturado de entrevista enviado para os destinos

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Olá!

Sou o Rodrigo, aluno do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) Câmpus Garopaba no Brasil. Estou escrevendo uma monografia intitulada "Peculiaridades nos processos de certificação de destinos credenciadas na Global Sustainable Tourism Council" (GSTC). Portanto esse questionário será utilizado como parte da coleta de dados que auxiliará na pesquisa do objetivo específico de "compreender os padrões comuns das certificações nos destinos".

- Informações sobre o questionário, seu preenchimento e modo de envio, estão no email enviado com o link deste questionário.

Os dados aqui coletados, serão utilizados sem a identificação do respondente.

Deste já agradeço!

Atenciosamente,

Rodrigo Tormen Knob
Aluno de Gestão Ambiental
IFSC - Câmpus Garopaba

***Obrigatório**

Identificação do respondente

Dados profissionais e de relacionamento com a estrutura de gestão do destino.

1. Nome: *

2. E-mail (preferencialmente profissional): *

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

3. Qual o nome da "estrutura de gestão" que cuida da sustentabilidade no destino? *

4. Você representa alguma organização na "estrutura de gestão" do destino? Qual? (Associação comunitária ou empresarial, etc.). *

5. Qual sua função ou cargo na "estrutura de Gestão" do destino? *

6. A quanto tempo está na estrutura de gestão? (em anos). *

Características da certificação no destino

7. O que motivou o destino a adotar o processo de certificação da organização certificadora escolhida? (EartCheck, Green Destination ou Vireo SRL). *

8. Explique as principais motivações do destino em querer ser um destino sustentável. *

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

9. Explique as principais motivações do destino em querer obter a certificação de destino sustentável. *

10. Explique as principais facilidades que o destino encontrou no processo de adaptação das conformidades necessárias para a certificação. *

11. Explique as principais dificuldades que o destino encontrou durante o processo de adaptação as conformidades necessárias para a certificação. *

12. Explique os principais benefícios que a certificação trouxe ao destino. *

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

13. Explique as principais dificuldades que a certificação trouxe ao destino. *

14. Explique as principais colaborações dos critérios da certificação para a gestão ambiental do destino. *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE B – Email APT Valsugana

01/04/2021

E-mail de IFSC - I: Ho bisogno di informazioni sulla sostenibilità in Valsugana

INSTITUTO FEDERAL
Santa Catarina

RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>

I: Ho bisogno di informazioni sulla sostenibilità in Valsugana

Patrizio Andreatta - APT Valsugana <patrizio.andreatta@visitvalsugana.it>
Para: RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>

12 de mar

Buongiorno,

sono 24 comuni e può trovarli a questo link:

<https://www.visitvalsugana.it/it/scopri-la-valsugana/comuni/>

Sono circa 70.000 abitanti nella valle.

Qui può trovare altre informazioni

<https://it.wikipedia.org/wiki/Valsugana>

grazie

Patrizio AndreattaAPT Valsugana
Coordinatore

Da: RODRIGO TORMEN KNOB <rodrigo.tk@aluno.ifsc.edu.br>
Inviato: giovedì 11 marzo 2021 17:36
A: Patrizio Andreatta - APT Valsugana <patrizio.andreatta@visitvalsugana.it>
Oggetto: Re: I: Ho bisogno di informazioni sulla sostenibilità in Valsugana

[Texto das mensagens anteriores oculto]

APÊNDICE C – Íntegra das respostas do roteiro estruturado de entrevista

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

E-mail (preferencialmente profissional): *

sustainableazores@azores.gov.pt

Qual o nome da "estrutura de gestão" que cuida da sustentabilidade no destino? *

Azores DMO

Você representa alguma organização na "estrutura de gestão" do destino? Qual? (Associação comunitária ou empresarial, etc.). *

Azores DMO

Qual sua função ou cargo na "estrutura de Gestão" do destino? *

Coordenação

A quanto tempo está na estrutura de gestão? (em anos). *

2 anos

Características da certificação no destino

O que motivou o destino a adotar o processo de certificação da organização certificadora escolhida? (EartCheck, Green Destination ou Vireo SRL). *

Ser uma entidade acreditada pelos critérios internacionalmente aceites do GSTC, o fato de ter uma forte base académica, de possibilitar o bechmarking estabelecendo uma comparação com outros destinos, e de conferir transparência e credibilidade através de auditoria de third party.

Explique as principais motivações do destino em querer ser um destino sustentável. *

Para além de ser um reforço do posicionamento estratégico do destino, vai ao encontro da tendência internacional da procura turística por destinos não massificados, de natureza, com um contacto imersivo mas de respeito com as comunidades locais. A certificação traz-nos ainda uma excelente ferramenta de Benchmarking, onde podemos medir um conjunto de indicadores relacionados com o desempenho do destino a nível ambiental, social, cultural e económico.

Explique as principais motivações do destino em querer obter a certificação de destino sustentável. *

Como na resposta anterior, é um reforço do posicionamento estratégico do destino. Esta certificação contribui para uma maior notoriedade, diferenciação e qualificação do destino turístico (Destino Premium).

Explique as principais facilidades que o destino encontrou no processo de adaptação das conformidades necessárias para a certificação. *

Um excelente bases de dados com indicadores turísticos, ambientais, económicos e sociais já estava elaborada, através do Serviço Regional de Estatística dos Açores e de vários outros dados recolhidos pela Região. Também a estrutura colaborativa que se verifica entre o setor publico, o setor privado e ONGs, contribuiu para a definição de um Plano de Ação e de metas para o Desenvolvimento Sustentável do Destino.

Explique as principais dificuldades que o destino encontrou durante o processo de adaptação as conformidades necessárias para a certificação. *

É um processo moroso com uma recolha exaustiva de dados para cumprir com os critérios da Certificação. Contudo, devido à estrutura colaborativa entre os vários intervenientes, foi fácil ter acesso e solicitar estes dados.

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Explique os principais benefícios que a certificação trouxe ao destino. *

A certificação é uma afirmação da região como destino sustentável, e por isso trará a curto e longo prazo, benefícios para o ambiente, economia e comunidade local. Somos o primeiro arquipélago no Mundo com certificação internacional de destino sustentável pelos critérios do GSTC, o que traz imensos benefícios como a notoriedade, a diferenciação, a qualificação, mas principalmente benefícios para a população local e para a natureza, uma vez que se trata de um processo colaborativo, entre entidades públicas, privadas e ONGs com o objetivo de alcançarem metas cada vez mais ambiciosas de sustentabilidade.

Explique as principais dificuldades que a certificação trouxe ao destino. *

Dificuldade, nenhuma. Sabemos sim, que temos uma enorme responsabilidade de continuar o bom trabalho e ambicionar sermos cada vez mais sustentáveis.

Explique as principais colaborações dos critérios da certificação para a gestão ambiental do destino. *

Este foi um processo colaborativo que resultou de um trabalho próximo com os vários stakeholders. A EarthCheck define 12 áreas de desempenho chave da certificação, relacionadas com Energia, água, transportes, resíduos, materiais perigosos, entre outros, e a Direção Regional do Ambiente teve um papel preponderante em facultar os dados para responder a estes critérios.

Este formulário foi criado em IFSC.

Google Formulários

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Qual o nome da "estrutura de gestão" que cuida da sustentabilidade no destino? *

APT Valsugana

Você representa alguma organização na "estrutura de gestão" do destino? Qual? (Associação comunitária ou empresarial, etc.). *

Azienda per il Turismo (Destination Marketing Organization)

Qual sua função ou cargo na "estrutura de Gestão" do destino? *

Coordinatore

A quanto tempo está na estrutura de gestão? (em anos). *

20

Características da certificação no destino

O que motivou o destino a adotar o processo de certificação da organização certificadora escolhida? (EartCheck, Green Destination ou Vireo SRL). *

Trovare un'identità per la nostra destinazione turistica. Il nostro ambito ha le terme, i laghi, la montagna, la ciclabile, l'enogastronomia ma cercavamo un'identità da mettere come "inizio" a tutto.

Explique as principais motivações do destino em querer ser um destino sustentável. *

E' un tema sempre più in espansione e che è sempre più attenzionato da parte dei turisti.

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Explique as principais motivações do destino em querer obter a certificação de destino sustentável. *

Per avere una garanzia per la quale poter parlare di vera e propria destinazione sostenibile

Explique as principais facilidades que o destino encontrou no processo de adaptação das conformidades necessárias para a certificação. *

Sono stati visitati strutture ricettive quali hotel, campeggi, garni con attenzione particolare alla sostenibilità. Sono stati visitati musei all'aria aperta, biotopi, zone protette WWF, malghe, ecomusei.

Explique as principais dificuldades que o destino encontrou durante o processo de adaptação as conformidades necessárias para a certificação. *

Parte dei criteri sui quali si è basata la certificazione non erano di nostra completa competenza in quanto noi ci occupiamo di promozione turistica. Una delle parti difficili è stato proprio trovare delle informazioni e soluzioni per poter far fronte ai criteri.

Explique os principais benefícios que a certificação trouxe ao destino. *

Sta continuando a portare vantaggi sia nell'ottica di trovare un'identità della destinazione sia nel crescere la consapevolezza nelle persone che qui ci vivono. Permette inoltre di creare reti e accordi con altri soggetti che prima non erano mai stati contattati.

Explique as principais dificuldades que a certificação trouxe ao destino. *

Nessuna al momento, l'unica difficoltà che abbiamo è far trovare una consapevolezza a chi vive qua che questa è una destinazione certificata

Explique as principais colaborações dos critérios da certificação para a gestão ambiental do destino. *

Abbiamo contattato i gestori dello smaltimento dei rifiuti del nostro territorio, abbiamo fatto ricerche in merito a analisi del sistema ambiente della nostra area (Provincia di Trento)

01/04/2021

Compreensão dos padrões comuns das certificações nos destinos

Qual o nome da "estrutura de gestão" que cuida da sustentabilidade no destino? *

Town of Vail Environmental Sustainability Department and Vail Destination Stewardship Council and Steering Committee

Você representa alguma organização na "estrutura de gestão" do destino? Qual? (Associação comunitária ou empresarial, etc.). *

Town of Vail

Qual sua função ou cargo na "estrutura de Gestão" do destino? *

Environmental Sustainability Coordinator for Town of Vail and Assistant Chair of Steering Committee

A quanto tempo está na estrutura de gestão? (em anos). *

2

Características da certificação no destino

O que motivou o destino a adotar o processo de certificação da organização certificadora escolhida? (EartCheck, Green Destination ou Vireo SRL). *

In 2013, when Vail was planning to host the 2015 FIS Alpine World Ski Championships the Environment Committee was charged with not only facilitating a sustainable and eco-conscious event and providing public education to that end, but also creating a legacy project that would serve as a catalyst for a lasting and positive environmental and cultural shift.

Thus began the partnership between Sustainable Travel International (STI), Town of Vail, and Walking Mountains Science Center, which launched the Actively Green sustainable business certification program. Actively Green became a bottom-up approach whereby the local businesses improved their processes to support the destination's sustainability goals of energy efficiency, reducing waste, conserving water and educating employees and guests. With a critical mass of businesses achieving Actively Green certification over the past several years, Vail reached the stage at which the overall destination seeks to work together to integrate processes, implement best practices for continuous improvement, monitor gaps and successes and put forward a sustainable plan of action to guide Vail into the future as a model resort for mountain communities, striving toward the Mountain IDEAL sustainable destination standard.

The Mountain IDEAL standard specific to mountain resort communities was developed in partnership with Walking Mountains Science Center and Sustainable Travel International, through Green Destinations and recognized by GSTC. Because the Mountain IDEAL standard was so relevant to Vail, it just made sense that Vail would select the Mountain IDEAL standard to pursue with Green Destinations as the certifying body. In 2017 Vail became the first destination in the United States to become a certified sustainable destination and the first mountain resort destination in the world to be certified by a Global Sustainable Tourism Council-Accredited certifying body, Green Destinations. Vail received certification under the Mountain IDEAL standard.

Explique as principais motivações do destino em querer ser um destino sustentável. *

Vail has a long history of environmental stewardship, conservation and sustainability, so becoming a sustainable destination. Notable past achievements include the protection of open space being written into the Town Charter of 1966, the creation of the Vail Nature Center and Preserve in the 1970's, and the creation of the 1% Real Estate Transfer Tax (RETT) in the 1980's which improves parks and open space for recreation opportunities and further supports environmentally sustainable initiatives. More recent achievements include its proactive approach to restoring the water quality of Gore Creek and Vail Resort's ambitious commitment to a zero net operating footprint by 2030. In addition, several sustainability programs are in place to aid in waste reduction, energy efficiency, transportation, wildlife protection, open space preservation, etc.

Being a resort community with 2.8 million visitors annually, becoming a sustainable destination was critical for the long-term viability of tourism and the local community while also protecting natural places, reducing impacts of tourism and mitigating climate impacts.

Explique as principais motivações do destino em querer obter a certificação de destino sustentável. *

Vail had already helped to establish the Actively Green Sustainable Business program, which is a grass roots, bottom up effort to help develop more sustainable practices throughout Vail. Once that program was in place and there was a critical mass of businesses participating, Vail reached the stage at which the overall destination seeks to work together to integrate processes, implement best practices for continuous improvement, monitor gaps and successes and put forward a sustainable plan of action to guide Vail into the future as a model resort for mountain communities. With these pieces in place, it made sense to pursue the certification as a sustainable destination. The sustainable destination certification, elevated Vail's work in sustainability to be compared with not only peer resort communities, but global leaders in resource preservation, ecological protection, cultural, educational, and societal advancements.

Explique as principais facilidades que o destino encontrou no processo de adaptação das conformidades necessárias para a certificação. *

The Vail Destination had several programs, initiatives, laws and plans in place that met the criteria. It also provided the opportunity to develop a Vail Destination Stewardship Council and Steering Committee with representatives from the local municipal government, local utilities, the US Forest Service, Vail Resorts, local non-governmental organizations (non profits), local Chambers of Commerce. This group is able to collaborate and discuss opportunities to improve sustainability and sustainable tourism in Vail.

Explique as principais dificuldades que o destino encontrou durante o processo de adaptação as conformidades necessárias para a certificação. *

During the initial certification, nine criteria were found to not be fully compliant by the auditor and required additional work and reporting associated with each. The certification was conditional. Each 8 months additional reports were required to be submitted detailing work done on each criteria. When going through recertification, the requirements to include narratives detailing compliance was not communicated and delayed the re-certification process significantly. The communication and expectations of the certifying body to the destination could be improved. Often times the reporting required feels like an exercise in additional paperwork which detracts from the on ground sustainability work that could be implemented with the time to complete the excessive paperwork.

Explique os principais benefícios que a certificação trouxe ao destino. *

This has elevated Vail and its achievements as a leader in sustainability and allowed recognition on a national and global scale. It gave the community something to rally around and became a source of pride. It showed what is possible with a shared vision and collaboration. It also provides a great framework for sustainability. It inspired the town to provide training on sustainability initiatives to new employees. It is also driver of change for implementation of additional sustainability initiatives and efforts destination wide. Hopefully it also drives more tourists with a sustainability and environmental stewardship mindset who will help move forward sustainability goals without negative impacts. The certification has also highlighted areas for improvement and helped to drive improvements and efficiency to certain aspects of infrastructure. The process has also helped implement additional monitoring as an element of attraction protection. The Vail Destination has also enjoyed being a part of the Top 100 program as it highlights specific good practice stories. The acknowledgements also provide additional exposure to the sustainability work being done in Vail.

Explique as principais dificuldades que a certificação trouxe ao destino. *

It has mostly provided additional leverage to help implement new initiatives or improve infrastructure. Some of these projects are costly and will take alot of time to complete, but there have not been many difficulties brought to the destination.

Explique as principais colaborações dos critérios da certificação para a gestão ambiental do destino. *

There are several partners and stakeholders who work together to achieve and maintain certification: Town of Vail, Vail Resorts, Walking Mountains Science Center, US Forest Service, Eagle River Water and Sanitation District, Holy Cross Energy, and Vail Recreation District make up the Vail Destination Stewardship Council. The Steering Committee is comprised of local chambers of commerce: Vail Valley Partnership, Vail Chamber and Business Association as well as several other non-governmental organizations, members of the public and other stakeholder groups in Vail. The Vail Destination Stewardship and Steering Committee meets bi-annually and provides input, data, and direction to the Vail Destination as it works on meeting and maintaining progress on the criteria and indicators of the Mountain IDEAL.

Este formulário foi criado em IFSC.

Google Formulários